

PARECER DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Estudo de Impacte Ambiental

“Otimização de Escoamento entre o Reservatório Inicial – Ocidental e o Reservatório Final - Troço Câmara de Penina e ETA das Fontainhas”

Projeto de Execução

(AIA 3704)

Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Património Cultural, I.P.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I.P.

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P.

Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P.

Faculdade de Engenharia do Porto

Centro de Ecologia Aplicada Prof. Baeta Neves/Instituto Superior de Agronomia

Julho 2023

ÍNDICE

	Página
1. INTRODUÇÃO	1
2. PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO.....	3
3. ANTECEDENTES, OBJETIVOS E JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO	4
4. DESCRIÇÃO DO PROJETO	6
5. ANÁLISE DOS FACTORES AMBIENTAIS.....	10
6. PARECERES EXTERNOS	46
7. CONSULTA PÚBLICA	54
8. CONCLUSÕES	55
9. ELEMENTOS A APRESENTAR, MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO E PLANOS DE MONITORIZAÇÃO	63

ANEXOS:

Anexo 1: Projeto de Execução (sobre Carta Militar)

Anexo 2: Pareceres Externos

Anexo 3: Comentários do Proponente aos Pareceres da Infraestruturas de Portugal, S.A.

1. INTRODUÇÃO

Dando cumprimento ao regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação (RJAIA), a Águas do Algarve S.A. (AdA), na qualidade de entidade proponente do projeto submeteu, na plataforma eletrónica *SILiAmb – Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente, no Módulo LUA*, o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) relativo ao projeto de “Otimização de Escoamento entre o Reservatório Inicial – Ocidental e o Reservatório Final - Troço Câmara de Penina e ETA das Fontainhas”, em fase de Projeto de Execução. A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) é a entidade licenciadora ou competente para a autorização do projeto.

O projeto foi submetido a AIA, ao abrigo da alínea j) do número 10 - Projetos de infraestruturas, do Anexo II do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação, que para áreas sensíveis considera a AIA obrigatória para a *Construção de aquedutos e adutoras com extensão ≥ 2 km e $\varnothing \geq 0,6$ m.*

Neste seguimento a APA, na sua qualidade de Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental nomeou ao abrigo do Art.º 9º do RJAIA, a respetiva Comissão de Avaliação (CA), constituída pelas seguintes entidades: APA: Departamento de Avaliação Ambiental (DAIA), que preside, Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental (DCOM), Departamento de Alterações Climáticas (DCLIMA), e a Administração da Região Hidrográfica do Algarve (ARH Algarve); Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF); Património Cultural, I.P. (PC); Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I.P. (CCDR Algarve); Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P. (ARS Algarve); Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P. (LNEG); Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP) e o Centro de Ecologia Aplicada Prof. Baeta Neves/Instituto Superior de Agronomia (CEABN/ISA). A APA/DCLIMA não participou na CA.

Foram nomeados, pelas entidades acima referidas que integraram a CA, os seguintes representantes:

- APA/DAIA – Eng.ª Dora Beja.
- APA/DCOM – Eng.ª Margarida Marcelino.
- APA/ARH Algarve – Eng.º Alexandre Furtado.
- CCDR Algarve – Eng.ª Teresa Cavaco.
- ICNF – Eng.ª Idália Sebastião.
- PC – Dr. João Marques.
- LNEG – Dr.º Ricardo Ressurreição.
- FEUP – Prof. Dr.ª Cecília Rocha.
- ARS Algarve – Dr. Pedro Pires e Dr.ª Alexandra Monteiro.
- CEABN/ISA – Arq.º Pais João Jorge e Arq.ª Pais Cátia Miguel.

O EIA, datado de outubro de 2023, foi elaborado entre junho e outubro de 2023, pela empresa *AQUALOGUS – Engenharia e Ambiente*. Posteriormente, foi reeditado no âmbito da conformidade, sendo datado de março de 2024.

O objetivo do projeto baseia-se na necessidade de fornecer uma solução integrada que garanta, de forma sustentada, o abastecimento público de água na região do Algarve, de forma a ultrapassar os constrangimentos hidráulicos verificados principalmente na zona compreendida entre Chão das Donas e a ETA de Fontainhas.

Este projeto encontra-se incluído no Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve (PREH), sendo um dos Investimentos previstos na *Componente C09 – Gestão Hídrica* do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A área de estudo para a implementação do projeto interseja áreas sensíveis ao abrigo da alínea ii) do Artigo 2º do RJAIA, designadamente a Zona Especial de Conservação (ZEC) ZEC PTCON0058 – Ria de Alvor, classificada no âmbito da Diretiva 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio de 1992, relativa à preservação dos *habitats* naturais e da fauna e da flora selvagens. É também interjetado o Sítio *Ramsar* 3PT009 – Ria de Alvor.

O presente Parecer pretende apresentar todos os aspetos que se consideram relevantes na avaliação técnica efetuada, de forma a poder fundamentar/apoiar a tomada de decisão relativamente à viabilidade ambiental do projeto em avaliação.

2. PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

A metodologia adotada pela CA para a apreciação técnica do EIA foi a seguinte:

- Realização de reunião, a 24 de janeiro de 2024, de apresentação do EIA e respetivo projeto pelo proponente e equipa consultora, à CA.
- Análise da conformidade do EIA - solicitação de elementos adicionais, ao abrigo do n.º 8, do Art.º 14º, do Decreto-Lei n.º 151-B/2013 de 31 de outubro, na sua atual redação, relativos a aspetos gerais, descrição do projeto, geologia, geomorfologia e recursos minerais, ambiente sonoro, socioeconomia, património, saúde humana e paisagem e a reformulação do resumo não técnico.
- Declaração da conformidade do EIA, a 28 de março de 2024.
- Solicitação de elementos complementares relativos ao ambiente sonoro.
- Solicitação de Pareceres Externos, dadas as afetações em causa e de forma a complementar a análise da CA, às seguintes entidades: Departamento de Resíduos da APA (APA/DRES), Câmara Municipal de Portimão (CMP), Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP), Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), E-Redes, Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e Rede Elétrica Nacional (REN). Os Pareceres, até à data, recebidos encontram-se no Anexo 2.
- Realização de visita ao local de implantação do projeto, no dia 8 de maio de 2024, onde estiveram presentes os técnicos que integraram a CA e representantes do proponente e da equipa que elaborou o EIA.
- Análise dos Elementos Complementares, datados de abril de 2024, remetidos pelo proponente.
- Solicitação de esclarecimentos sobre o parecer externo emitido pela Infraestruturas de Portugal, S.A..
- Análise dos resultados da Consulta Pública, que decorreu durante 30 dias úteis, de 9 de abril a 22 de maio de 2024.
- Análise dos comentários do proponente ao parecer externo da IP. Estes comentários encontram-se no Anexo 3.
- Análise técnica do EIA com o objetivo de avaliar os impactos do projeto e a possibilidade de serem minimizados/potenciados. A apreciação dos fatores ambientais foi efetuada tendo por base os pareceres emitidos pelas entidades que constituem a CA e pareceres externos solicitados.
- Realização de reuniões de trabalho, com o objetivo de verificar a conformidade do EIA; analisar o projeto e respetivos impactos; analisar os contributos setoriais das várias entidades da CA, e os pareceres solicitados a entidades externas; analisar os resultados da consulta pública; e, definir as condições para o projeto.
- Elaboração do Parecer Final tendo em consideração os aspetos atrás referidos, com a seguinte estrutura: 1. Introdução, 2. Procedimento de Avaliação, 3. Antecedentes, Objetivos e Enquadramento do Projeto, 4. Descrição do Projeto, 5. Análise dos Fatores Ambientais, 6. Pareceres Externos, 7. Consulta Pública, 8. Conclusões. 9. Elementos a apresentar, Medidas de Minimização e Planos de Monitorização.

3. ANTECEDENTES, OBJETIVOS E JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO

Este capítulo foi elaborado de acordo com a informação disponibilizada no EIA.

3.1. ANTECEDENTES DO PROJETO

De acordo com o proponente o desenvolvimento do presente Projeto de Execução foi precedido da realização dos seguintes estudos:

- Programa Base: análise, dimensionamento e caracterização de vários cenários estabelecidos pela AdA que incluíam em si próprios duas alternativas. A análise incluiu também mais dois cenários propostos pela equipa projetista.
- Estudo Prévio: análise detalhada de dois cenários selecionados a partir das várias alternativas apresentadas no Programa Base, com a adição de um outro cenário sugerido pela AdA.

Em ambos os estudos o proponente concluiu que o troço do adutor entre a Câmara da Penina e a ETA de Fontainhas teria de ser reforçado por se ter verificado falta de capacidade de transporte, prevendo-se a substituição da conduta de fibrocimento DN500 existente (atualmente fora de serviço) por uma nova.

3.2. OBJETIVOS E JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO

O objetivo único do projeto, baseia-se na necessidade de proporcionar uma solução integrada que garanta, de forma sustentada, o abastecimento público de água na região do Algarve, necessidade essa já há muito identificada.

A principal razão para a concretização deste investimento é a otimização do escoamento hidráulico entre o Reservatório Ocidental Inicial, localizado em Medeiros, concelho de Silves e o Reservatório Final, localizado em Cruz de Pedra, concelho de Lagos, por forma a ultrapassar os constrangimentos hidráulicos verificados principalmente na zona compreendida entre Chão das Donas e a ETA de Fontainhas. Em época média e na época alta, o abastecimento de água aos concelhos de Lagos, de Vila do Bispo e de Aljezur é efetuado através da ETA de Alcantarilha, com reforço da ETA de Fontainhas – esta, e face às restrições de transporte de caudais das condutas adutoras, é essencial para assegurar o abastecimento público aos concelhos de Lagos, Vila do Bispo e Aljezur. No entanto a sua única origem de água é a albufeira da barragem da Bravura, que tem apresentado nos últimos anos hidrológicos valores de armazenamento de água reduzidos. Verifica-se assim ser premente e crítico solucionar os constrangimentos do Sistema, nomeadamente no troço a jusante do ponto de entrega de Chão das Donas, de forma a permitir o aumento dos caudais aduzidos, provenientes da ETA de Alcantarilha, para a garantia do abastecimento público ao barlavento algarvio.

Importa ainda contextualizar o projeto numa estratégia mais abrangente de lidar com as supracitadas carências de abastecimento público de água no Algarve. Esta otimização encontra-se incluída na reprogramação do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve, sendo um dos Investimentos previstos na Componente C09 – Gestão Hídrica do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – especificamente incluído na submedida SM5 - Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes, reforçar com novas origens de água - previsto por Portugal, com a designação “Reforço da interligação do sistema de abastecimento em alta do Barlavento/Sotavento Algarvio - Chão da Donas (Ponto entrega de Portimão) e ETA de Fontainhas”.

4. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Este capítulo, tal como o anterior, foi elaborado, exclusivamente, de acordo com a informação constante do EIA. No Anexo I consta a Planta de localização do Projeto.

4.1. LOCALIZAÇÃO DO PROJETO

A área abrangida pelo projeto localiza-se na região e sub-região do Algarve (NUTS II e NUTS III), distrito de Faro, abrangendo o concelho de Portimão intersetando a freguesia de Alvor e a freguesia de Mexilhoeira Grande.

4.2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Atualmente, o troço entre a Câmara da Penina e a Estação de Tratamento de Água (ETA) de Fontainhas é efetuado através de conduta FFD DN500, existindo também neste troço outra conduta em fibrocimento DN500 construída em 1987, a qual se encontra fora de serviço desde 2007 e que é objeto de substituição no Projeto em análise. A nova conduta adutora, com um comprimento de aproximadamente 5 400 m, visa substituir a conduta existente (DN500 em fibrocimento), tendo o seu traçado início na Câmara da Penina e término na ETA de Fontainhas – local identificado como T07 na Figura 1 –, por uma conduta em betão com alma de aço DN1000 de modo a aumentar significativamente a sua capacidade de transporte.

A conduta será enterrada e instalada em vala, exceto nas duas travessias da EN125 (onde se preconiza a cravação horizontal – locais identificados como T01 e T06 na Figura 1 – e um encamisamento em aço DN1200, bem como a instalação de caixas de visita). Nas zonas de travessias especiais (estrada nacional, linhas de água, caminho-de-ferro e canal de rega), o material da conduta será o aço DN1000 e realizar-se-á em travessia aérea – ver locais T02, T03, T04 e T05 da Figura 1 –, do tipo auto-portante (ocupando o espaço atualmente dedicado à conduta fora de serviço).

O seu desenvolvimento, à semelhança da atual, seguirá, maioritariamente, ao longo de terrenos privados adjacentes à EN125. O objetivo é utilizar o espaço canal da conduta fora de serviço para instalar a nova conduta, sendo exceção as zonas onde o traçado da nova conduta teve de ser adaptado aos constrangimentos que surgiram após 1987 (e.g., rotundas, edificações, infraestruturas aéreas ou enterradas).

A largura da vala para instalação da nova conduta é cerca de 1,9 m. Já a faixa para movimentação das máquinas, armazenamento temporário de terras e tubagens será cerca de 4 m.

Serão definidas servidões administrativas com 7 m (sendo definidos 3,5 m para cada lado a contar do eixo da conduta) nos casos em que a conduta se encontrar em terrenos privados.

Nos casos em que a conduta se desloca na berma da EN125, não irão ser definidas faixas de servidão.

A conduta existente em fibrocimento será totalmente removida, exceto nos troços em que já ocorreu a substituição do material por FFD DN500 aquando das recentes obras de requalificação da EN125 e nos quais não se prevê qualquer tipo de intervenção.

Ao longo da conduta adutora serão implantados todos os órgãos acessórios necessários para uma exploração adequada, nomeadamente ventosas, descargas de fundo, válvulas de seccionamento, maciços de amarração e ancoragens.

Os troços ascendentes e descendentes da conduta adutora terão, respetivamente, inclinações mínimas de 0,003 m/m e 0,005 m/m.

Na fase de exploração, logo que se conclua a instalação da conduta, não se espera a ocorrência de atividades que possam induzir impactes ao nível do ambiente sonoro e de vibrações.

Na figura 1 apresentam-se as principais interferências identificadas.



Figura 1 – Travessias da conduta adutora com as várias interferências identificadas.

Dimensionamento Hidráulico

Adotou-se uma velocidade de escoamento mínima admissível de 0,30 m/s e uma velocidade máxima de 1,5 m/s. A conduta adutora terá um funcionamento gravítico e o caudal de dimensionamento será variável ao longo das 24 h.

Fase de Construção

A localização efetiva dos estaleiros da empreitada de construção do projeto é responsabilidade do empreiteiro tendo de ser previamente aprovada pelo dono de obra e respeitar a legislação em vigor, no entanto foi apresentada carta de condicionantes para a seleção dos locais.

Relativamente às áreas para depósitos definitivos, dado tratar-se de uma substituição de adutora existente é expectável que a maioria dos excedentes sejam reutilizados para preencher os vazios criados, ou que os excedentes sejam encaminhados para aterro. No entanto, a ser necessário definir-se áreas de depósitos definitivos na presente obra, carecem de autorização e aprovação do Dono de Obra na fase de construção, podendo ser alterados no decorrer da empreitada, devendo também ser alvo de processos de licenciamento. Finda a utilização das áreas de depósito, e quando o material tiver sido colocado nas zonas de aterro da obra, o solo destas áreas será modelado de forma a contribuir para a recuperação das suas condições morfológicas e paisagísticas iniciais. A escolha destes locais deverá, mais uma vez, respeitar as condicionantes que se encontram definidas. A terra vegetal resultante das operações de decapagem deverá ser depositada em pargas de caráter provisório. Este material deverá ser utilizado na reabilitação das áreas afetadas pela empreitada, nomeadamente sendo repostos nos locais de onde foi previamente decapado, sempre que possível.

Relativamente ao encaminhamento dos resíduos, conforme devidamente especificado no Caderno de Encargos da empreitada de construção do projeto, a responsabilidade do encaminhamento dos mesmos para entidades licenciadas é do empreiteiro.

Relativamente aos acessos considera-se que os existentes são suficientes e deverão ser privilegiados, e quando terminarem os trabalhos de construção, serão repostas as condições iniciais de circulação.

As ações de recuperação das áreas afetadas pelas atividades construtivas deverão cumprir um conjunto de boas práticas, conducentes à rápida recuperação das condições inicialmente encontradas.

Fase de Exploração

Durante a fase de exploração a produção de efluentes, emissões e resíduos relativos às infraestruturas hidráulicas cingir-se-á, essencialmente, aos resíduos de limpeza das grelhas a céu aberto e à lubrificação e/ou substituição de componentes mecânicos dos equipamentos hidromecânicos.

Na fase de exploração poderão ser utilizados materiais referidos na fase de construção, no âmbito de operações de manutenção e reparação ou mesmo de proteção.

Fase de Desativação

Assumiu-se como provável que, a ter lugar, a eventual desativação venha a corresponder ao desmantelamento integral e remoção das infraestruturas e equipamentos, devendo ser seguidas as boas práticas ambientais de

tratamento de resíduos. Propôs-se que, aquando da desativação do Projeto, seja elaborado um plano para que esta seja realizada de forma a salvaguardar, de forma sustentada, os aspetos ambientais passíveis de afetação.

Relativamente à calendarização dos trabalhos, prevê-se que a construção das diferentes infraestruturas do projeto tenha uma duração total de 20 meses (1 ano e 8 meses).

5. ANÁLISE DOS FACTORES AMBIENTAIS

5.1. GEOMORFOLOGIA, GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS

Geologia e Geomorfologia

Do ponto de vista geomorfológico o local de estudo situa-se no litoral ocidental do Algarve, na zona limítrofe com o barrocal. Apresenta uma morfologia de relevos suaves desenvolvidos em rochas sedimentares do Jurássico, Miocénico e Plio-Plistocénico, cuja regularidade é interrompida pelo encaixe da rede de drenagem quaternária, destacando-se a ria de Alvor e linhas de água relacionadas. O projeto situa-se entre cotas situadas abaixo dos 5 m, nas zonas aluvionares, e os 25 m.

Os principais impactes na geologia e geomorfologia devem-se a movimentações de terras na fase de construção relacionados com a instalação dos estaleiros, reabilitação e criação dos acessos, implantação das infraestruturas e escavação e aterro de valas para colocação de conduta. Estas operações envolvem decapagem da camada superficial do solo e atividades de escavação e aterro, promovendo a destruição irreversível do substrato geológico e da geomorfologia (morfologia natural relacionada com os processos geológicos). A remoção do coberto vegetal poderá ainda facilitar/acelerar fenómenos de erosão hídrica.

A construção da conduta adutora envolve as movimentações de terras mais significativas, prevendo-se:

- Escavação em abertura de vala para assentamento da tubagem e acessórios – 23591,80 m³.
- Aplicação de areia ou gravilha para formação da almofada de assentamento – 509,88 m³.
- Aterro final da vala, com terras provenientes da escavação e/ou empréstimo – 9436,72 m³.
- Fornecimento das terras de empréstimo necessárias para completar o preenchimento da vala – 8915,97 m³.
- Remoção por operador licenciado dos produtos sobranes a vazadouro/destino final apropriado, de acordo com o PPGR – 14 155,08 m³.

Considera-se que as alterações à Geologia e Geomorfologia referidas constituem um impacto negativo, de magnitude moderada, certo, permanente, irreversível, de âmbito local e pouco significativo.

Tectónica e estratigrafia

A área em estudo localiza-se na bacia do Algarve. A génese da bacia está associada aos processos tectónicos que foram responsáveis pela fracturação da Pangeia e abertura do mar de Tétis e do Atlântico Norte, iniciados no Triásico (Terrinha, 1998). A sedimentação mesozoica na bacia foi fortemente condicionada pela subsidência decorrente do estiramento litosférico associado a vários episódios de *rifting*, permitindo deposição em ambientes marinhos e margino-marinhos, a par de sedimentação continental, ao longo do Mesozoico (*op. cit.*).

Durante o Cenozoico, os esforços compressivos gerados nos limites setentrional e meridional da microplaca ibérica, no decorrer da orogenia alpina, foram responsáveis pela individualização das várias bacias cenozoicas portuguesas. Neste setor, ocorreu a inversão da bacia mesozoica, acomodada pela geração de dobramentos e falhas, estruturas que condicionam o relevo atual do Algarve. Para além das deformações tectónicas, a sedimentação ao longo do Cenozoico foi fortemente condicionada pelas variações eustáticas (Terrinha, 1998; Pais *et al.*, 2012).

A área considerada é abrangida pela Carta Geológica do Algarve na escala 1:100 000. O projeto intersecta sedimentos depositados entre o Jurássico Inferior e o Holocénico, nomeadamente:

- Formação de Picavessa, do Jurássico Inferior (Sinemuriano–Carixiano), constituída por dolomitos e brechas dolomíticas.
- Calcários de Vale de Lamas, do Jurássico Médio (Aaleniano-Bajociano), que correspondem a calcários criptocristalinos, microcalciclásticos a microconglomeráticos.
- Calcários e dolomitos de Almádena, do Jurássico Médio (Bajociano), caracterizados por calcários oolíticos, recifais, pisolíticos, calciclásticos, dolomíticos e dolomitos.
- Formação de Lagos-Portimão, do Miocénico (Aquitano-Serravaliano), constituída por biocalcarentos.
- Formação de Ludo (Moura e Boski, 1999), do Pliocénico-Plistocénico, constituído por arenitos com níveis conglomeráticos e argilosos. Está representada na Carta Geológica do Algarve na escala 1:100 000 como “Areias e cascalheiras de Faro-Quarteira”.
- Aluviões, do Holocénico. Correspondem a sedimentos areno-argilosos, por vezes cascalhentos, que ocorrem ao longo da ria de Alvor.

Neotectónica e perigosidade sísmica

O território português insere-se num contexto geodinâmico complexo, localizando-se na placa Euroasiática e na proximidade do seu limite com a placa Africana (fronteira de placas materializada pela Zona de Fratura Açores-Gibraltar). A movimentação relativa destas placas, com convergência de direção NW-SE a WNW-ESE, origina um campo de tensões responsável por sismicidade histórica e instrumental significativa. Para além da atividade sísmica ocorrente na zona de fronteira de placas, parte dos eventos sísmicos estão também associados a manifestações tectónicas resultantes da atividade de falhas ativas em contexto intraplaca.

A área de estudo pode ser afetada por eventos sísmicos gerados em estruturas sismogénicas próximas e distantes, devido à propagação das ondas sísmicas na crosta terrestre. A região do Algarve apresenta abundantes evidências de atividade neotectónica (falhas, dobramentos, paleossismos, escarpas de falha), com diversas falhas identificadas e caracterizadas do ponto de vista do potencial sismogénico (Dias, 2001; Dias e Cabral, 2002), assim como um registo histórico e instrumental de sismicidade considerável (e.g. Carrilho, 2005; Custódio *et al.*, 2015). Na área de estudo e região envolvente destacam-se as falhas de Portimão e São Marcos-Quarteira. A falha de São Marcos-Quarteira tem capacidade para gerar um sismo de magnitude 7, enquanto para a falha de Portimão está estimado um sismo máximo de magnitude 6,3 (Dias, 2001; ANPC, 2010).

De acordo com a sismicidade histórica, a área de estudo está localizada na zona de intensidade X da Carta de Isossistas de Intensidades Máximas (1755 – 1996, escala de *Meralli* Modificada de 1956) (IM, 1996). Segundo o zonamento sísmico proposto no Anexo Nacional do Eurocódigo 8, inclui-se na zona 1.1 relativamente a ação sísmica tipo 1 (interplaca) e na zona 2.3 para ação sísmica tipo 2 (intraplaca). De acordo com este zonamento sísmico, os valores de aceleração máxima (a_{gR}) de referência a considerar, são de $2,5 \text{ m/s}^2$ (zona sísmica 1.1) e $1,7 \text{ m/s}^2$ (zona sísmica 2.3).

As áreas do projeto situadas a cotas mais baixas, nomeadamente nas zonas aluvionares da ria de Alvor e ribeiras relacionadas, apresentam ainda uma suscetibilidade elevada a inundações por tsunami (ANPC, 2010; ANEPC, 2019). Segundo Jorge (1993), as mesmas áreas apresentam suscetibilidade alta a muito alta à ocorrência de liquefação.

Recursos Minerais

Na área afeta ao projeto não ocorrem recursos minerais de especial interesse económico, pelo que não são esperados impactes, face aos atuais conhecimentos.

Património Geológico

Relativamente ao património geológico, na área de estudo não estão definidos valores geológicos com interesse conservacionista, pelo que não são esperados impactes, face aos atuais conhecimentos.

Análise de risco

No que se refere aos impactes relacionados com perigosidade sísmica e efeitos secundários associados (tsunami e liquefação), tal como já mencionado, em caso de ocorrência de evento sísmico, a implementação do projeto não é catalisadora deste tipo de fenómenos, no entanto é vulnerável a eles, podendo existir impactes em pessoas e bens durante as várias fases de projeto. Existem ainda, contudo, grandes incertezas sobre a probabilidade de ocorrência destes fenómenos.

Considera-se que o impacto de um evento sísmico de grande magnitude na segurança de pessoas e bens na área do projeto será negativo, provável, imediato, de magnitude e significância variáveis.

Considera-se que devem ser implementadas as medidas de minimização mencionadas no ponto 9.

5.2. RECURSOS HÍDRICOS

O EIA apresenta uma caracterização da situação de referência completa e correta, identificando o conjunto de valores hidrológicos da área afetada pelo projeto, bem como as pressões existentes, tanto a uma escala local, como numa perspetiva territorial mais alargada.

Considera-se que o projeto não terá impactes significativos tanto ao nível dos recursos hídricos superficiais como subterrâneos. Efetivamente este projeto de substituição da tubagem para adução de água ao oeste do Algarve em condições melhoradas irá ocorrer em território bastante consolidado do ponto de vista infraestrutural e com forte presença humana, destacando-se, para o presente descritor, o atravessamento de duas ribeiras com expressão no troço a intervencionar: a ribeira da Torre e a do Farelo, afluentes da ria de Alvor (localizada mais a sul).

O atravessamento destas duas ribeiras são os aspetos que neste projeto se considera mais relevante em termos de interferência com os recursos hídricos. No entanto, estas ribeiras já são atravessadas pela conduta antiga que será substituída pelo atravessamento da nova conduta nos mesmos locais e mantendo o mesmo *gabarit*. Ou seja, o novo atravessamento manterá as características do atravessamento anterior.

Uma vez que esta solução existente desde 1987, não interferiu com o livre escoamento das águas da ribeira ou com o regime de cheias, inclusivamente na ocorrência da cheia de 1997 (que na zona de Monchique correspondeu a um fenómeno extraordinário com um período de retorno de 1000 anos), não se verificam motivos que impeçam a solução proposta para os atravessamentos da nova conduta nestas linhas de água, não se verificando, deste modo, motivos que impeçam a solução proposta para os atravessamentos da nova conduta nestas linhas de água.

Face aos níveis freáticos relativamente elevados que se verificam em algumas zonas do troço a intervencionar, o projeto deverá ser devidamente adaptado, ao nível dos métodos construtivos, no sentido de evitar a eventual necessidade em proceder temporariamente a rebaixamentos na fase de construção. Esta medida deverá constar na DIA.

Quanto a outros possíveis impactes nos recursos hídricos, estes são corretamente identificados no EIA, e prendem-se essencialmente com movimentações de terras e de maquinaria na fase de construção, mas que no cômputo geral resultam em impactes que embora sejam negativos, devido à natureza localizada do projeto e à tipologia dos mesmos, terão um efeito reduzido e pouco significativo.

Previamente ao início dos trabalhos, deverá ser solicitado um título de utilização dos recursos hídricos (ocupações e intervenções previstas na servidão associada à rede hidrográfica, leitos e margens com 10 metros, Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro na sua redação atual), conforme previsto no artigo 62.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na sua redação atual.

▪ Cumprimento do n.º 7 do art.º 4 da Diretiva Quadro da Água

É apresentado um relatório exaustivo intitulado “Verificação do Cumprimento do Princípio DNSH” (DSNH – *Do No Significant Harm* – traduzido – não prejudicará significativamente – o projeto). Esta é uma exigência que decorre do facto do projeto integrar, como acima referido, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), mais

concretamente o Investimento RE-C09-i01 (já referido): Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve. No PRR apenas serão elegíveis os projetos que respeitem o princípio de “não prejudicar significativamente” diferentes componentes ambientais.

No que respeita aos recursos hídricos o relatório DSNH verifica a compatibilidade do projeto com o art.º 4 da Diretiva Quadro da Água (que corresponde ao art.º 51.º da Lei da Água), por forma a apurar se não existe a possibilidade de alternativas economicamente viáveis de projeto e/ou se o mesmo não provoca impactos significativos nas massas de água.

O relatório, desenvolvido com detalhe técnico, assinala que para todos os itens analisados o projeto não terá repercussões significativas nas massas de água em presença, corroborando as conclusões do EIA que refere não existirem impactos significativos para os recursos hídricos.

5.3. RUÍDO E VIBRAÇÕES

O enquadramento legal enunciado inclui o Regulamento Geral do Ruído (Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na versão atualizada).

O proponente refere que o seu projeto, sendo considerado uma atividade ruidosa permanente em zonas mistas, nas envolventes das zonas sensíveis ou mistas ou na proximidade dos recetores sensíveis isolados estão sujeitos ao cumprimento dos valores limite fixados no artigo 11º (valores limite de exposição) e ao cumprimento do critério de incomodidade fixado no artigo 13º do referido RGR.

O município de Portimão não procedeu à classificação acústica de zonas, pelo que deverão ser respeitados os valores-limite de exposição de *Zonas ainda não classificadas*: $L_{den} \leq 63 \text{ dB(A)}$ e $L_n \leq 53 \text{ dB(A)}$.

Adicionalmente, como este é um projeto em operação contínua, tem de assegurar o cumprimento do Critério de Incomodidade que implica:

Período Diurno	Período do Entardecer	Período Noturno
$L_{Ar} - L_{AeqRR} \leq 5 \text{ dB}$	$L_{Ar} - L_{AeqRR} \leq 4 \text{ dB}$	$L_{Ar} - L_{AeqRR} \leq 3 \text{ dB}$

O proponente não efetuou a caracterização do ambiente sonoro. Numa fase inicial, o proponente apenas identificou vários recetores sensíveis e concluiu afirmando que assumia que a EN125 constituía a principal fonte de ruído na área de estudo, juntamente com a ETA de Fontainhas. Na listagem de recetores sensíveis, o proponente identifica 23 recetores sensíveis isolados e 18 aglomerados habitacionais, cuja localização se pode observar na Figura 2.

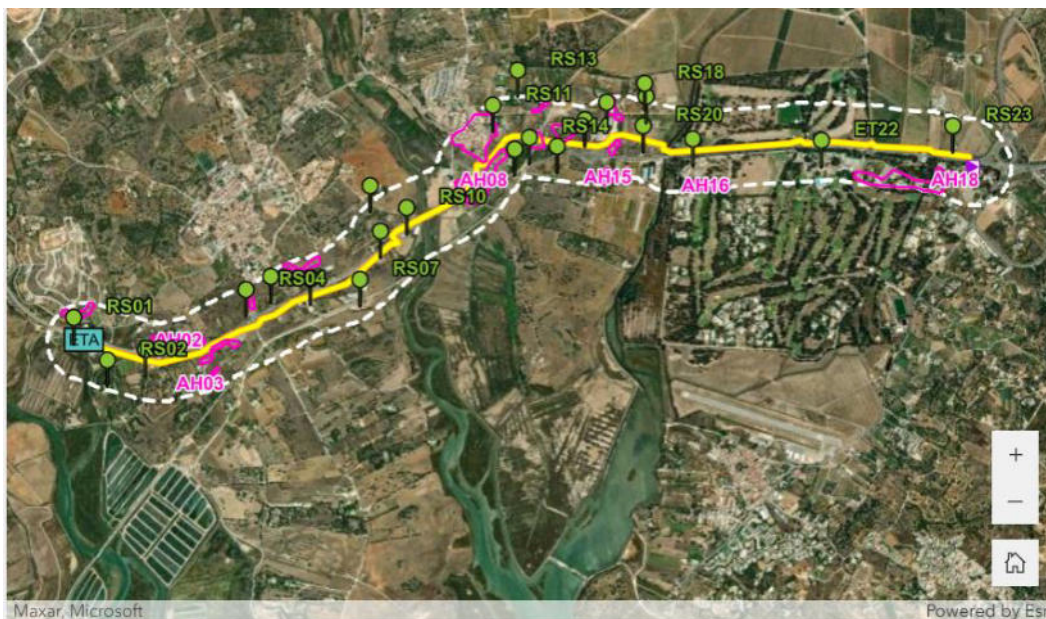


Figura 2 – Localização dos recetores sensíveis ao longo do traçado da futura conduta. Fonte: <https://experience.arcgis.com/experience/c26989dafccc4ca8acb3512983d1705e/page/P%C3%A1gina/?views=Contextualiza%C3%A7%C3%A3o>

Relativamente à solicitação constante no pedido de elementos complementares de que deveria ser realizada uma campanha de medição para caracterização da situação atual, pelo menos para os recetores sensíveis que se situam junto às zonas de travessia da EN125 nas quais o método construtivo implica a cravação da conduta, o proponente remeteu para as peças desenhadas do Mapa Estratégico de Ruído (MER) da EN125, no lanço entre Lagos e S. Lourenço e afirma que *"Dada a existência desta caracterização da situação atual, solicita-se, para maior representatividade, que as medições in situ da Situação Atual possam ser efetuadas imediatamente antes do início da atividade construtiva"*.

Para se perceber a representatividade do MER para a atualidade, complementarmente, consultaram-se todos os documentos disponíveis sobre o MER deste lanço no sítio da internet da APA e, no Relatório do MER foi possível identificar 2 pontos de medição (M16 e M17) que foram objeto de caracterização *in situ*, em junho de 2022, com amostragens de duração mínima de 30 minutos. A localização desses pontos e a sua relação com os recetores sensíveis identificados para este projeto está assinalada na Figura 3.

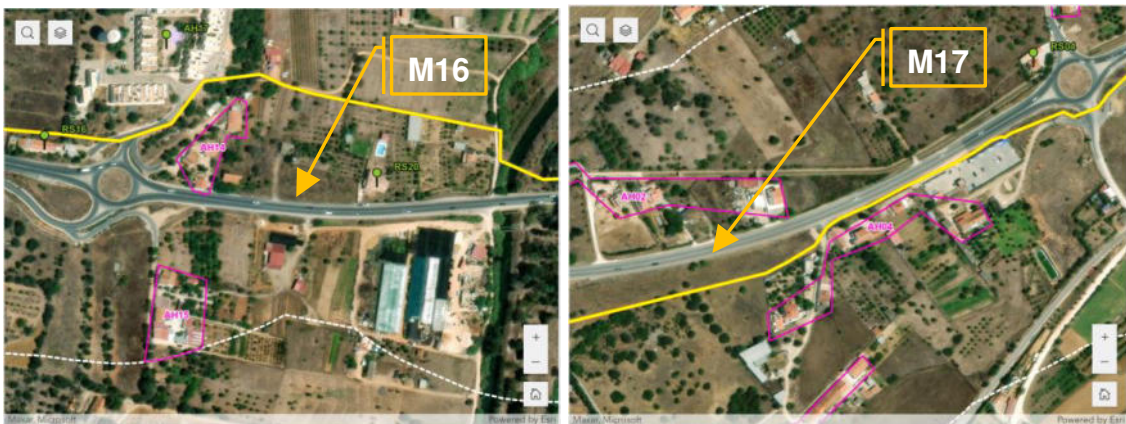


Figura 3 –Indicação da localização dos pontos de medição (M16 e M17) de validação do Mapa Estratégico de Ruído do Lanço 2.1 B) - EN125 - Lagos / S. Lourenço e sua relação com os recetores sensíveis identificados. Fontes:

<https://experience.arcgis.com/experience/c26989dafccc4ca8acb3512983d1705e/page/P%C3%A1gina/?views=Contextualiza%C3%A7%C3%A3o> ; Relatório do MER; MER – Lden; MER - Ln)

Os resultados dessas medições sintetizam-se na Figura 4, juntamente com um extrato da validação do modelo construído. Como se pode observar, nos pontos M16 e M17 excedem-se largamente os valores-limite de exposição para zonas ainda não classificadas. Esta conclusão é equivalente para muitos dos demais recetores identificados ao longo do traçado como se pode observar na Figura 5.

QUADRO I - CONTINUAÇÃO				
INFORMAÇÃO RECOLHIDA EM LEVANTAMENTOS DE CAMPO NAS PROXIMIDADES DO LANÇO 2.1B)				
SUBLANÇO	MEDIDAÇÃO N.º	PERÍODO DE REFERÊNCIA	DISTÂNCIA À VIA	NÍVEL SONORO MEDIDO [dB(A)]
ER125 - Mexilhoeira Grande (Acesso à A22) / Penina (Acesso A22)	16	Diurno	9m	72
		Entardecer		68
		Noturno		61
	17	Diurno	6m	69
		Entardecer		66
		Noturno		59

QUADRO III – COMPARAÇÃO ENTRE OS VALORES MEDIDOS E OS VALORES SIMULADOS NO MODELO DE CÁLCULO					
LOCAL DE MEDIÇÃO		DISTÂNCIA À VIA	NÍVEL SONOROS, EM dB(A)		DIFERENÇA, EM dB(A) 1
N.º			MEDIDO IN SITU	SIMULADO NO MODELO	
16	Diurno	9m	72	71	1
	Entardecer		68	67	1
	Noturno		61	61	0

Figura 4 – Resultados das medições de validação efetuadas no âmbito do MER (junho de 2022) e da correspondente comparação com os resultados do modelo. Fonte: Relatório do MER

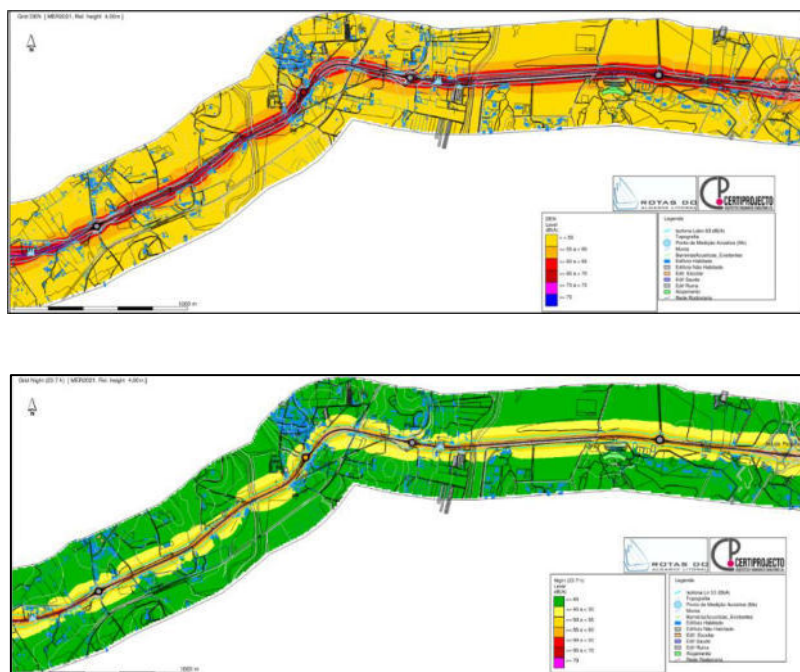


Figura 5 – Excerto do MER da EN125 no lanço entre Lagos e S. Lourenço, no qual se assinalaram as 2 travessias da EN125 com recurso a cravação horizontal. Fonte: adaptado de MER – Lden; MER - Ln

Como já referido e reconhecido pelo proponente, não foram efetuadas medições para caracterização da situação de referência. Assim, antes do início da fase de construção, deverão ser efetuadas medições, junto dos recetores sensíveis mais próximos da zona do projeto (em especial junto às zonas de travessia da EN125 por cravação horizontal), para memória futura. O correspondente relatório deve ser entregue à autoridade de AIA ainda antes do início da fase de construção para verificação da necessidade de se adotarem medidas de minimização adicionais.

Quanto à evolução da situação de referência sem o projeto, segundo o proponente *"Assim, na ausência do projeto, perspetiva-se que os recetores sensíveis localizados na zona de influência destas infraestruturas não venham a ser sujeitos ao incómodo que este ruído poderá gerar. Ainda assim, note-se que as referidas infraestruturas se localizam junto de outras fontes de ruído (caso da EN 125) que se deverá manter inalterado, mesmo na ausência de projeto"*.

Para a identificação e avaliação de impactes, são indicadas as ações geradoras de impacte, tanto para a fase de construção, como de exploração e, ainda, de desativação. Para cada uma das atividades indicadas são indicados os *"aspetos a considerar nas principais ações geradoras de impactes"*. É também apresentada a metodologia de avaliação qualitativa dos impactes nos diversos fatores ambientais.

A presente apreciação assenta na verificação da expectativa de cumprimento do RGR₂₀₀₇. Neste contexto e dada a natureza do projeto – conduta onde circulará água para abastecimento da população –, em fase de exploração, não se antecipa a ocorrência de impactes no ambiente sonoro pelo que é de esperar que não se alterem as condições de cumprimento dos valores limite de exposição (Critério de Exposição) e do Critério de Incomodidade.

Na fase de construção, segundo o proponente, todas as ações associadas à fase de construção terão, inerentemente, associado um aumento dos níveis de ruído devido à multiplicidade de atividades realizadas.

Destaca-se o incremento na circulação e operação de veículos e maquinaria pesada, assim como as escavações a realizar para abertura de valas e realização de fundações e a operação dos respetivos equipamentos.

No caso das travessias da EN125 que implicam a cravação horizontal da conduta, o proponente refere que: *"(...) no local de construção da conduta, verificam-se sobretudo aluviões e sapais recentes, com exceção da travessia da linha férrea do Algarve que se situa na "Formação Carbonatada de Lagos Portimão" de idade Miocénica. Como tal estas não provocarão vibrações consideradas relevantes, sendo inclusivamente executadas com a devida distância de edificações. Além disto, estima-se que cada perfuração/cravação dure 10 dias o que significa que, no total, para a realização das duas perfurações/cravações previstas, sejam necessários 20 dias – sendo importante esclarecer que a atividade não será contínua ao longo destes 20 dias."*

Não foi apresentada qualquer estimativa quantificada para esta fase de procedimento. O proponente argumenta que não detém informação sobre a localização das frentes de obra e/ou localização dos estaleiros e a proximidade que venham a apresentar dos recetores sensíveis.

Atendendo ao contexto de inserção territorial deste projeto e à duração das atividades de construção, considera-se que a magnitude destas ações, para os recetores sensíveis que se situam à margem da EN125 e na proximidade da futura conduta, poderá ser moderada a elevada e os impactes nos recetores sensíveis mais próximos significativos, pelo que serão de implementar medidas de minimização temporárias para redução destes efeitos – em particular no que respeita ao horário das atividades de construção.

Considera-se que a concretização da fase de construção deste projeto terá de atender às medidas mencionadas no ponto 9 deste Parecer.

Segundo o proponente, a presença e funcionamento da conduta de abastecimento não se traduz em impactes no ambiente sonoro. A manutenção dos sistemas de adução e das condutas em si pode ser marcada por intervenções pontuais, cujos impactes no ambiente sonoro se podem considerar como irrelevantes, análise com a qual se concorda.

5.4. SISTEMAS ECOLÓGICOS

A área de estudo para a implementação do projeto intersesta áreas sensíveis ao abrigo da alínea ii) do Artigo 2º do RJAIA (Figura 6), designadamente a Zona Especial de Conservação (ZEC) ZEC PTCON0058 – Ria de Alvor, classificada no âmbito da Diretiva 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio de 1992, relativa à preservação dos *habitats* naturais e da fauna e da flora selvagens. É também intersetado o Sítio *Ramsar* 3PT009 – Ria de Alvor.



Figura 6 - Interseção da ZEC PTCON0058 - Ria de Alvor com a área de estudo. Fonte: EIA

De acordo com o EIA, encontram-se na área em estudo os *habitats* listados na figura abaixo (Figura 7):

- *habitat* 1410 - Prados salgados mediterrânicos (*Juncetalia maritimi*) – Estes juncais são frequentes em estuários, lagoas e rias. Este *habitat* ocorre em pequenas manchas, nas áreas húmidas.
- *habitat* 1420 - Matos halófilos mediterrânicos e termoatlânticos (*Sarcocornetea fruticosi*) – o *habitat* desenvolve-se em solos fortemente salinos, ricos em sais de sódio, em geral húmidos e frequentemente inundados por água salgada, ou salobra de origem marinha. Na área de estudo ocorre numa mancha associada à ribeira do Farelo, em conjunto com o *habitat* 1410, como é frequente no Algarve.
- *habitat* 5330 - Matos termomediterrânicos pré-desérticos – na área de estudo verifica-se a presença de manchas de carrascais e matagais afins basófilos. A sua ocorrência verifica-se em manchas muito pequenas e dispersas.
- *habitat* 6220* - Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea* – na área de estudo o *habitat* foi observado em alguns locais nomeadamente os subtipos pt1 (Arrelvados anuais neutrobasófilos) e pt3 (Arrelvados vivazes neutrobasófilos de gramíneas altas). Encontra-se muito empobrecido em espécies indicadoras e/ou dominantes. É um *habitat* classificado como prioritário para a conservação.

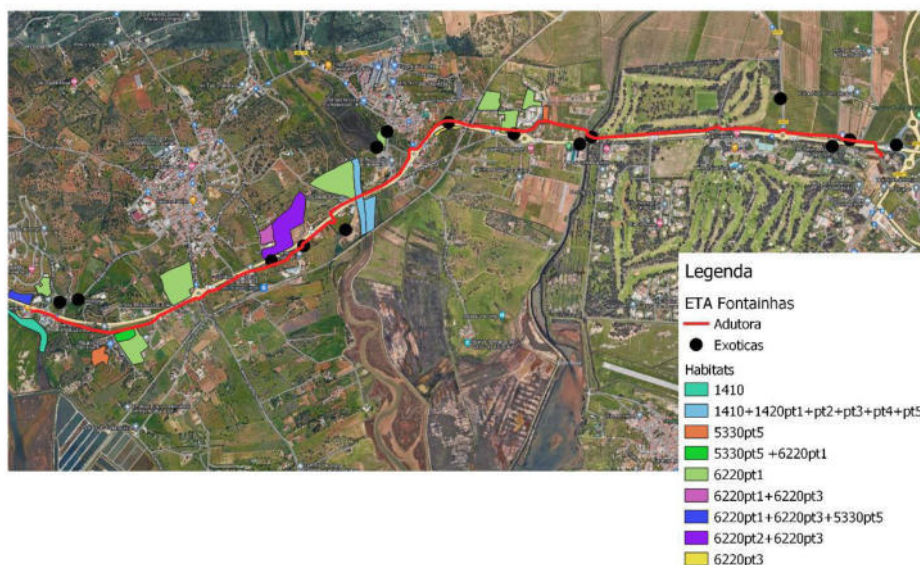


Figura 7 – Habitats e espécies exóticas identificados na área em estudo. Fonte: *shapefiles* do EIA.

De acordo com o EIA, qualquer um dos *habitats* será afetado até 0,1 ha, com exceção do *habitat* 6220*, cuja área de afetação será de 0,3 ha.

Segundo o EIA, o trabalho de campo permitiu identificar na área de estudo 123 taxa de flora. A área em análise é dominada por espécies herbáceas de ciclo de vida anual, que são, na grande maioria, de larga distribuição e estão associadas a locais de forte ação humana, nomeadamente a atividades agrícolas. Contudo, importa destacar também as comunidades arbustivas associadas aos matos e parcelas agrícolas. Na área de estudo não foram identificadas espécies RELAPE.

O EIA identificou cinco espécies exóticas de caráter invasor que correspondem a cerca de 4% da flora total inventariada, são elas: *Acacia longifolia* (Acácia); *Arctotheca calendula* (Erva-gorda); *Arundo donax* (Cana) que formam canaviais nas ribeiras do Farelo e da Torre, assim como em taludes e bermas de estradas e caminhos; *Gomphocarpus fruticosus* (Algodoeiro-falso); e, *Opuntia ficus-indica* (Figueira-da-índia).

Relativamente à ictiofauna, o EIA refere que uma vez que área de estudo se localiza no setor terminal das ribeiras do Farelo e da Torre, próximo da massa de água de transição e com óbvia influência salina, as comunidades ictiofaunísticas estarão certamente dominadas pelas espécies diádromas e identifica como potenciais espécies presentes a *Anguilla anguilla* (enguia-europeia), o *Luciobarbus sclateri* (bardo-do-sul), o *Squalius aradensis* (escalo-do-arade), a *Cobitis paludica* (verdemã-comum), o *Atherina boyeri* (peixe-rei), o *Chelon ramada* (muge) e a *Mugil cephalus* (tainha-olhalvo).

Quanto à herpetofauna o trabalho de campo identificou 3 taxa de um elenco potencial de 24 (a *Rana-perezi* - rã-verde -, a *Tarentola mauritanica* - osga-comum e a *Psammodromus algirus* - lagartixa-do-mato).

A deteção de avifauna identificou 65 taxa de um elenco potencial de 113, dos quais a *Actitis hypoleucos* (maçarico-das-rochas), a *Larus fuscus* (gaivota-d'asa-escura), a *Ardea purpurea* (garça-vermelha), a *Pandion haliaetus* (águia-pesqueira), a *Streptopelia turtur* (rola-brava) e a *Falco tinnunculus* (peneireiro-vulgar) são as que se apresentam mais ameaçadas.

Relativamente à mamofauna apenas foi detetada a espécie *Sus scrofa* (javali) nos trabalhos de campo.

O EIA identificou como áreas sensíveis que podem ser afetadas pelo projeto: as ribeiras (Farelo e Torre); as zonas húmidas associadas às ribeiras; e, o *habitat* 6220*. Segundo o estudo, as ribeiras do Farelo e da Torre como principais linhas de água da área de estudo consistem num importante *habitat* para variadas espécies dulçaquícolas que dependem deste local, quer como refúgio, quer como para alimentação, sendo por isso considerada como área sensível, devido à biodiversidade que suporta. O mesmo se passa com as zonas húmidas na sua envolvente, que albergam *habitats*, e fauna, incomuns e bastante suscetíveis. O *habitat* prioritário considerado como sensíveis consiste no *habitat* 6220*, que apesar de ser o mais representado na área de estudo é considerado como sensível, não só por ser um *habitat* prioritário, mas também por ser importante para o pastoreio tradicional e um importante reservatório de biodiversidade.

O EIA concluiu ainda que a área de estudo é pouco biodiversa e com poucas espécies ameaçadas, devido à grande antropização da zona como resultado de se encontrar na envolvente de uma das principais vias de comunicação do Algarve, nomeadamente a EN125 e ainda perto de empreendimentos turísticos e de localidades com alguma expressão, como a Mexilhoeira Grande.

Relativamente à identificação e avaliação de impactes o EIA analisa os impactes na fase de construção e exploração do projeto, relativamente a:

- Instalação e atividades de estaleiro

O EIA analisou as condicionantes ambientais e territoriais da área de estudo e propôs localizações preferenciais à instalação do estaleiro. Assim, não prevê que a instalação dos estaleiros promova a afetação de biótopos ou *habitats* particularmente sensíveis. Não obstante, poderá existir a necessidade de criar unidades móveis de apoio às frentes de obra em locais distintos dos estaleiros principais. Estas unidades, a existir, serão limitadas ao corredor de intervenção associado à área de instalação da conduta, não se prevendo afetação de áreas adicionais. Verifica-se a alteração dos usos do solo e consequente perda de vegetação associada que potencialmente poderá ser substituída por espécies exóticas oportunistas de carácter invasor. A poeira resultante do movimento de maquinaria também poderá ser depositada sobre a vegetação circundante,

dificultando o seu metabolismo. O aumento de atividade humana na zona de estaleiro, incluindo a circulação de maquinaria e veículos afetos à obra poderá resultar em impactes sobre as comunidades faunísticas, como atropelamento ou afastamento de espécies.

- Utilização de acessos para a realização dos trabalhos de construção

O EIA refere que serão usados os acessos disponíveis na área de estudo, não se prevendo a necessidade de abertura de novos acessos. Ainda assim, é expectável que resultem impactes indiretos sobre a vegetação causados pela deposição de poeiras nas plantas existentes nas zonas de acesso, resultantes da movimentação de terras e maquinaria. Quanto à fauna, os principais impactes são o atropelamento ou afastamento de espécies.

- Reposição de acessos existentes

Os impactes associados a esta ação, de acordo com o EIA, estão relacionados com o possível afastamento e/ou atropelamento da fauna, dado que as áreas afetadas já se encontram desprovidas de vegetação, pois trata-se de infraestruturas existentes previamente à efetivação da ação.

- Desmatção e/ou decapagem dos terrenos nos locais de implantação das infraestruturas

A área afetada pela instalação da conduta é estimada em 10,5 ha, dos quais 0,5 ha correspondem a *habitats* naturais, sendo o *habitat* prioritário 6220* o mais afetado pela implementação da conduta (0,3 ha). Segundo o EIA, ao nível da flora e vegetação, esta ação cria dificuldades à regeneração natural das espécies e comunidades vegetais, uma vez que implica a remoção do coberto vegetal, remoção da camada fértil do solo, aumento da erosão e perda do banco de sementes do solo. Tendo em consideração que a maioria da área afetada se encontra ocupada por “zonas artificializadas”, estas apresentam-se desprovidas de comunidades florísticas, ou ocupadas por comunidades com baixo valor conservacionista. Contudo, são atravessadas áreas ocupadas por *habitats* naturais, incluindo o *habitat* prioritário 6220*. Não está prevista a necessidade de abate de exemplares arbóreos para a instalação das infraestruturas. Importa realçar que nas áreas em que a desmatção é temporária, o facto de terem sido eliminadas as plantas existentes pode potenciar a colonização posterior por plantas exóticas e invasoras, algumas delas já existentes na área do projeto. As atividades de desmatção e decapagem poderão ter um impacto maior ou menor sobre a fauna dependendo da época do ano em que se desenvolvam. Contudo, tendo em consideração o elevado grau de antropização da área de inserção do projeto, considera-se que esta afetação será pouco expressiva, mesmo nas épocas mais sensíveis para a fauna. Em todo o caso, se estas atividades decorrerem na época de reprodução, ou seja, entre março e junho, em áreas favoráveis à nidificação/presença destas espécies, tais como “Linhas de água e vegetação ripícola” os impactes resultantes poderão ser mais significativos.

- Depósito de materiais sobranes

A afetação sobre a flora e vegetação, resultante da instalação de depósitos temporários, poderá incluir a danificação ou morte de espécies arbóreas na vegetação circundante por descuido de manipulação de máquinas e aumento da pressão antrópica. O EIA refere que à semelhança do que foi referido para a ação anterior,

também para esta ação o impacto sobre a fauna terrestre será maior ou menor dependendo do biótopo afetado e da época do ano em que se desenvolvam as ações de criação das áreas de depósito temporário de materiais. Mas, tal como foi também referido, a área de inserção do projeto apresenta um elevado grau de antropização, prevendo-se que esta afetação seja pouco expressiva, mesmo nas épocas mais sensíveis para a fauna.

- Escavação e aterro de valas para colocação de conduta

O EIA refere que ao nível da flora e vegetação esta ação, apesar de temporária, acentua os efeitos da desmatção, nomeadamente dificultando a regeneração natural das espécies e comunidades vegetais. A instalação das condutas também limita o tipo de coberto vegetal que poderá ser utilizado no recobrimento destas áreas. Numa parte expressiva do traçado adotado prevê-se a substituição da conduta que se encontra instalada, ou seja, a área de projeto já apresenta atualmente limitações ao tipo de coberto vegetal. Os impactos sobre a fauna terrestre estão associados a afastamento e/ou atropelamento. Por outro lado, esta ação acentua os impactos identificados anteriormente, caso estas atividades decorram na época de reprodução das espécies. A área de inserção do projeto apresenta um elevado grau de antropização, prevendo-se que esta afetação seja pouco expressiva, mesmo nas épocas mais sensíveis para a fauna, tendo em consideração a reduzida diversidade expectável para a área de estudo.

- Presença, exploração e manutenção da conduta de abastecimento

Esta ação implicará a realização de intervenções e obras de manutenção ao longo do tempo de exploração. Segundo o EIA, estas atividades serão esporádicas e contidas no tempo, de maneira geral. Os principais impactos gerados por estas atividades são devido ao aumento da perturbação antrópica associada nomeadamente à circulação de pessoas, maquinaria e veículos.

- Desmantelamento integral e remoção das infraestruturas

Os efeitos da remoção e desmantelamento das infraestruturas serão semelhantes aos verificados na fase de construção, ainda que menos pronunciados.

O EIA sintetiza que, de uma forma geral, os impactos identificados sobre os valores ecológicos, em todas as fases do projeto, são classificados como negativos e pouco significativos. Os aspetos que contribuem para esta avaliação são, por um lado, o elevado estado de antropização da área de estudo, que conduz a uma reduzida diversidade florística e faunística e, por outro, a reduzida área de intervenção, tendo em conta a expressão linear da área a afetar e a sua extensão cerca de 5400 m, prevendo-se que as atividades construtivas sejam muito localizadas e concentradas no tempo e no espaço.

O EIA apresenta como medida específica para a biodiversidade "*MM(FC) 5 - Implementar o Plano de Gestão e Controlo de Espécies Exóticas Invasoras referente à fase de construção*". Ao analisar o referido Plano, presente no Volume 2 dos relatórios técnicos do EIA, verifica-se que o mesmo é uma cópia do Plano desenvolvido para o Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato, fazendo referência entre outros a: "*monitorização contínua*"; "*(...) aferir sobre a capacidade de recuperação da vegetação potencial destes ecossistemas*,"

entretanto ameaçados pela ação de espécies com caráter invasor, permitindo obter indicadores objetivos que possibilitem acompanhar e aferir o resultado das ações de controlo e o processo de recuperação ecológica"; "(...) deverão ser informados e alvo de ações de sensibilização os proprietários que confinam com a área do projeto e que são abrangidos pelas áreas de distribuição destas espécies, no sentido de que também estes procedam à implementação de ações de gestão e controlo"; "Também durante a fase de exploração deverá ser mantida anualmente a metodologia de monitorização descrita no item 5.3.1.1 e no item 5.3.2.1 até pelo menos ao final do 10º ano da fase de exploração"; identifica a *Acacia longifolia* como presente na área, mas depois refere que não se encontra presente; entre outros. O Plano deve ser revisto e adaptado à realidade do projeto em causa. O ICNF, como informou a equipa técnica quando foi consultado antes da realização do EIA, pretendia a apresentação de medidas de minimização que incluíssem a correta eliminação das espécies exóticas presentes e dos solos onde ocorrem, de forma a minimizar potenciais colonizações adicionais das mesmas. O Plano apresentado, para além de ser uma cópia de outro para uma situação diferente, não se apresenta adequado. Atendendo à pequena área do projeto e das áreas afetadas por exóticas invasoras, o Plano deve excluir a utilização de químicos e fogo controlado e nas zonas das linhas de água as intervenções devem respeitar os períodos de reprodução dos passeriformes que usam os canais para reprodução e dos quelónios.

Apesar do projeto afetar *habitats*, estes, no presente caso, em termos exclusivamente legais, não usufruem de um regime de proteção. Para além disso, esta afetação é bastante residual e não coloca em risco a conectividade ecológica e comunidades vegetais sensíveis e relevantes para a sustentabilidade do território, pelo que face ao exposto, deve dar-se cumprimento às medidas de minimização incluídas no ponto 9 deste parecer.

5.5. QUALIDADE DO AR

No que se refere à qualidade do ar os aspetos relevantes estão relacionados com a emissão de poluentes atmosféricos resultantes da fase de construção, exploração e desativação do referido projeto.

A descrição do estado atual do ambiente, foi efetuada com base no inventário dos principais poluentes atmosféricos, a partir do documento "Emissões de Poluentes Atmosféricos por Concelho – 2015 e 2017", de 2019, da autoria da APA, para o concelho de Portimão.

A qualidade do ar foi também avaliada com base na classificação do índice de qualidade do ar, disponibilizado pela APA, para a Aglomeração. A classificação global obtida para o ano de 2021, variou maioritariamente entre o "Muito Bom" e o "Bom".

Para além da referida análise qualitativa, foram utilizados dados da estação de monitorização da qualidade do ar David Neto, referente ao ano de 2021, no entanto, apesar da proximidade, considera-se que os dados não são representativos da zona em estudo, uma vez que a referida estação está orientada para as emissões provenientes do tráfego automóvel.

Na ausência do projeto também não são expectáveis alterações significativas na qualidade do ar na área de intervenção.

No que diz respeito à fase de construção foram avaliados os impactes ambientais, sendo que, dizem respeito às ações de movimentação de terras, e emissões gasosas de veículos e maquinaria afetos à obra, estes impactes são pouco significativos e temporários e são apresentadas medidas de minimização que se podem considerar adequadas.

Durante a fase de exploração as emissões esperadas dizem respeito ao movimento de viaturas necessárias a atividades relacionadas com a manutenção da infraestrutura, no entanto, não são espectáveis alterações significativas na qualidade do ar.

Para a fase de desativação, os impactes esperados são semelhantes aos da fase de construção.

Não está previsto, nem se considera necessário, um plano de monitorização ambiental no que diz respeito à qualidade do ar.

5.6. SOCIOECONOMIA

No âmbito do fator socioeconomia, quer ao nível da componente demográfica quer ao nível da estrutura socioeconómica, os conteúdos apresentados são bastante abrangentes.

Na fase de construção da obra e pela natureza dos trabalhos que estão identificados, prevê-se um aumento dos postos de trabalho, ligados predominantemente à construção civil, mas de carácter temporário.

Embora não seja referenciado o número de trabalhadores e pessoal administrativo/técnico que vão estar afetos à execução do projeto, trata-se certamente de uma afetação que se espera positiva ao nível dos serviços (alojamento, restauração e comércio) para a economia local/regional.

Como é referido no EIA, a contratação de mão de obra pode vir a revelar-se um problema devido sobretudo aos elevados índices de construção na região do Algarve que consomem uma parte substancial de postos de trabalho na área da construção civil. Neste sentido, sendo *"expectável a afluência de mão-de-obra migrante para os trabalhos de construção civil, e para que esta ação não decorra em impactes sociais negativos, é de extrema importância a garantia de condições dignas de habitabilidade, de higiene e de trabalho a estes contratados importa que sejam garantidas as condições condignas de alojamento"*.

Espera-se por isso que a criação de postos de trabalho para esta obra, recorra a emigrantes ou eventualmente a trabalhadores de outras regiões do país.

Como é referido no EIA “*o impacto da afluência de indivíduos à região durante a fase de construção das infraestruturas, caso sejam tomadas medidas que incentivem o emprego local*”, poderá ser classificado com sentido positivo e significativo. No entanto, as eventuais medidas “*que incentivem o emprego local*” dependem de ações coordenadas e das estratégias a potenciar/concretizar entre entidades.

Devido à natureza deste projeto (execução de infraestruturas), a região tem uma ampla oferta disponível de matérias-primas e serviços que pode fornecer para a obra, facto que tem impacto positivo significativo e direto. Assim, nesta fase, os impactos terão uma magnitude moderada, serão reversíveis e pouco significativos a significativos.

São também identificados impactos negativos ao nível da implantação de estaleiros através da ocupação temporária de propriedade privadas, mas as indemnizações/aluguer, de alguma forma poderão compensar os incómodos que possam vir a ser gerados. É evidenciado também que o estaleiro vai gerar um fluxo de veículos e máquinas, o que vai originar a produção de ruído e libertação de poluentes e afetar as populações de proximidade devido aos vários tipos de máquinas e veículos em movimento, com implicações na perturbação das vias e acessos locais.

Os trabalhos previstos para implantação das infraestruturas, escavações/aterros, depósito de terras sobrantes, fluxos de viaturas (sobretudo de pesados), perturbações/interrupções de acessos, terão um carácter negativo, direto, temporário, com probabilidade de ocorrência certa, reversível de magnitude moderada, com grau de significância, pouco significativo – com o cumprimento das medidas de minimização.

A dimensão da conduta e os trabalhos que serão necessários realizar para a sua colocação poderão trazer algum incómodo, ainda que temporário, para a população que habita nas proximidades destas áreas.

Trata-se de uma obra prevista no Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve (PREHA) e que visa combater a falta de água para consumo humano, na zona do barlavento, e minimizar perdas do sistema público e permitir ainda fornecer uma das mais competitivas indústrias em termos nacionais e internacionais que é o turismo.

Assim, na fase de exploração, vai conseguir-se garantir os caudais necessários para abastecimento público, que estão atualmente comprometidos não só pela secção e abandono da conduta existente, mas também por não haver volumes de água disponíveis na barragem da Bravura.

Importa ainda evidenciar que este tipo de projetos que procuram melhorar a eficiência dos sistemas já existentes, são de extrema importância socioeconómica para a região do Algarve.

Deste modo, os impactes esperados são positivos, diretos, permanentes, certos, de carácter local/regional a longo prazo, reversíveis, de magnitude elevada e muito significativos, se considerarmos todo o enquadramento socioeconómico e ambiental para as próximas décadas.

Na fase de desativação, a remoção da infraestrutura, por causas que são difíceis de prever (por exemplo novas alternativas que possam surgir), dificulta a avaliação do impacte no futuro.

Os trabalhos da remoção da infraestrutura induzirão trabalhos que necessariamente obrigam à contratação de trabalhadores, com impactes idênticos aos da fase de construção. As condicionantes negativas que serão impostas aquando da realização dos trabalhos de remoção da conduta, aos moradores e atividades comerciais e agrícolas serão idênticos ao que estão previstos na fase de construção. Deste modo, o sentido valorativo poderá ser tendencialmente negativo de duração permanente, incerto, de magnitude moderada e significativo. Foram propostas medidas de mitigação gerais e específicas para as diversas fases da obra, sobretudo na fase de construção e de exploração.

Nas Medidas Gerais realça-se a MMG(FC)2 referente à informação que deve ser disponibilizada à população nas fases da obra e qual o relacionamento com o público mais adequado.

Reforça-se ainda que, a heterogeneidade de usos e ocupações dos espaços intercetados que se encontram implantados ao longo da EN125, nos cerca de 5 km de extensão da obra, obriga a um planeamento atempado por forma a reduzir os impactes negativos diretos e indiretos, nos diversos utilizadores (residentes, empresas, transportes públicos, proprietários e explorações agrícolas, armazéns, entre outros).

A MMG(FC)50 quando refere a *"recuperação de caminhos e vias utilizadas como acesso aos locais em obra, assim como os pavimentos e passeios públicos que tenham sido destruídos ou eventualmente sido afetados"*, deve abranger, naturalmente, a reconstrução das caixas de pavimento e garantia de obra das reposições a realizar, com preocupação redobrada na drenagem da EN125.

No âmbito das medidas mitigadoras específicas deve ser evitado, se possível, a destruição do raizame estruturante das árvores. No *"interior da cortina arbórea que acompanha a EN 125 junto à Penina, está previsto a implantação da conduta ao longo de um percurso onde é possível a circulação de veículos de pequenas dimensões"*.

Embora seja referido que somente vão ser derrubados dois eucaliptos ao longo desse troço, existem na proximidade, outras árvores que certamente o seu raizame será intercetado (Figura 8). Assim, deve haver uma avaliação técnica cuidada, durante a obra naquele troço, para se verificar se o corte de raízes não provoca a instabilidade e colapso posterior das árvores.

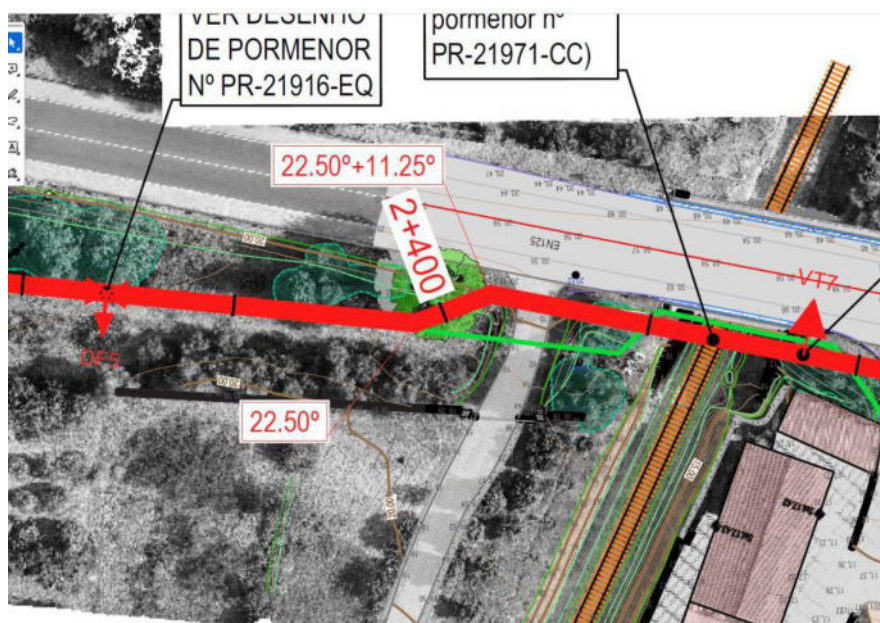


Figura 8 - Área de estudo. (Fonte: EIA, outubro 2023)

Importa ainda valorizar a necessidade de um rigoroso planeamento (físico e temporal) da obra, por forma a não existir descontinuidades e interrupções físicas e temporais que possam originar incómodos e penalizações para os diversos utilizadores da área afetada. Alerta-se ainda para o fluxo rodoviário existente no local, sobretudo no verão, o que exige um aumento da vigilância da segurança e compatibilização das obras com a circularidade rodoviária e pedonal.

Devido à grande dificuldade de alojamento no local, o estaleiro da obra deverá equacionar a necessidade de construir instalações sociais (dormitórios e refeitórios), para que o impacto positivo do aumento de emprego não venha originar impactos negativos ao nível da qualidade de vida dos trabalhadores.

Se as condições de alojamento dos trabalhadores estiverem asseguradas, o empreiteiro poderá justificar a sua não realização.

5.7. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Enquadramento e conformidade com os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT)

Foram identificados os seguintes instrumentos de gestão territorial, de âmbito nacional, regional e municipal, considerados mais relevantes para o enquadramento do projeto na área de estudo:

- Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT).
- Plano Nacional da Água (PNA).

- Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020).
- Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve).
- Plano de Gestão de Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve – RH8 (PGRHRARH8).
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Algarve (PROF ALG).
- Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Algarve (PIAACAMAL).
- Plano Diretor Municipal de Portimão.

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve, enquanto plano desprovido de eficácia *plurisubjetiva*, que vincula apenas entidades públicas, foi analisado ao nível das políticas sectoriais, tendo o estudo considerado que o projeto se integra na estratégia de sustentabilidade global dos recursos naturais e na aplicação de políticas adequadas à estrutura económica face à ameaça das alterações climáticas, incluindo a salvaguarda dos recursos hídricos como fundamental para a sustentabilidade do sistema ambiental integrado no Modelo Territorial do PROT. Assim, considera-se que a implementação do projeto, concorre com os objetivos regulamentares estabelecidos na estratégia definida pelo PROT sobre a necessidade de gestão eficiente dos recursos hídricos, da manutenção da qualidade e da disponibilidade de água para abastecimento público e na promoção e salvaguarda das infraestruturas hidráulicas existentes no contexto das alterações climáticas.

Nas normas específicas de carácter setorial para os Recursos Hídricos está prevista a consolidação das origens de água dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água, considerando os elevados padrões de qualidade da água a distribuir às populações, o potencial de poupança de água ao nível dos diversos usos, e a indispensável redução de perdas em sistemas de distribuição, como verdadeiro recurso a mobilizar.

Da consulta à planta de ordenamento do Plano Diretor Municipal (PDM) de Portimão, verifica-se que o projeto abrange espaços urbanos e espaços agrícolas, nas seguintes categorias de espaço: Espaços urbanos (Zonas de ocupação turística - 1,73%, Zonas urbanas – 6,4%), Espaços agrícolas (Solos agrícolas, RAN - 75%, espaços de fomento agroflorestal - 20% e Perímetro de Rega - 80%).

Tendo em consideração o interesse público do projeto em apreciação, considera o estudo que o zonamento previsto no PDM em vigor, não é impeditivo à realização do mesmo.

No entanto, caberá à Câmara Municipal de Portimão, a avaliação do cumprimento dos planos territoriais municipais (PTM) em vigor na área territorial abrangida, aplicáveis ao projeto em análise, nomeadamente o disposto no Plano Diretor Municipal.

Sobre as condicionantes, servidões administrativas e restrições de utilidade pública com incidência na área são identificadas o Domínio Público Hídrico; Reserva Agrícola Nacional; Reserva Ecológica Nacional; Perigosidade de Incêndio Florestal; Rede Elétrica; Rede Viária e Sistema de saneamento.

Condicionantes, servidões administrativas e restrições de utilidade pública

O estudo identificou as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública e outras condicionantes que ocorrem na área do projeto e que, de alguma forma, podem condicionar a sua execução, designadamente:

- Domínio Público Hídrico (DPH), o projeto carece de título de utilização do Domínio Hídrico (DH).
- Reserva Agrícola Nacional.
- Zona Especial de Conservação (ZEC) da Ria do Alvor, Rede Natura 2000.
- Servidão rodoviária - Estrada Nacional 125.
- Rede elétrica.
- Reserva Ecológica Nacional (Zonas ameaçadas pelas Cheias, Sapal e Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos).
- Domínio Público Ferroviário.
- Condutas de abastecimento de água e de saneamento básico, da responsabilidade da Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão (EMARP) e adução de água para rega (Aproveitamento hidroagrícola do Alvor).

Foi igualmente analisada a perigosidade de incêndio florestal.

Em matéria de aplicação do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN) (Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação atual, conferida pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto), e de acordo com as cartas da Reserva Ecológica Nacional (REN), em vigor no Município de Portimão, o projeto em apreciação abrange as seguintes tipologias: “Áreas de Máxima Infiltração”, “Faixas de Proteção das Áreas de Sapal” e “Zonas Ameaçadas pelas Cheias”, que correspondem respetivamente às novas categorias de “Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos”, “Águas de transição e respetivos leitos, margens e faixas de proteção” e “Zonas ameaçadas pelas cheias”, conforme consta no anexo IV do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN).

O RJREN, no Anexo II, identifica os “usos e ações compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas na REN”, em função das tipologias em presença, e a Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro (que regulamenta o RJREN), no Anexo I, define as condições para a viabilização dos usos e ações considerados compatíveis com o referido regime, sendo que o Anexo II identifica os usos e ações que carecem de parecer obrigatório e vinculativo da APA/ARH.

O projeto em apreço, nas tipologias em presença, encontra-se sujeito ao procedimento de comunicação prévia à CCDR Algarve no âmbito do RJREN, no enquadramento dado pelo referido regime, no:

- Título II - Infraestruturas, alínea “d) *Infraestruturas de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e de gestão de efluentes, incluindo estações elevatórias, ETA, ETAR, reservatórios e plataformas de bombagem*”, desde que cumpra, cumulativamente, os seguintes requisitos:

“i) Sejam estabelecidas medidas de minimização das disfunções ambientais e paisagísticas.

ii) Nas zonas ameaçadas pelas cheias não é admitida a instalação de ETAR”.

Neste contexto o estudo prevê, para as fases de projeto de execução e de construção, medidas ambientais que concorrem para o cumprimento dos requisitos acima estabelecidos, nomeadamente as medidas de mitigação gerais previstas e as consideradas para a fase de construção da obra - Implantação dos estaleiros e parques de materiais (MMG(FC) 7 e 8; para a Desmatção, Limpeza e Decapagem dos Solos (MMG(FC) 9. a 12 e Escavações e Movimentação de terras (MMG(FC) 13. a 21 e Construção e Reabilitação de Acessos (MMG(FC) 22 a 26.

E na alínea “n) Pequenas beneficiações de vias e de caminhos municipais, sem novas impermeabilizações e o) Alargamento de plataformas e de faixas de rodagem e pequenas correções de traçado”, sem que lhe sejam aplicáveis requisitos específicos.

Face ao exposto, considera-se que o projeto é genericamente compatível com os instrumentos de gestão territorial em vigor e tem enquadramento no quadro de usos e ações compatíveis com o regime jurídico da REN.

Não obstante nos casos de infraestruturas públicas, nomeadamente de abastecimento de água, sujeitas a avaliação de impacte ambiental, a declaração de impacte ambiental favorável ou condicionalmente favorável, equivale ao reconhecimento de interesse publico da ação.

Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, na sua redação atual

De acordo com a Planta de Condicionantes, que integra o PDM de Portimão, no que respeita à interferência do projeto com os solos classificados como RAN, sublinha-se que a área de estudo interseta cerca de 158 ha, enquanto a área de implantação da conduta interseta apenas 8 ha. Mais especificamente através da sobreposição das componentes que constituem o projeto (*shapefile*) com os solos classificados como RAN e a Área do Aproveitamento Hidroagrícola do Alvor, constata-se o seguinte (Figura 9):

Identificação	RAN	AH
ETA 2	Não coincide	Coincide parcialmente
ETA	Não coincide	Não coincide
Adutora	Parcialmente em alguns troços	Parcialmente em alguns troços
Conduta de abastecimento	Parcialmente em alguns troços	Parcialmente em alguns troços
Câmara Penina	Inserida totalmente	Inserida totalmente

Figura 9 - Áreas que incidem em RAN e Perímetro de Rega do Alvor.

Na área de intervenção do EIA, e conforme PDM de Portimão a classificação de solos divide-se em espaços urbanos, espaços agrícolas e espaços florestais que incluem solos agrícolas, perímetro de rega e que correspondem aos solos classificados como RAN. Acresce informar que, para as áreas classificados como RAN,

estão sujeitas ao cumprimento do regime jurídico da RAN aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, na sua redação atual.

Sublinha-se que, o Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro, veio alterar o n.º 7 do artigo 23.º do regime jurídico da RAN, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, dispondo que “(...) *quando a utilização esteja sujeita a procedimento de avaliação de impacte ambiental ou de avaliação de incidências ambientais em fase de projeto de execução, o parecer favorável, expresso ou tácito, no âmbito desse procedimento, incluindo na fase de verificação da conformidade ambiental do projeto de execução, dispensa qualquer parecer.*” (leia-se parecer da Entidade Regional da RAN, conforme art.º 1- art.º 23.º).

No contexto do definido no Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro, que veio alterar o n.º 7 do artigo 23.º do regime jurídico da RAN, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, e ponderados os valores em presença, considera-se que o projeto reúne condições para a emissão de pronúncia favorável, face ao seu relevante interesse público, tendo presente que:

- A intervenção encontra-se incluída na reprogramação do “Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve”, sendo um dos Investimentos previstos na Componente C09 – Gestão Hídrica do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).
- Inclui-se na submedida SM5 - Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes, reforçar com novas origens de água – previsto por Portugal, com a designação “Reforço da interligação do sistema de abastecimento em alta do Barlavento/Sotavento Algarvio - Chão das Donas (Ponto entrega de Portimão) e ETA de Fontainhas”.

Releva-se ainda que o EIA apresenta uma planta de áreas condicionadas e preferenciais à instalação de estaleiro o que se considera fundamental para evitar locais de implantação de estaleiro e acessos de obra que incidam em áreas abrangidas por solos classificados como RAN.

Assim, no que concerne à Reserva Agrícola Nacional (RAN), considera-se estão reunidas condições para a emissão de parecer favorável.

5.8. SOLO E USO DO SOLO

Ocupação do Solo

Na caracterização da ocupação do solo foi utilizada a Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) de 2018, Direção-Geral do Território (DGT), os Ortofotomapas de 2018 (DGT) com resolução de 0,25 m e verificação em trabalho de campo realizado nos dias 14 de junho, 29 de agosto e 3 de outubro de 2023.

Foram identificadas as seguintes classes de ocupação do solo, conforme Figura 10.

Classe de Uso do Solo	Área de estudo		Conduta adutora	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Culturas temporárias e pastagens	29,5	13	1,9	18
Linhas de água e vegetação ripícola	3,0	1	0,2	2
Matos	15,6	7	0,3	3
Mosaicos culturais e parcelares complexos	34,1	16	1,7	16
Olivais	3,5	2	---	---
Pomares	29,7	14	0,6	6
Zonas artificializadas	101,7	46	5,8	55
Zonas húmidas	2,3	1	---	---
Total	219,2	100%	10,5	100%

Figura 10 - Classes de usos do solo presentes na área de estudo e na área de implantação da conduta adutora. (Fonte: EIA, outubro 2023)

Verifica-se que as áreas artificializadas são as mais representativas na área de estudo e na área de implantação da conduta proposta, com cerca de 101 ha e 55 ha, respetivamente, seguida de “mosaicos culturais e parcelares complexos” (cerca de 34 ha, 16%), “culturas temporárias e pastagens” e “pomares” (com 13% e 14%, respetivamente). A área afetada pela conduta totaliza 10,5 ha, e as áreas mais naturalizadas têm uma afetação pouco expressiva (cerca de 0,5 ha).

As alterações aos usos do solo causadas pela implantação da conduta, gerarão impactes mais negativos e significativos na fase de construção nas áreas mais próximas à ria do Alvor, uma vez que interferem com valores naturais em presença e nas áreas artificializadas, maioritariamente adjacentes à EN125, que incluem as áreas edificadas de Figueira, Mexilhoeira Grande e uma pequena área do campo de golfe do Empreendimento Penina Hotel & Resort. São considerados impactes temporários, porque serão posteriormente reestabelecidos os usos do solo pré-existent, incluindo os solos agrícolas em RAN (8 ha), uma vez que as condutas serão enterradas ou autoportantes nas travessias das linhas de água.

Solos e capacidade de uso dos solos

A maior parte do traçado da conduta encontra-se em solos mediterrâneos vermelhos ou amarelados, seguidos de solos litólicos não húmidos, sendo que a sua capacidade de uso agrícola é maioritariamente elevada e muito elevada (classe A e B), tendo sido identificadas, na área de estudo, 6 unidades pedológicas, pertencentes à categoria taxonómica de subordem da Classificação dos Solos de Portugal (SROA) (Cardoso, 1965; SROA, 1970) e 13 famílias de solos (Figura 11), algumas das quais com diferentes fases.

Subordem	Símbolo cartográfico	Família
Solos Incipientes		
Aluviossolos	A	Aluviossolos Modernos, Não Calcários, de textura mediana
	Ac	Aluviossolos Modernos, Calcários, (Para-Solos Calcários), de textura mediana
	At	Aluviossolos Antigos, Não Calcários, de textura mediana
	Atc	Aluviossolos Antigos, Calcários, (Para-Solos Calcários), de textura mediana
	Atl	Aluviossolos Antigos, Não Calcários, de textura ligeira
Coluviossolos	Sbc	Solos de Baixas (Coluviossolos), Calcários, (Para-Solos Calcários), de textura mediana
Solos Halomórficos		
Solos Salinos	As	Solos Salinos, de Salinidade Moderada, de Aluviões, de textura mediana
	Asc	Solos Salinos, de Salinidade Moderada, de Aluviões, de textura mediana, calcários
	Ass	Solos Salinos, de Salinidade Elevada, de Aluviões, de textura mediana
Solos Argiluvitados Pouco Insaturados		
Solos Mediterrâneos	Sr	Solos Mediterrâneos, Vermelhos ou Amarelos, de Materiais Não Calcários, Normais, de de "raíñas" ou depósitos afins
	Vcd	Solos Mediterrâneos, Vermelhos ou Amarelos, de Materiais Calcários, Normais, de calcários compactos ou dolomias
Solos Calcários		
Solos Calcários	Vc	Solos Calcários, Vermelhos dos Climas de Regime Xérico, Normais, de calcários
Solos Litólicos		
Solos Litólicos	Vt	Litólicos, Não Húmicos, Pouco Insaturados Normais, de arenitos grosseiros

Figura 11 - Categorização taxonómica dos diversos solos presentes na área de estudo.

(Fonte: EIA, Relatório Síntese, página 107 do Relatório, Volume 1, Tomo 2, Quadro 6.1., outubro 2023)

Da leitura da figura acima, constata-se que os solos Argiluvitados Pouco Insaturados, Incipientes e Litólicos estão quase que equitativamente distribuídos pela área de estudo, ocupando 72 % e que a conduta se encontra maioritariamente em solos mediterrâneos vermelhos ou amarelados, seguidos de solos litólicos não húmidos.

Na área de estudo predominam os solos da Classe B (32 %) com capacidade de uso elevada (classe B) e 31 % em solos com capacidade de uso muito elevada (classe A), totalizando, as classes A e B, 63 % da área de estudo e a classe C, cerca de 22 %. No que concerne às infraestruturas de projeto, a conduta ocupa equitativamente solos das classes A e B, correspondendo maioritariamente a solos incluídos na RAN.

É durante a fase de construção, que as atividades de instalação e utilização do estaleiro e infraestrutura de apoio e as movimentações de terras e circulação de maquinaria pesada associadas, poderão promover a desagregação superficial do solo, sendo consideradas ações potencialmente geradoras de impactes negativos sobre os solos, pela erosão, poluição/contaminação do solo e aumento da compactação dos solos. No entanto, se cumpridas todas as medidas propostas de gestão ambiental da obra e dos estaleiros, os impactes serão minimizáveis.

No enterramento das condutas adutoras, ocorre a remoção, ainda que temporária, dos solos, sendo necessária a criação de caminhos de serviço que servirão de acesso à obra.

Considerando que, os solos dominantes são de elevada fertilidade, os impactes *negativos* nos solos serão *diretos, permanentes, de magnitude média*, na generalidade, *significativos, reversíveis, de âmbito local*.

Na fase de exploração os impactes advêm essencialmente das ações de manutenção periódica das infraestruturas, sendo da mesma natureza e tipologia dos identificados na fase de construção, mas mais localizados e menos significativos. Na fase de desativação, considerando que a desativação do projeto se processará através da remoção das infraestruturas, os impactes gerados serão equivalentes aos gerados na fase de construção.

Como medidas de minimização para a fase de execução do projeto, o estudo propõe, dentro do possível, minimizar o volume de movimentação de terras e a extensão dos caminhos de acesso, tendo no entanto sido proposto: o armazenamento temporário dos solos em pargas (com geometria que não comprometa a estabilidade das mesmas nem as características do solo); maximizar o aproveitamento dos materiais provenientes das escavações e minimizar as movimentações de terras e exposição dos solos nos períodos de maior pluviosidade.

5.9. SAÚDE HUMANA

O EIA revela uma adequada caracterização da situação referência no que concerne à Saúde Humana, comparando indicadores de saúde (índices demográficos, esperança de vida, natalidade, mortalidade e principais fatores de risco e determinantes de saúde) a nível nacional, regional e local, bem como caracterizando os principais serviços de saúde e respetivas unidades funcionais abrangidas. Estão ainda caracterizados os principais fatores de riscos suscetíveis de afetar a saúde humana, mais concretamente o ambiente sonoro, a qualidade do ar e a qualidade da água.

Na ausência de orientação/metodologias reconhecidas para avaliar e quantificar o significado dos efeitos na saúde humana, com a devida especificidade, entende-se que a avaliação de impactes vertida no EIA se encontra ajustada face aos fatores que, direta ou indiretamente, impactam a saúde humana.

Na ausência do projeto, o EIA não prevê que haja lugar a qualquer tipo de ganhos em termos de saúde humana. Em contrapartida, prevê impactes negativos em termos da saúde humana, uma vez que a sua ausência comprometerá o acesso ao abastecimento de água.

Para a saúde humana, a execução do projeto resultará, na fase de construção, em impactos negativos na qualidade do ar (emissão de poluentes atmosféricos, poeiras e partículas em suspensão), na perceção de segurança rodoviária local (aumento da circulação e do tráfego de maquinarias e veículos), na qualidade da água (potencial risco de contaminação de águas subterrâneas com hidrocarbonetos) e no ambiente sonoro (o aumento dos níveis de ruído decorrente das atividades de construção), e impactos positivos na socioeconomia (estímulo do emprego e economia local). Em suma, no cômputo geral, o EIA classifica o impacto do projeto na saúde humana, na fase de construção, como negativo, direto, temporário, provável, local, imediato, reversível, de baixa magnitude e pouco significativo.

Na fase de exploração, o EIA sublinha que a presença, exploração e manutenção da conduta de abastecimento resulta num impacto positivo, traduzindo-se numa melhoria das condições de abastecimento da água para consumo humano e, consequentemente, no acesso à água, principalmente tendo em vista a previsão de aumento de fenómenos de seca. Nessa senda, o impacto é avaliado como positivo, direto, temporário, certo, regional, a médio prazo, reversível, de moderada magnitude e significativo.

Na fase de desativação, o EIA prevê que o desmantelamento integral e remoção das infraestruturas, irá impactar positivamente na socioeconomia (estímulo do emprego e economia local) e negativamente no que concerne ao ambiente sonoro (aumento da produção de ruído) e à qualidade do ar (aumento de libertação de poluentes atmosféricos). Este impacto é estimado como negativo, direto, temporário, provável, local, imediato, reversível, de magnitude baixa e pouco significativo.

O presente projeto irá contribuir para suprir os atuais constrangimentos no abastecimento público do Barlavento Algarvio, contribuindo ativamente para o aumento da resiliência e capacidade do sistema multimunicipal da região e melhorando a resposta às pressões prementes de seca, alterações climáticas e alterações nos padrões de disponibilidade hídrica. O projeto resultará em ganhos em saúde, uma vez que os impactos positivos superam os impactos negativos.

5.10. PATRIMÓNIO

De forma a contextualizar a ocupação humana histórica deste território o EIA refere que a configuração do sistema lagunar de Alvor tem sido muito dinâmica e variado bastante ao longo do tempo, sendo disso testemunho os mapas históricos em que as representações dos séculos XVI ao século XIX indiciam uma migração sistemática da barra.

Refere também que os vestígios mais antigos identificados no território em torno da área de estudo remontam ao Paleolítico Superior e ao Neolítico e consistem em manchas de dispersão de vestígios ou achados avulsos,

como Viseu 1, Gasga, Areias ou Detrás das Vinhas em que a Vila Velha de Alvor ou Ipses constituiu um castro ibérico amuralhado, que terá sido ocupado entre a Idade do Ferro e o Período Islâmico.

Salienta a presença neste território "Estação romana da Quinta da Abicada", uma *villa* romana, classificada como MN - monumento nacional (Decreto n.º 35 817, DG, I Série, n.º 187, de 20-8-1946), que se encontra implantada num promontório de reduzida altitude, no extremo de uma península na confluência das ribeiras do Farel e da Senhora do Verde, integrada na Ria de Alvor, a 3200 m do mar o que permitia combinar o desenvolvimento da atividade agrícola com a exploração de recursos marinhos e fluviais.

A caracterização da situação de referência apresentada pelo EIA resultou da análise comparativa da informação anteriormente conhecida e sintetizada no capítulo relativo à pesquisa bibliográfica, com os resultados obtidos nos trabalhos de campo de prospeção arqueológica.

A prospeção arqueológica do traçado das condutas, no corredor máximo de 400 metros de largura, envolveu a verificação dos elementos relativos à georreferenciação dos sítios arqueológicos e imóveis disponíveis para a área de estudo, envolvendo ainda o levantamento do património etnográfico da área em estudo.

O EIA apresenta no Quadro 8.1 a síntese do património histórico-arqueológico registado no corredor de estudo, que integra a referência a nove ocorrências patrimoniais (OP). Refira-se que o Desenho 14, Carta do Património Arqueológico, Arquitetónico e Etnográfico – Inventário (Revisão A), apresenta a implantação destas face ao projeto, que é ainda complementado pelo Desenho 15, Carta de Visibilidade do Solo – Património Arqueológico, Arquitetónico e Etnográfico (revisão A). De referir a presença de seis sítios arqueológicos (OP3 a OP8). Dos três elementos do património construído de natureza etnográfica, destaca-se devido ao seu valor cultural e ao estado de conservação, o Moinho das Fontes (OP9), um moinho de maré que se encontra reabilitado.

É indicado que os acessos a utilizar serão os existentes e que, conforme o Desenho 25, a área preferencial para instalação de estaleiros é o atual recinto da ETA das Fontainhas.

A avaliação de impactes encontra-se desenvolvida no EIA, designadamente no que concerne ao património histórico-arqueológico. Esta baseou-se nos vestígios que permitem a sua determinação, na mancha de dispersão de materiais de superfície, que pode não ser exatamente correspondente aos limites dos eventuais contextos conservados no subsolo. A metodologia empregue baseia-se no critério de distância em relação às infraestruturas com os seguintes critérios:

- Ocorre afetação direta associada a:
 - Infraestruturas lineares a construir/beneficiar – o corredor de afetação de 5 m de largura para cada lado do eixo da infraestrutura.
 - Infraestruturas pontuais ou em mancha – perímetro de afetação de 5 m em torno do limite da infraestrutura.

- A potencial afetação indireta pode resultar da localização das ocorrências patrimoniais até uma distância de 50 m da frente de obra.

Com base nestes pressupostos, procedeu-se à identificação das eventuais situações de impactes sobre as ocorrências patrimoniais inventariadas na área de estudo.

O Quadro 2.3 sintetiza a relação entre o património e as unidades de projeto em estudo, que permite a ponderação de impactes. De acordo com este, na área de incidência direta (AID) encontra-se a OP1, Nora de Vau, elemento etnográfico localizado a cerca de 1 metro da conduta. Na área de incidência indireta (AII) encontra-se a OP2, Poço da Mexilhoeira Grande, elemento etnográfico, a 9 metros da conduta, e a OP6, Detrás das Vinhas, vestígios diversos neolíticos, a 13 m da conduta. As restantes ocorrências situam-se na área de estudo restrita (ERA), a mais de 60 m da conduta.

Face à proximidade das OP1, Nora de Vau, e OP2, Poço da Mexilhoeira Grande, elementos etnográficos, preconiza-se que antes do início da obra deverá ser efetuado o respetivo registo, para memória futura. Quanto à OP6, vestígios diversos neolíticos, considera-se que antes do início da obra deverão ser efetuadas sondagens mecânicas na área de implantação da vala da conduta contígua a este elemento arqueológico.

O EIA para a desmatção, limpeza e decapagem dos solos apresenta as medidas de minimização MMG(FC) 12. (APA 12) e a MMG(FC) 13. (APA 13), que condicionam o acompanhamento arqueológico se a área a afetar potencialmente apresentar património arqueológico. Acontece que o acompanhamento é uma medida preventiva, cautelar, dada a natureza dos vestígios arqueológicos, muitas vezes inéditos por se encontrarem ocultos no solo e no subsolo.

Ainda para a fase de construção o EIA apresenta um conjunto de medidas específicas - MM(FC) 18 a MM(FC) 22 - que incidem, essencialmente, sobre o Acompanhamento Arqueológico da obra, as quais deverão ser complementadas por outras direcionadas para as ocorrências patrimoniais e que se apresentam no ponto 9 deste parecer.

5.11. PAISAGEM

A paisagem compreende uma componente estrutural e funcional, sendo esta avaliada pela identificação e caracterização das Unidades Homogéneas que a compõem. Em termos paisagísticos, e de acordo com o Estudo "Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental" de Cancela d'Abreu (2004), a Área de Estudo insere-se no Grupo de Unidades de Paisagem "V – Algarve". Dentro deste Grupo de Unidades de Paisagem, num nível inferior, insere-se Unidade de Paisagem n.º 124 – "Barlavento Algarvio". Interior à Unidade de paisagem referida e num terceiro nível hierárquico foram delimitadas dez Subunidades

de paisagem: “Zonas Húmidas”; “Planos de Água”; “Salinas”; “Espaços Naturalizados”; “Pomares”; “Culturas Anuais”; “Culturas Permanentes”; “Mosaico de Policultura”; Campos de Golfe” e “Territórios Artificializados”.

▪ Unidade de Paisagem n.º 124 - “Barlavento Algarvio”

Apresenta um carácter moldado por áreas aplanadas. As planícies aluviais, geradas pelos cursos originados na serra de Monchique, criam zonas húmidas dentre as quais se destaca a área associada ao rio Alvor como o meio húmido mais importante do Barlavento Algarvio. O uso do solo, a norte da faixa costeira, área onde se localiza o Projeto, é visivelmente dominado por policultura. Os vales são pontualmente ocupados por culturas anuais regadas e pomares de citrinos; algumas zonas húmidas, anteriormente drenadas, são ainda aproveitadas como pastagens para gado bovino. Surgem algumas salinas em anteriores áreas de sapal. Em termos de edificação é menos densa, comparativamente, com o Algarve central, apesar de, junto ao litoral, a ocupação também ser quase total.

- Subunidade de Paisagem “Zonas Húmidas” - São definidas geograficamente pela foz da ribeira de Odiáxere e pela foz do rio Alvor que se desenvolvem em vales largos e aplanados com elevado valor ecológico e paisagístico. Apresentam uma dimensão considerável, mais de 140 ha, onde dominam as áreas agrícolas e de salinas abandonadas, intercaladas com sapais atualmente em regeneração.
- Subunidade de Paisagem “Planos de Água” – Abrange os planos de água da ribeira de Odiáxere e do rio Alvor e ocupa uma superfície da área de estudo de dimensão significativa.
- Subunidade de Paisagem “Salinas” – São áreas adjacentes aos principais cursos de água intervencionadas pelo homem que as transformou em unidades de extração de sal, constituindo estas uma paisagem cultural. Algumas destas salinas encontram-se sem exploração, caso das que se situam mais a Este de Odiáxere.
- Subunidade de Paisagem “Espaços Naturalizados” - correspondem a áreas agrícolas abandonadas, onde a vegetação arbustiva e arbórea se encontra em regeneração e a áreas remanescentes que expressam o carácter típico da paisagem da região. Estas áreas encontram-se, maioritariamente, na metade norte da área de estudo, a norte da EN125.
- Subunidade de Paisagem “Culturas Anuais” – Caracteriza-se por apresentar áreas contínuas ocupadas por culturas anuais, localizadas nas várzeas da ribeira de Odiáxere e do rio Alvor. O padrão cultural caracteriza-se por uma sucessão de folhas de cultura de pequena dimensão. A alternância de usos/ocupação do solo determina um padrão visual mais diverso, a par das sebes vivas que ladeia os caminhos que reforçam a matriz cultural.
- Subunidade de Paisagem “Pomares” – É composta pelos tradicionais pomares de amendoeiras, alfarrobeiras, figueiras e, ocasionalmente, olivais ou vinhas que são as ocupações ancestrais em regime de agricultura extensiva tradicional de sequeiro e que são parte da imagem identitária da Área de Estudo em termos culturais, a par dos muros de pedra seca que ladeiam as pequenas parcelas. Estes espaços localizam-se, predominantemente, na metade norte da Área de Estudo.
- Subunidade de Paisagem “Mosaico de Policultura” – Caracteriza-se pela ocorrência de um padrão definido pela reduzida dimensão da propriedade onde ocorre um conjunto de áreas de natureza agrícola, onde

vários tipos de cultura são desenvolvidos, a par de uma ocupação de cariz urbano, mas disperso constituído pelas habitações tradicionais – casas brancas de um andar com açoteia.

- Subunidade de Paisagem “Campos de Golfe” – Corresponde a áreas ocupadas pelos campos de golfe. São ocupações de natureza antrópica e carácter artificial, apesar de compostas por elementos naturais.
- Subunidade de Paisagem “Territórios Artificializados” – Corresponde a áreas de cariz urbano, frequentemente, de grande densidade. Nestas incluem-se a vila de Odiáxere, a Mexilhoeira Grande, Montes de Alvor e, a ponte, a cidade de Portimão, sendo esta a zona urbana mais compacta.

No que se refere ao projeto, o mesmo localiza-se no Grupo de Unidades de Paisagem “V – Algarve”, na Unidade de Paisagem n.º 124 – “Barlavento Algarvio” e, num terceiro nível hierárquico, atravessa, fisicamente, as seguintes Subunidades de paisagem: “Territórios Artificializados”; “Culturas Anuais”; “Campo de Golfe”; “Mosaico de Policultura” e “Pomares”.

Análise visual da paisagem

A paisagem compreende também uma componente cénica, caracterizada com base em três parâmetros: Qualidade Visual, Absorção Visual e Sensibilidade Visual. Contudo, tendo em consideração a tipologia de Projeto, o proponente considerou ser suficiente a caracterização apenas do parâmetro “Qualidade Visual” tendo-se concordado com a abordagem, face não apenas à tipologia do projeto, mas também às características da sua área de implementação física. Nestes termos, o referido parâmetro foi avaliado para uma área de estudo, definida como um *buffer*, com um raio de 3 km, gerado em redor das componentes do projeto, mas considerando a sua distribuição espacial e que se traduz numa área com cerca de 5.853 ha. No que respeita a esta análise, a área de estudo, define-se da seguinte forma:

- Qualidade visual da paisagem

A área de estudo caracteriza-se, de acordo com o expresso no EIA, por apresentar, maioritariamente, Qualidade Visual “Média”, representando cerca de 58%, ou cerca de 3.371 ha. Contudo, discorda-se, considerando-se que os valores são de ordem significativamente inferiores. Na classe de “Média” foram incluídas várias áreas de pomar tradicional, recente e mais antigo, assim como vastas áreas de vegetação natural potencial – formações vegetais secundárias de garrigue – que deveriam estar associados à classe de “Elevada”, pelo seu maior valor cénico. Por outro lado, outras áreas como pedreiras - SECIL Agregados – Laboreiro - estão incluídas nesta classe, assim como novas áreas industriais ou artificializadas – Portimão *Retail Park* -, e que deveriam estar incluídas na classe de “Baixa”. Acresce ainda alguns aldeamentos/loteamentos semelhantes terem sido, nuns casos na classe de “Média” e noutros casos, de “Baixa”.

No que se refere à classe de “Elevada” as áreas nela incluídas e que no EIA representam cerca de 27% consideram-se como tendo correta classificação, mas face ao exposto, a sua representatividade será próxima dos 40%. Nesta classe, destacam-se as áreas naturalizadas, planos de água, salinas e zonas húmidas que têm representação gráfica na Carta apresentada.

Face às considerações expostas considera-se que a área de estudo tende a situar-se na classe “Média” a “Elevada”.

No que se refere à inserção do projeto nas diferentes classes de Qualidade Visual considera-se que o mesmo se desenvolve, sensivelmente, da seguinte forma:

- Classe “Baixa” – 0 aos 300 m; 1.700 m aos 3.500 m e dos 4.600 m aos 5.150 m.
- Classe “Média” a “Elevada” – 300 m aos 1.700 m.
- Classe de “Média” - 3.500 m - 4.000 m e dos 5.150 m - 5.500 m

Identificação, caracterização, previsão, avaliação e classificação de impactes

De uma forma geral, o desenvolvimento de um projeto desta natureza induz necessariamente a ocorrência de impactes negativos na paisagem. Os mesmos devem-se, ao fato de se introduzir no território alterações ao nível estrutural, funcional e visual.

Genericamente, as ações infligidas refletem-se em alterações físicas do território, isto é, sobre os seus valores/atributos - naturais, patrimoniais, culturais e paisagísticos -, determinando também um uso permanente e condicionado do solo – faixa de servidão legal -, e indiretas, em termos visuais, com consequência no aumento do nível de artificialização, na dinâmica e escala de referência desses locais, condicionando assim negativamente a leitura da paisagem.

A magnitude de ocorrência dos impactes, temporal e espacial, depende da intensidade e duração da ação, ou seja, do grau de desorganização e destruição física dos valores em presença, geradores de descontinuidade funcional e visual, bem como do grau de visibilidade existente para a área de intervenção. Os impactes far-se-ão sentir de forma distinta nas diferentes fases do projeto.

No caso do projeto em avaliação, na identificação de impactes, foram detetados impactes ditos estruturais, que ocorrerão durante a fase de obra/construção, pela alteração da ocupação/uso do solo, da estrutura e da morfologia, com as consequentes alterações paisagísticas e impactes cénicos/visuais, que se manterão no tempo para além desse período.

Referem-se de seguida os impactes na paisagem identificados.

Fase de Construção

É durante esta fase que ocorrerão alguns dos impactes mais significativos sobre a paisagem, embora, maioritariamente, de expressão mais local, no presente caso.

Impactes Estruturais e Funcionais

Os impactes estruturais e funcionais estão associados a alterações de uso e ocupação do solo – afetação da vegetação - e morfologia do terreno, e circunscritos aos limites da faixa de servidão da conduta, assim como nas áreas de apoio à obra e estaleiros, manutenção e melhoria de acessos, e na faixa de implantação da conduta. A vala para a instalação da conduta terá uma largura de cerca de 1,9 m e a área para movimentação de máquinas, armazenamento temporário de terras e tubagens corresponde a uma faixa de cerca de 4 m de largura. A faixa de servidão será definida a partir do eixo da conduta, com 7 m de largura, com exceção nos troços em que a conduta se desloca na berma da EN125, não havendo definição da respetiva servidão.

Desmatação

- Impacte negativo, direto, certo, local, temporário, reversível a parcialmente reversível, baixa magnitude e pouco significativo.

Desarborização e Desflorestação

Engloba o abate de árvores, sobretudo, do pomar situado ao km 0+300 ao km 0+575. Na área do campo de golfe apenas está previsto realizar o abate de um eucalipto de dimensões significativas, sendo que esse mesmo abate já estava previsto realizar pela proximidade e risco de segurança para a EN125. Poderão ainda ser afetados 3 exemplares de alfarrobeira e 2 a 3 oliveiras.

- Impacte negativo, direto, certo, local, permanente, irreversível, baixa magnitude e pouco significativo.

Alteração da Morfologia Natural do Relevo

Engloba as ações de decapagem e de escavação em profundidade, assim como a modelação – nivelamento - das áreas de apoio à obra e estaleiros. A conduta existente será substituída por secções após abertura da vala, e nos locais onde ocorra alteração do traçado original irá proceder-se à instalação por escavação, e posterior recobrimento das valas. Os materiais sobrantes deverão ser enviados para aterro.

- Impacte negativo, direto, certo, local, temporário, reversível, baixa magnitude e pouco significativo.

Impactes de Natureza Visual

Os impactes visuais decorrem da intrusão visual causada pela presença de elementos estranhos na paisagem (maquinaria pesada, estaleiros, materiais de construção, etc.), ações de construção relacionadas com a escavação e aterro de valas e colocação da conduta.

A avaliação dos impactes visuais, como regra, suporta-se nas bacias visuais potenciais das componentes de um projeto. Pese embora a bacia visual potencial apresentada no EIA, não estar corretamente elaborada, em termos técnicos, a mesma traduz, no entanto, uma projeção significativa do impacte sobre a área de estudo, que corresponde, como regra à situação mais desfavorável, pelo que carece sempre da devida ponderação e avaliação. No presente caso, os impactes de natureza visual, decorrentes da evolução da construção, serão percecionados, sobretudo, nas imediações das áreas que serão objeto de intervenção. Nestes termos, não terão

projeção significativa sobre a área de estudo, em virtude da expressão espacial e visual da tipologia de projeto, assim, como do relevo, ocupação do solo – edificado e vegetação.

Dado as intervenções ocorrerem de forma muito localizada e pontual e, no caso da infraestrutura – conduta - em sucessivas e, relativas, pequenas extensões, a par da perturbação se fazer praticamente ao nível do solo, o impacto visual da construção será negativo e será sentido de forma significativa a muito significativa sobre os recetores sensíveis – observadores permanentes e observadores temporários e será mais significativo junto dos observadores permanentes, junto às vias e habitações mais próximas.

As diversas ações e alterações delas decorrentes geradas no decorrer desta fase expressam, no seu conjunto, um impacto visual que, habitualmente, se designa por “Desordem Visual”. Dentro deste conjunto, destacam-se sobretudo a “Formação de Poeiras”, perceptíveis a maiores distâncias, e que se reflete na diminuição da visibilidade, sobretudo, localmente, e na “Montagem da infraestrutura” associadas ao projeto. No presente caso as situações são coincidentes no que se refere aos locais onde ambos os impactos ocorrerão. Impacte negativo, direto, certo, local, temporário, reversível, baixa (Observadores Permanentes) a média (Observadores Temporários: utentes da N125) magnitude e significativo (Observadores Temporários: utentes da N125) a muito significativo.

- Significativos

- Observadores Temporários: km 0+160; km 0+600 (M532); km 0+080 ao Km 0+170; km 0+550 ao km 0+760; km 1+632 ao km 1+700; km 2+350 ao km 2+450; km 2+610 ao km 3+686; km 3+980 ao km 4+120; km 4+350 ao km 4+590; km 4+997 ao km 5+500. Rua da Norinha do Km 1+990 ao Km 2+110.

- Muito significativos

- Observadores Permanentes: km 1+990; km 2+110 ao km 2+290; km 2+400; km 2+600 ao km 3+066; km 3+556; km 3+700; km 4+035 e do km 4+500 ao km 4+600.

Relativamente à fase de exploração a conduta a substituir ficará localizada, maioritariamente, no subsolo pelo que a mesma não será visível à superfície, exceto nos locais das travessias à superfície, caso da sobre passagem da Ribeira da Torre (km 1+680) e da Ribeira do Farelo (km 3+200). A faixa de servidão associada a este tipo de infraestrutura condicionará o uso e ocupação do solo no futuro, o que afetará negativamente a qualidade cénica local. Em todas as referidas situações, os impactos de natureza visual não se apresentam com expressão que possam configurar um impacto visual negativo significativo, não só pelos locais em concreto, como pela expressão visual da reduzida extensão da conduta que ficará visível. Impacte negativo, indireto, certo, imediato, local, permanente, irreversível, reduzida magnitude e pouco significativo.

A fase de desativação corresponderá, fundamentalmente, à remoção da conduta se aplicável à data da mesma. Em tal cenário será necessário proceder à abertura da vala a par da remoção e transporte de todos materiais

alóctones utilizados na fase de construção. Serão de prever impactes semelhantes, aos da fase de construção, que resultarão fundamentalmente da perturbação causada pela circulação de máquinas e reposição do relevo. Verificando-se a remoção de todo o tipo de elementos artificiais e a recuperação das zonas intervencionadas, as mesmas poderão evoluir, com o tempo, para as suas características próximas das originais. A recuperação ambiental poderá ainda passar por uma intervenção que acelere o processo de recuperação paisagística, com recurso a espécies autóctones, na eventualidade dos terrenos não voltarem aos atuais usos.

São, contudo, cenários, cuja realização apenas poderá ser ponderada, avaliada e concretizada aquando da efetiva desativação e, nesse caso, deverá o proponente apresentar uma proposta de Plano de Desativação, que contemple várias vertentes, como uma proposta de plano de modelação do terreno e de arborização entre outras valências em acordo, também, com as intenções que os proprietários possam legitimamente apresentar.

Considera-se como sendo gerador de impactes, para efeitos de análise de impactes cumulativos, a presença na área de estudo de outras estruturas e/ou infraestruturas, de igual ou diferente tipologia, ou outras perturbações que contribuam sinergicamente para a alteração estrutural, funcional e perda de qualidade visual/cénica da paisagem. O impacte advirá de se registar a sobreposição espacial e temporal das áreas de estudo associadas ao(s) projeto(s), em presença ou previstos, que possam induzir, ou traduzir-se em impactes de natureza cumulativa, em fase de obra e/ou em fase de exploração.

Na presente análise avaliam-se os impactes do projeto, em termos cumulativos, com as diversas perturbações artificiais e de origem antrópica. Na área de estudo (*buffer*), ocorrem projetos de igual e de diferente tipologia, sendo que, alguns são interdependentes, e que se traduzem na existência de impactes cumulativos.

O projeto em avaliação concorre com apenas uma tipologia de projeto: “condutas enterradas”. Na área de estudo podem destacar-se vários projetos de igual ou diferente tipologia que determinam vários níveis de artificialização da paisagem em presença: “A22/C4”; “SECIL Agregados – Laboreiro”; “Portimão – *Retail Park*”; “Aeródromo Municipal de Portimão”; “Refrisete”; “Secil Betão / Unibetão Portimão”; “Rolibérica, Lda”; “Betão Liz, S A” entre outras de menores dimensões.

No presente caso, dada a tipologia de projeto em avaliação, pela sua reduzida expressão das extensões que ficam visíveis, na fase de exploração, e sendo uma infraestrutura que fica enterrada, não se considera que a mesma se traduza num impacte visual negativo cumulativo significativo.

Relativamente aos impactes residuais a implementação do projeto determinará, efetivamente, a existência futura de impactes residuais. Apesar de já existentes na atual situação de referência irão manter-se, sensivelmente, no mesmo traçado da conduta. Estes decorrem do uso condicionado do solo, em particular quanto à existência de elementos vegetais de porte arbóreo, não havendo condicionantes maiores quanto à utilização da faixa de servidão legal para outros usos de natureza agrícola. Ao nível da alteração da morfologia

natural do relevo não haverá situações que se traduzam em impactes significativos. Em qualquer um dos casos, a faixa de servidão não só é, no presente, impercetível visualmente como não determina disrupções na continuidade dos usos ou da vegetação. Situação que resulta, não só da tipologia de projeto como das características da matriz cultural.

Face à análise e às considerações acima apresentadas, devem ser implementadas as medidas de minimização, com objetivos preventivos, apresentadas para as diferentes fases do projeto e constantes do ponto 9 deste parecer.

6. PARECERES EXTERNOS

Tal como referido no ponto 3. deste Parecer, dadas as afetações em causa e de forma a complementar a análise da CA, foram solicitados pareceres às seguintes entidades: Departamento de Resíduos da APA (APA/DRES), Câmara Municipal de Portimão (CMP), Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP), Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), E-REdes, Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e Rede Elétrica Nacional (REN). Os Pareceres até à data recebidos encontram-se no Anexo 2.

Até à data foram recebidos os seguintes pareceres, dos quais se mencionam os principais contributos:

Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)

Esta entidade considera que o projeto terá um impacto positivo ao nível do abastecimento público na região do Algarve, dada a crescente insuficiência das reservas hídricas superficiais e subterrâneas para fazer face aos consumos existentes, pelo que importa assegurar a resiliência das infraestruturas a instalar, tendo em conta os riscos e os níveis de vulnerabilidade local já existentes (o projeto situar-se numa zona de intensidade máxima sísmica e de moderado a elevado potencial de liquefação), pelo que deverão ser adotadas as normas técnicas antissísmicas adequadas (a confirmar em sede de licenciamento) nas intervenções a executar nas futuras construções, face à perigosidade sísmica da zona, bem como aos efeitos de sítio associados, de forma a garantir a operacionalidade das infraestruturas para diferentes ações sísmicas.

Adicionalmente, as medidas do EIA devem ser complementadas com outras que contribuam, de forma antecipada, para a prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens, designadamente:

- Na fase de construção e de exploração, informar o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) de Portimão, dependente da respetiva Câmara Municipal, bem como os agentes de proteção civil localmente relevantes (Corpos de Bombeiros, por exemplo), designadamente quanto às ações que serão levadas a cabo e respetiva calendarização, de modo a possibilitar um melhor acompanhamento e intervenção, bem como para ponderar a eventual necessidade de atualização do correspondente Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil.
- Assegurar as acessibilidades e espaço de estacionamento privilegiado destinado aos organismos afetos ao socorro a envolver em situações de acidente/emergência. Em especial na fase de construção, tendo particular atenção o eventual aumento do fluxo de trânsito provocado pela movimentação de veículos afetos às obras, os trabalhos a desenvolver não deverão comprometer a operacionalidade das ações de proteção civil e socorro, devendo ser equacionadas alternativas que salvaguardem a passagem de veículos afetos ao socorro e emergência, bem como garantindo que todas as afetações às acessibilidades sejam do prévio conhecimento do SMPC de Portimão e dos serviços e agentes de proteção civil locais.

Complementarmente, deverá ser revisto o Tomo 3 - Análise de Riscos, atendendo a que há referências ao concelho de Albufeira sendo que o projeto se localiza no concelho de Portimão.

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)

Esta entidade refere que o zonamento proposto interfere com áreas do Aproveitamento Hidroagrícola do Alvor (AHA), estando sujeito ao Regime Jurídico das Obras de Aproveitamento Hidroagrícola da sua tutela, disposto pelo D.L. nº 269/82, de 10 de julho com a redação dada pelo D.L. nº 86/2002, de 6 de abril.

O EIA refere as possíveis interferências com as infraestruturas do AHA, nomeadamente salientando a necessidade de evitar o cruzamento entre a massa de água artificializada e a conduta, esta última, respeitando as indicações da Associação de Regantes e Beneficiários do Alvor, será implantada 1 m abaixo da tubagem já existente, nas seguintes interseções:

- Interseção com a regadeira 59-1 do Canal Condutor Geral, logo após a rotunda da Penina no sentido Portimão – Lagos;
- Interseção com a regadeira 4-1 do Distribuidor da Norinha, próximo da ribeira da Torre;
- Interseção com o traçado do Canal Condutor Geral (Em túnel);
- Interseção com o traçado da regadeira 42-1 do Canal Condutor Geral;
- Interseção com o traçado da regadeira 42 do Canal Condutor Geral;
- Interseção com o traçado da regadeira 1 do Distribuidor da Quinta da Rocha;
- Interseção com o traçado da regadeira 38 do Canal Condutor Geral;
- Interseção com o traçado da regadeira 38.1 Canal Condutor Geral.

Face às interferências registadas, ainda que o EIA as contemple, considera-se que, previamente ao licenciamento, deverá a DGADR ser consultada, por forma a poder articular com a Associação de Regantes e Beneficiários do Alvor os trabalhos previstos.

Assim, emite parecer favorável, condicionado ao anteriormente referido.

Rede Elétrica Nacional, S.A. (REN)

Refere que, relativamente às infraestruturas da RNTG e RNT, atuais ou previstas em sede de planeamento de redes, nomeadamente nos respetivos planos de desenvolvimento e investimento para o período 2022-2031, não se encontram previstas novas infraestruturas na área de estudo do projeto em apreciação.

Infraestruturas de Portugal, S.A.

- Relativamente à rodovia - ER125

De acordo com o disposto no Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional (EERRN), anexo à Lei 34/2015 de 27 de abril, na alínea e) do número 2 do artigo 58º, a instalação de condutas na zona de Servidão *non aedificandi* pode ser autorizado pela administração rodoviária, desde que daí não resulte o agravamento das

condições de circulação e segurança rodoviária nem tão pouco prejuízo para a estabilidade, conservação e exploração da infraestrutura, pelo que, não se verificando o referido nas localizações abaixo, deverão ser reformuladas as localizações e/ou os métodos construtivos preconizados:

- a) Travessia em vala dos ramos/ilhéu na Rotunda localizada na ER125 km 38+565.
- b) Travessia em vala dos ramos/ilhéus na Rotunda localizada na ER125 km 36+450.
- c) Travessia em vala dos ramos/ilhéus no Entroncamento localizado na ER125 km 36+270.
- d) Travessia em vala dos ramos/ilhéus na Rotunda localizada na ER125 km 35+020.

Nos elementos rececionados não se identificou com exatidão se a intervenção dentro do domínio público rodoviário afeta o pavimento ou é efetuada em berma não pavimentada/talude/etc.

Importa salvaguardar que qualquer intervenção ou atividade, obra no solo ou subsolo na zona da estrada, só poderá ser realizada após a instrução e eventual parecer positivo do processo de licenciamento devida e completamente instruído, e subsequente emissão da respetiva licença, bem como a prévia celebração de um Contrato de Instalação de Terceiros (CIT) e prestação de Garantia Bancária entre a entidade gestora da infraestrutura rodoviária (GIR) e a entidade gestora da infraestrutura não rodoviária (GINR).

As soluções de projeto de condutas enterradas, quando aplicável, devem cumprir as condições técnicas para instalação de infraestruturas enterradas na RRN e os princípios orientadores para instalação de infraestruturas enterradas na RRN.

- Relativamente à Ferrovia:

O projeto tem interferência com a Linha do Algarve, troço Lagos/Tunes, ao Pk 337.692, e na sequência do pedido efetuado pela Águas do Algarve, foi aberto processo com a n/ ref.^a 151LIC240104, que se encontra em análise, tendo sido solicitado elementos/esclarecimentos. As soluções de projeto de condutas enterradas, quando aplicável, devem cumprir os requisitos da IT.GER.015.

Esta entidade emite parecer favorável condicionado ao cumprimento dos pontos anteriores.

Comentário da CA:

Também de referir que o proponente, no seguimento da visita efetuada, e sobre a afetação da Linha do Algarve, troço Lagos/Tunes, ao Pk 337.692 da linha, remeteu a seguinte informação que recebeu da IP:

- Verifica-se que o gabarito vertical foi reduzido em relação ao existente, não sendo desta forma compatível com o projeto de catenária, que já se encontra na altura mínima, pelo que na construção da conduta será necessário preservar a cota da parte inferior da conduta existente.
- Apesar da parte superior da conduta não ser de acesso ao público, este acesso será efetuado por pessoas para as quais não será requerida formação específica em segurança ferroviária/riscos elétricos, pelo que

deverão ser aplicadas as medidas de proteção equivalentes para zonas de acesso ao público conforme estipulado na EN50122-1.

- O pavimento não pode ser em gradil, terá de ser opaco.
- A vedação terá de ser opaca até à altura mínima de 1 m, e a malha da rede na parte superior não poderá ser inferior a 1200 mm até à altura mínima de 1,80 m.
- É obrigatória a colocação de placas de perigo de morte.
- As armaduras dos maciços 1 e 2 terão de ser ligadas ao sistema de RCT+TP, através da instalação de placas de terra soldadas (soldadura aluminotérmica) nas referidas armaduras.
- As placas de terra terão de ser ligadas às barras de terra das caixas de inspeção (CI) previstas, aproximadamente ao Pk 337+667 e ao Pk 337+717, na empreitada que inclui a implementação do sistema de RCT+TP desenvolvido para o troço de Tunes – Lagos (PF15 – Volume 7 – Tomo 7.2), remeteram um diagrama de RCT+TP do projeto PF15 da zona da Passagem Superior.
- As placas de terra a instalar deverão ser do tipo ERICO B16412K ou equivalentes, para que possibilitem o uso de parafusos M12.
- A conduta DN1000 em aço S275 usada na travessia e fixada à PS, deverá ser ligada, em ambas as extremidades, às barras de terra das CI com recurso a cabo LXV de 50 mm.
- O pavimento, caso seja metálico, as vedações e as chapas do sistema de fixação da conduta deverão ser shuntados entre si e ligados às barras de terra das CI, com recurso a cabo LXV de 50 mm.

No seguimento deste parecer da IP e do parecer que a CA recebeu também desta entidade, enquanto entidade externa, considerou-se importante, face ao conteúdo dos mesmos, obter a pronúncia do proponente. Desta forma, questionou-se as Águas do Algarve, tendo em conta que da análise dos dois pareceres da IP ficou claro que esta entidade referia que:

- Para a Rodovia: teria de ser alterada, entre outros aspetos, a localização ou os métodos construtivos preconizados nas seguintes travessias:
 - Travessia em vala dos ramos/ilhéu na Rotunda localizada na ER125, km 38+565;
 - Travessia em vala dos ramos/ilhéus na Rotunda localizada na ER125, km 36+450;
 - Travessia em vala dos ramos/ilhéus no Entroncamento localizado na ER125, km 36+270;
 - Travessia em vala dos ramos/ilhéus na Rotunda localizada na ER125, km 35+020.
- Para a Ferrovia: teria de ser reformulada, entre outros aspetos, a travessia aérea ao PK 337km,687m, uma vez que o gabarito vertical foi reduzido em relação ao existente, não sendo compatível com o projeto de catenária, que já se encontra na altura mínima, pelo que na construção da conduta será necessário preservar a cota da parte inferior da conduta existente;

Assim solicitou-se que fossem remetidos os esclarecimentos considerados relevantes relativamente às implicações dos aspetos acima elencados no projeto submetido a avaliação.

O proponente, neste seguimento, remeteu os seguintes comentários:

Relativamente à rodovia, EN 125, a localização das quatro travessias irá ser alterada de modo a não interferir com os pavimentos novos resultado da requalificação da referida via e não atravessar a zona de ilhéu, ficando em zona de jurisdição municipal. Esta solução refere-se às seguintes travessias. De reforçar que o método construtivo continuará a ser o de abertura de vala, tal como já estava projetado.

Relativamente à ferrovia esclarecem que a conduta nova a construir DN 1000 irá ter a mesma cota inferior que a atual conduta DN 500, ou seja a nova infraestrutura ficará à mesma altura da existente, não colidindo com o projeto de catenária já executado pela IP. De referir ainda que para não se correrem riscos irão obter-se dados atuais topográficos presenciais da altura útil disponível desde a cabeça do carril à parte inferior da conduta de DN 500 existente, para com todas as certezas localizar a DN 1000.

Acrescentam, ainda, que *todas as soluções serão projetadas sempre de acordo com as exigências da IP (Infraestruturas de Portugal).*

Posteriormente, a Águas de Portugal, SA complementou esta informação com uma segunda comunicação em que refere que o Parecer externo emitido pela IP deu lugar a uma revisão do traçado da conduta em ramos/ilhéus na EN 125, tendo sido colocado em zona fora da jurisdição da IP, nos seguintes quilómetros, que se podem visualizar na Figura seguinte:

- Travessia em vala dos ramos/ilhéu na Rotunda localizada na ER125, km38+565m.
- Travessia em vala dos ramos/ilhéus na Rotunda localizada na ER125, km36+450m.
- Travessia em vala dos ramos/ilhéus no Entroncamento localizado na ER125, km 36+270m+ um ramo/ilhéu.
- Travessia em vala dos ramos/ilhéus na Rotunda localizada na ER125, km35+020m.

Referiu também que estas alterações se encontram dentro da área de estudo, e que os métodos construtivos se mantêm, sendo abertura de vala o procedimento de colocação da tubagem.







Figura 12 – Alterações propostas pelas Águas do Algarve localizadas do projeto (de Este para Oeste) no seguimento do parecer da IP (Legenda vermelho – traçado atual; azul – traçado alterado)

Comentário da CA

Desta forma conclui-se que, apesar da fase de projeto de execução, persistem quatro situações no atravessamento da EN 125 que implicam a alteração do traçado proposto da conduta e uma outra eventual alteração no atravessamento da Linha do Algarve, troço Lagos/Tunes, ao Pk 337.692 da linha. Tendo nesta fase perceção de que as alterações em causa, tal como transmitido pelo proponente, e apesar de ainda não terem

sido aprovadas pela IP, se constituem como pequenas ripagens pontuais de traçado de forma a não interferirem com os ramos/ilhéus das rotundas identificadas por aquela entidade considerou-se que deve este aspeto ser avaliado previamente ao licenciamento, pelo que se propõe a entrega nessa fase do seguinte Elemento:

- A. Remeter as alterações ao projeto, de forma a dar cumprimento ao parecer da Infraestruturas de Portugal, S.A., designadamente as que resultam da alteração ao traçado nas seguintes travessias:
- Para a Rodovia:
 - Travessia em vala dos ramos/ilhéu na Rotunda localizada na ER125, km 38+565;
 - Travessia em vala dos ramos/ilhéus na Rotunda localizada na ER125, km 36+450;
 - Travessia em vala dos ramos/ilhéus no Entroncamento localizado na ER125, km 36+270;
 - Travessia em vala dos ramos/ilhéus na Rotunda localizada na ER125, km 35+020.
 - Para a Ferrovia: a travessia aérea ao PK 337km,687m, entre outros aspetos, uma vez que o gabarito vertical foi reduzido em relação ao existente, não sendo compatível com o projeto de catenária, que já se encontra na altura mínima, pelo que na construção da conduta será necessário preservar a cota da parte inferior da conduta existente.

Esta alteração deve ser acompanhada de parecer favorável da IP , bem como de uma Nota Técnica onde se identifiquem e avaliem os impactes decorrentes das alterações ao traçado e as respetivas medidas de minimização e/ou programas de monitorização a incluir.

7. CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública, de acordo com o disposto no artigo 15.º, n.º 1 do DL 151-B/2013, na atual redação, decorreu durante 30 dias úteis, de 9 de abril a 22 de maio de 2024.

Durante este período foi recebido um parecer de um cidadão que considerava estar em falta o projeto arquitetónico das eclusas.

Comentário da CA

O projeto em avaliação não tem prevista a construção de eclusas.

8. CONCLUSÕES

O projeto de "Otimização de Escoamento entre o Reservatório Inicial – Ocidental e o Reservatório Final - Troço Câmara de Penina e ETA das Fontainhas", foi apresentado em fase de Projeto de Execução, localiza-se no concelho de Portimão e interseja as freguesias de Alvor e de Mexilhoeira Grande.

Tem como principal objetivo a necessidade de proporcionar uma solução integrada que garanta, de forma sustentada, o abastecimento público de água na região do Algarve, necessidade há muito identificada.

Irá promover, designadamente, a otimização do escoamento hidráulico entre o Reservatório Ocidental Inicial, localizado em Medeiros, concelho de Silves e o Reservatório Final, localizado em Cruz de Pedra, concelho de Lagos, por forma a ultrapassar os constrangimentos hidráulicos verificados principalmente na zona compreendida entre Chão das Donas e a ETA de Fontainhas. Em época média e na época alta, o abastecimento de água aos concelhos de Lagos, Vila do Bispo e Aljezur é efetuado através da ETA de Alcantarilha, com reforço da ETA de Fontainhas que, face às restrições de transporte de caudais das condutas adutoras, é essencial para assegurar o abastecimento público aos concelhos de Lagos, Vila do Bispo e Aljezur. No entanto a sua única origem de água é a albufeira da Barragem da Bravura, que tem apresentado nos últimos anos hidrológicos valores de armazenamento de água reduzidos. Verifica-se, assim, ser premente e crítico solucionar os constrangimentos do Sistema, nomeadamente no troço a jusante do ponto de entrega de Chão das Donas, de forma a permitir o aumento dos caudais aduzidos, provenientes da ETA de Alcantarilha, para a garantia do abastecimento público ao barlavento algarvio.

Esta otimização encontra-se incluída na reprogramação do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve, sendo um dos Investimentos previstos na Componente C09 – Gestão Hídrica do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – especificamente incluído na submedida SM5 - Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes, reforçar com novas origens de água - previsto por Portugal, com a designação "Reforço da interligação do sistema de abastecimento em alta do Barlavento/Sotavento Algarvio - Chão da Donas (Ponto entrega de Portimão) e ETA de Fontainhas".

O projeto foi submetido a AIA, ao abrigo da alínea j) do n.º 10, do Anexo II do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação, que para áreas sensíveis considera a AIA obrigatória para a Construção de aquedutos e adutoras com extensão ≥ 2 km e $\varnothing \geq 0,6$ m.

A área de estudo para a implementação do projeto interseja áreas sensíveis ao abrigo da alínea ii) do Artigo 2º do RJAIA, designadamente a Zona Especial de Conservação (ZEC) ZEC PTCON0058 – Ria de Alvor, classificada no âmbito da Diretiva 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio de 1992, relativa à preservação dos *habitats* naturais e da fauna e da flora selvagens. É também intersetado o Sítio *Ramsar* 3PT009 – Ria de Alvor.

Em termos de antecedentes do projeto de mencionar que, nos estudos anteriormente desenvolvidos o proponente concluiu que o troço do adutor entre a Câmara da Penina e a ETA de Fontainhas teria de ser reforçado por se ter verificado falta de capacidade de transporte.

Assim, a nova conduta adutora, com um comprimento de aproximadamente 5 400 m, visa substituir a conduta existente (DN500 em fibrocimento), com início na Câmara da Penina e término na ETA de Fontainhas, por uma conduta em betão com alma de aço DN1000 de modo a aumentar significativamente a sua capacidade de transporte.

A conduta será enterrada e instalada em vala, exceto nas duas travessias da EN125, onde está prevista a cravação horizontal e um encamisamento em aço DN1200, bem como a instalação de caixas de visita. Nas zonas de travessias especiais (estrada nacional, linhas de água, caminho-de-ferro e canal de rega), a conduta em aço DN1000 realizar-se-á em travessia aérea, do tipo auto-portante, ocupando o espaço atualmente dedicado à conduta fora de serviço.

O seu desenvolvimento, à semelhança da atual, seguirá, maioritariamente, ao longo de terrenos privados adjacentes à EN125. O objetivo é utilizar o espaço canal da conduta fora de serviço para instalar a nova conduta, sendo exceção as zonas onde o traçado da nova conduta teve de ser adaptado aos constrangimentos que surgiram após 1987 (e.g., rotundas, edificações, infraestruturas aéreas ou enterradas). Serão definidas servidões administrativas com 7 m, 3,5 m para cada lado, a contar do eixo da conduta, nos casos em que a conduta se encontrar em terrenos privados. Nos casos em que a conduta se desloca na berma da EN125, não irão ser definidas faixas de servidão.

A conduta existente em fibrocimento será totalmente removida, exceto nos troços em que já ocorreu a substituição do material por FFD DN500 aquando das recentes obras de requalificação da EN125 e nos quais não se prevê qualquer tipo de intervenção.

Relativamente à calendarização dos trabalhos, prevê-se que a construção das diferentes infraestruturas do projeto tenha uma duração total de 20 meses (1 ano e 8 meses).

Relativamente aos instrumentos de gestão do território, o projeto afeta o município de Portimão, pelo que no âmbito do Plano Diretor Municipal (PDM) de Portimão, de acordo com a planta de ordenamento, verifica-se que o projeto abrange espaços urbanos e espaços agrícolas, nas seguintes categorias de espaço: Espaços urbanos (Zonas de ocupação turística - 1,73%, Zonas urbanas – 6,4%), e, Espaços agrícolas (Solos agrícolas, RAN - 75%, espaços de fomento agroflorestal - 20% e Perímetro de Rega - 80%).

Tendo em consideração o interesse público do projeto em apreciação, considera o estudo que o zonamento previsto no PDM em vigor, não é impeditivo à realização do mesmo, mas caberá ao respetivo Município a avaliação do cumprimento dos planos em vigor na área territorial abrangida, aplicáveis ao projeto em análise.

Quanto às servidões e restrições de utilidade pública, em matéria de aplicação do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN), e de acordo com as cartas da REN em vigor no Município de Portimão, o projeto abrange as tipologias “Áreas de Máxima Infiltração”, “Faixas de Proteção das Áreas de Sapal” e “Zonas Ameaçadas pelas Cheias”, que correspondem respetivamente às novas categorias de “Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos”, “Águas de transição e respetivos leitos, margens e faixas de proteção” e “Zonas ameaçadas pelas cheias”, conforme consta no anexo IV do RJREN.

O projeto nas tipologias em presença, encontra-se sujeito ao procedimento de comunicação prévia à CCDR Algarve no âmbito do RJREN. Neste contexto o estudo prevê, para as fases de projeto de execução e de construção, medidas ambientais que concorrem para o cumprimento dos requisitos acima estabelecidos.

Face ao exposto, considera-se que o projeto é genericamente compatível com os instrumentos de gestão territorial em vigor e tem enquadramento no quadro de usos e ações compatíveis com o regime jurídico da REN.

Não obstante nos casos de infraestruturas públicas, nomeadamente de abastecimento de água, sujeitas a avaliação de impacte ambiental, a declaração de impacte ambiental favorável ou condicionalmente favorável, equivale ao reconhecimento de interesse público da ação.

Em matéria de aplicação do Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RJAN) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, na sua redação atual, de acordo com a Planta de Condicionantes, que integra o PDM de Portimão, a área de estudo intersesta cerca de 158 ha, enquanto a área de implantação da conduta intersesta apenas 8 ha de áreas RAN. No contexto do definido no Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro, que veio alterar o n.º 7 do artigo 23.º do regime jurídico da RAN, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, e ponderados os valores em presença, considera-se que o projeto reúne condições para a emissão de pronúncia favorável, face ao seu relevante interesse público, tendo presente que a intervenção encontra-se incluída na reprogramação do “Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve”, sendo um dos Investimentos previstos na Componente C09 – Gestão Hídrica do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e inclui-se na submedida SM5 - Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes, reforçar com novas origens de água – previsto por Portugal, com a designação “Reforço da interligação do sistema de abastecimento em alta do Barlavento/Sotavento Algarvio - Chão das Donas (Ponto entrega de Portimão) e ETA de Fontainhas”. Assim, no que concerne à Reserva Agrícola Nacional (RAN), considera-se que estão reunidas condições para a emissão de parecer favorável.

O projeto irá afetar um território bastante consolidado do ponto de vista infraestrutural e com forte presença humana, destacando-se, o atravessamento de duas ribeiras com expressão no troço a intervir: a ribeira da Torre e a ribeira do Farelo, afluentes da ria de Alvor (localizada mais a sul). Desta forma, a área de inserção do projeto apresenta um elevado grau de antropização, uma reduzida diversidade florística e faunística sendo reduzida a área de intervenção, tendo em conta a expressão linear da área a afetar e a sua extensão, prevendo-se que as atividades construtivas sejam muito localizadas e concentradas no tempo e no espaço.

De acordo com o EIA, e da avaliação efetuada, considera-se que será na fase de exploração que os impactos positivos do projeto irão ocorrer, encontrando-se na sua maioria associados aos principais objetivos do projeto, e ocorrerão no âmbito dos fatores socioeconomia, ordenamento do território e saúde humana.

O Projeto de indubitável utilidade pública, prevê a reabilitação de uma infraestrutura de abastecimento de água, cuja capacidade se revela insuficiente para ultrapassar os constrangimentos verificados face à escassez na disponibilidade de água para captação, permitindo um uso mais eficiente da água, o reforço da estratégia regional de resiliência no abastecimento de água potável à população – residente e flutuante – da região do Algarve, contribuindo para ajudar a colmatar deficiências no fornecimento com tendência crescente.

Na fase de exploração, e considerando os objetivos estratégicos delineados pelos IGT aplicáveis à área de intervenção o projeto terá impactos positivos significativos. O projeto enquadra-se ainda nos modelos e objetivos estratégicos delineados pelo PROT Algarve aplicáveis à área de intervenção, considerando-se, assim, que esta infraestrutura gerará impactos positivos, significativos, de âmbito regional.

Verifica-se igualmente o enquadramento do projeto no quadro de usos e ações compatíveis com a REN e o cumprimento dos requisitos de admissão da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro. O estudo considera que o projeto é genericamente conforme com o zonamento previsto e no PDM de Portimão.

No âmbito do descritor socioeconomia o projeto merecer acolhimento no âmbito da estratégia regional, que visa reforçar a resiliência do sistema de abastecimento do Algarve, num ponto crítico, cuja causa principal se relaciona com os baixos volumes de água proveniente da barragem da Bravura e com o estado de conservação e capacidade da atual conduta. Este facto já está a afetar a população do concelho de Lagos (residente e flutuante).

Em termos de impactos na fase de construção destacam-se como positivos a criação de emprego, utilização de matérias-primas e serviços de âmbito local e regional de magnitude moderada e significativos. Na fase de exploração os impactos revelam-se positivos e muito positivos por se alcançarem os objetivos da intervenção ao garantir o abastecimento público para consumo humano, aumentar a resiliência e reduzir as perdas do sistema.

Considera-se que o projeto é importante para a região, prevendo-se um aumento da resiliência e da capacidade hidráulica do sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve, aumentando a disponibilidade hídrica para o abastecimento, devendo ser implementadas as medidas de mitigação de impactes e os programas de monitorização identificados no EIA.

Também no âmbito da saúde humana a fase de exploração será responsável pela ocorrência de impactes positivos, traduzindo-se numa melhoria das condições de abastecimento da água para consumo humano e, consequentemente, no acesso à água, principalmente tendo em vista a previsão de aumento de fenómenos de seca.

Os impactes negativos do projeto ocorrerão principalmente na fase de construção, foram classificados na sua maioria de pouco significativos e temporários, no entanto, em algumas situações consideraram-se significativos a muito significativos (apenas para o fator paisagem), tendo sido estabelecido um conjunto de medidas a implementar nas diferentes fases (pré-construção, construção e exploração) que permitirão reduzir ou minimizar os impactes identificados. Assim, salientam-se de seguida os principais impactes para os fatores ambientais avaliados:

- Geomorfologia e Geologia: impactes resultantes das movimentações de terras, e associados à necessidade de terras de empréstimo, bem como da necessidade de remoção por operador licenciado de produtos sobrantes que será necessário levar para vazadouro/destino final apropriado, bem como eventual vulnerabilidade a *tsunami* e liquefação dos solos podendo existir impactes em pessoas e bens durante as várias fases de projeto.
- Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos: impactes associados às movimentações de terras e de maquinaria na fase de construção, relacionados com a alteração da qualidade da água das linhas de água interferidas e, potencial rebaixamento dos níveis freáticos, que se apresentam relativamente elevados em algumas zonas do troço a interencionar.
- Ruído e Vibrações: aumento dos níveis de ruído/vibrações, com maior expressão nos recetores sensíveis que se localizam na margem da EN125 e na proximidade do projeto, resultantes do incremento na circulação e operação de veículos e maquinaria pesada, assim como das escavações a realizar para abertura de valas e realização de fundações e da operação dos respetivos equipamentos.
- Sistemas Ecológicos: afetação em cerca de 0,5 ha de *habitats* naturais, designadamente os *habitats* 1410, 1420, 5330, e em 0,3 ha do *habitat* 6220* prioritário e importante para o pastoreio tradicional e um importante reservatório de biodiversidade; afetação das ribeiras do Farelo e da Torre que consistem num importante *habitat* para variadas espécies dulçaquícolas que dependem deste local, como refúgio e das respetivas zonas húmidas associadas; impactes sobre a vegetação resultantes da fase de construção e implantação de estaleiros, depósitos temporários, movimentações de terra; estes impactes acentuam-se se a fase de construção decorrer na época de reprodução das espécies.
- Qualidade do Ar: aumento de emissões gasosas resultantes dos veículos e maquinaria afetos à obra, e às atividades relacionadas com a manutenção da infraestrutura.

- Socioeconomia: ocupação temporária de propriedade privadas pelos estaleiros, acessos e depósitos temporários; aumento dos níveis de ruído e de poluentes associados à circulação de veículos associados à obra com afetação das populações mais próximas e perturbação das vias e acessos locais; condicionamentos aquando da realização dos trabalhos de remoção da conduta, para os moradores e atividades comerciais e agrícolas existentes.
- Ordenamento do Território: interferências causadas pela implantação das infraestruturas do projeto em áreas condicionadas e com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.
- Solo e Uso do Solo: impactes resultantes da remoção, desagregação superficial, erosão, compactação e, poluição/contaminação do solo; alterações aos usos do solo causadas pela implantação da conduta nas áreas mais próximas à ria do Alvor, uma vez que interferem com valores naturais em presença e nas áreas artificializadas, maioritariamente adjacentes à EN125, que incluem as áreas edificadas de Figueira, Mexilhoeira Grande e uma pequena área do campo de golfe do Empreendimento Penina Hotel & Resort.
- Saúde Humana: afetação da qualidade do ar (emissão de poluentes atmosféricos, poeiras e partículas em suspensão); da segurança rodoviária local (aumento da circulação e do tráfego de maquinarias e veículos); da qualidade da água (potencial risco de contaminação de águas subterrâneas com hidrocarbonetos) e do ambiente sonoro (o aumento dos níveis de ruído decorrente das atividades de construção).
- Património: proximidade do projeto às Ocorrências Patrimoniais OP1 - Nora de Vau (a 1 m da conduta), e OP2 - Poço da Mexilhoeira Grande (a 9 m da conduta), elementos etnográficos e a OP6 - Detrás das Vinhas, vestígios diversos neolíticos (a 13 m da conduta).
- Paisagem: impactes estruturais, que ocorrerão durante a fase de obra/construção, pela alteração da ocupação/uso do solo, da estrutura e da morfologia, com as consequentes alterações paisagísticas e impactes cénicos/visuais, resultantes do abate de árvores, sobretudo, do pomar situado ao km 0+300 ao km 0+575, e de 3 exemplares de alfarrobeira e 2 a 3 oliveiras; na fase de exploração a faixa de servidão associada a este tipo de infraestrutura condicionará o uso e ocupação do solo no futuro, o que afetará negativamente a qualidade cénica local.

Relativamente à Diretiva Quadro da Água (DQA), concluiu-se no Volume 1 – “Verificação do Cumprimento do Princípio DNSH” (DSNH – *Do No Significant Harm*), relativamente à compatibilidade do projeto com o art.º 4 da Diretiva Quadro da Água (que corresponde ao art.º 51.º da Lei da Água), que as eventuais flutuações de qualidade só se deverão verificar nos parâmetros hidromorfológicos, e não serão expressivas e capazes de gerar alterações permanentes nos Estado Químico e Quantitativo, nem indutoras da degradação do estado ecológico das MA superficiais (PT08RDA1695, PT08RDA1697, PT08ART0021, PT08RDA1700) interligadas com as subterrâneas (PTM01RH8_C2, PTM3). No que respeita às MA subterrâneas, não se irá verificar qualquer alteração. Entende-se, deste modo, estar verificado o princípio de que o projeto não prejudica significativamente “o bom estado ou o bom potencial ecológico das massas de água, incluindo as águas de superfície e subterrâneas, ou [...] o bom estado ambiental das águas marinhas”, pelo que não será necessário prosseguir com a verificação do cumprimento da DQA.

Quanto aos pareceres solicitados às entidades externas, salientam-se os principais aspetos mencionados:

- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil - referiu os impactes positivos do projeto ao nível do abastecimento público na região do Algarve dada a crescente insuficiência das reservas hídricas superficiais e subterrâneas para fazer face aos consumos existentes, tendo identificado um conjunto de medidas a implementar de forma a assegurar a resiliência das infraestruturas a instalar.
- Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural - referiu que o projeto interfere com áreas do Aproveitamento Hidroagrícola do Alvor, respeitando, no entanto, as indicações da Associação de Regantes e Beneficiários do Alvor, no entanto considera que previamente ao licenciamento, deva ser novamente consultada.
- Infraestruturas de Portugal, S.A. – referiu que quer pelo parecer externo emitido quer através de um parecer recebido do proponente que:
 - Para a Rodovia: terá de ser alterada, entre outros aspetos, a localização ou os métodos construtivos preconizados nas seguintes travessias:
 - Travessia em vala dos ramos/ilhéu na Rotunda localizada na ER125, km 38+565;
 - Travessia em vala dos ramos/ilhéus na Rotunda localizada na ER125, km 36+450;
 - Travessia em vala dos ramos/ilhéus no Entroncamento localizado na ER125, km 36+270;
 - Travessia em vala dos ramos/ilhéus na Rotunda localizada na ER125, km 35+020.
 - Para a Ferrovia: terá de ser reformulada, entre outros aspetos, a travessia aérea ao PK 337km,687m, uma vez que o gabarito vertical foi reduzido em relação ao existente, não sendo compatível com o projeto de catenária, que já se encontra na altura mínima, pelo que na construção da conduta será necessário preservar a cota da parte inferior da conduta existente.

No seguimento destes pareceres da IP considerou-se importante, face ao conteúdo dos mesmos, obter a pronúncia do proponente, o qual em resposta mencionou a sua intenção de para a travessia em vala dos ramos/ilhéus da EN125 alterar o traçado da conduta nas situações identificadas e para a o atravessamento da Linha do Algarve, troço Lagos/Tunes, ao Pk 337.692 da linha verificar as cotas de passagem da conduta e proceder a eventual alteração de traçado, tendo para o efeito apresentado as alterações em causa. Analisadas as referidas alterações, as quais consistem em ripagens pontuais de traçado de forma a não interferirem com os ramos/ilhéus das rotundas identificadas por aquela entidade considerou-se que deve este aspeto ser avaliado previamente ao licenciamento.

No que se refere à consulta pública foi apenas recebida uma exposição, que não se relaciona diretamente com o projeto.

Face ao atrás exposto, da avaliação efetuada, dos pareceres recebidos das entidades externas consultadas e das exposições recebidas no âmbito da consulta pública, os impactes negativos do projeto irão ocorrer na sua maioria, na fase de construção, serão, no geral pouco significativos e de carácter temporário, tendo sido definido um conjunto de medidas de minimização de forma a reduzir a sua significância.

Desta forma, face aos impactes positivos identificados, e tendo em consideração que grande parte dos impactes negativos identificados são passíveis de ser minimizados, a Comissão de Avaliação emite parecer favorável ao projeto da “Otimização de Escoamento entre o Reservatório Inicial – Ocidental e o Reservatório Final - Troço Câmara de Penina e ETA das Fontainhas” em fase de projeto de execução, condicionado à implementação das condições indicadas no ponto 9. deste Parecer.

9. ELEMENTOS A APRESENTAR, MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO E PLANOS DE MONITORIZAÇÃO

Devem ser apresentados à autoridade de AIA, para apreciação e pronúncia, os seguintes elementos:

Elementos a Apresentar Previamente ao Licenciamento

1. Remeter as alterações ao projeto, de forma a dar cumprimento ao parecer da Infraestruturas de Portugal, S.A., designadamente as que resultam da alteração ao traçado nas seguintes travessias:
 - a. Para a Rodovia:
 - i. Travessia em vala dos ramos/ilhéu na Rotunda localizada na ER125, km 38+565;
 - ii. Travessia em vala dos ramos/ilhéus na Rotunda localizada na ER125, km 36+450;
 - iii. Travessia em vala dos ramos/ilhéus no Entroncamento localizado na ER125, km 36+270;
 - iv. Travessia em vala dos ramos/ilhéus na Rotunda localizada na ER125, km 35+020.
 - b. Para a Ferrovia: a travessia aérea ao PK 337km,687m, entre outros aspetos, uma vez que o gabarito vertical foi reduzido em relação ao existente, não sendo compatível com o projeto de catenária, que já se encontra na altura mínima, pelo que na construção da conduta será necessário preservar a cota da parte inferior da conduta existente.

Esta alteração deve ser acompanhada de parecer favorável da IP, bem como de uma Nota Técnica onde se identifiquem e avaliem os impactes decorrentes das alterações ao traçado e as respetivas medidas de minimização e/ou programas de monitorização a incluir.
2. Resultado da consulta à DGADR, tal como previsto no parecer desta entidade, de forma que a mesma se possa articular com a Associação de Regantes e Beneficiários do Alvor os trabalhos previstos.

Elementos a Apresentar Previamente ao Início da Obra

3. Cronograma da Obra, que deve compreender o tempo necessário à boa execução das medidas incluídas nesta decisão.
4. Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra (PAAO) corrigido e atualizado, refletindo as condições impostas no presente documento para a fase prévia à construção, a fase de construção e a fase final de construção. O PAAO deve integrar o Caderno de Encargos da Obra e salvaguardar o cumprimento da Planta Síntese de Condicionantes, a qual deve ser corrigida e atualizada e incluir todas as ocorrências patrimoniais.
5. Plano de Acessos à obra de forma a se selecionar os percursos mais adequados para proceder ao transporte de equipamentos e materiais de/para o estaleiro, das terras de empréstimo e/ou materiais excedentários a levar para destino adequado, minimizando a passagem no interior dos aglomerados populacionais e junto a recetores sensíveis (como, por exemplo, instalações de prestação de cuidados de saúde e escolas. Incluir disposições específicas para manutenção de acessos seguros (rodoviários e pedonais) durante toda a obra, recorrendo sempre que necessário a soluções temporárias e procedendo ao restabelecimento definitivo o mais rapidamente possível após a conclusão dos trabalhos e a minimização de afetação de áreas de estacionamento e de comércio.

6. Programas de monitorização revistos nos termos propostos no presente parecer.
7. Plano de Gestão e Controlo de Espécies Vegetais Exóticas Invasoras (PGCEVEI) de acordo com as seguintes orientações:
 - a. Elaborado, preferencialmente, por entidades e/ou especialistas nesta matéria e devem constar como autores do Plano, quer nas peças escritas quer desenhadas, devendo, se possível, os mesmos acompanhar a implementação do plano nas fases de construção e exploração.
 - b. Considerar as disposições constantes no Decreto-Lei nº 92/2019 de 10 de julho e com a resolução aprovada no Conselho de Ministros de 6 de abril de 2023, que cria o plano de ação para as vias prioritárias de introdução não intencional de espécies exóticas invasoras em Portugal continental.
 - c. As áreas alvo a prospetar devem corresponder a toda a área interior à faixa de servidão legal da conduta e a todas as áreas de intervenção sempre que as mesmas excedam a largura útil da referida faixa. Incluem-se também outras áreas de apoio temporário à obra, assim como o estaleiro.
 - d. As áreas – manchas ou núcleos - onde sejam identificadas as espécies em causa deverão ser objeto de levantamento georreferenciado e representadas graficamente sobre o orto, com elevada resolução de imagem.
 - e. Quantificação das áreas para estimativa de trabalhos a desenvolver pelo Empreiteiro, identificação e caracterização das espécies, definição de metodologias a aplicar no controle específico e gestão de cada uma das espécies ocorrentes.
 - f. As ações de controle devem privilegiar as soluções físicas, em claro detrimento das ações com recurso a químicos, sobretudo, sempre que as áreas se situarem perto de culturas (hortas), de pastos, de linhas de água, de poços, etc.
 - g. No caso de existência de manchas de dimensão mais relevante considerar a utilização do fogo controlado como forma eficiente de esgotar o *stock* de sementes presentes no solo quer na Fase de Obra quer na fase de Exploração.
 - h. Aplicação de um controlo biológico com recurso ao inseto *Trichilogaster acaciaelongifoliae* para a *Acacia longifolia*, na fase de construção e/ou de exploração. Identificar na cartografia os locais onde há registo da presença deste inseto.
 - i. Considerar a implementação de estratégias de densificação da vegetação existente, de preservação de áreas de matos existentes e da plantação, em paralelo, de espécies autóctones, como forma de reduzir o potencial de germinação e de crescimento das espécies invasoras, nos locais onde se efetive o presente combate, assim como proceder à identificação, localização georreferenciada sobre cartografia – orto - as áreas onde se registre regeneração natural de espécies autóctones para sua preservação e potenciação neste âmbito, dada a proximidade a *Habitats* da Rede Natura 2000.
 - j. Incluir as seguintes disposições no planeamento temporal e espacial da desarborização e desmatização, para um tratamento diferenciado e adequado, na eliminação do material, vegetal por parte do Empreiteiro:

- i. Separação dos resíduos do corte do restante material vegetal e o seu adequado acondicionamento, sobretudo, do efeito de ventos. A estilhaagem e o espalhamento desta não podem ser considerados como ações a desenvolver.
- ii. No transporte deste material, a destino final adequado, deve ser assegurado o não risco de propagação das espécies em causa, pelo que deverão ser tomadas as medidas de acondicionamento adequadas a cada espécie em causa.
- iii. Soluções de aproveitamento da biomassa como alternativa à simples eliminação.
- k. Incluir como disposições a implementar para a adequada segregação das terras contaminadas das restantes terras provenientes da decapagem e escavação, armazenamento e eliminação a destino final. Os solos contaminados por sementes nunca devem ser reutilizados como terra vegetal em qualquer circunstância.
- l. O período de implementação e acompanhamento/monitorização deverá iniciar-se em fase prévia à obra e após a aprovação do plano até data a propor posteriormente em função dos resultados positivos que possam permitir o antecipar do fim do período do controlo, mas nunca inferior a 10 anos.
- m. No âmbito da monitorização deverão ser avançadas soluções consequentes com a evolução e sucesso, ou não, das ações e metodologias aplicadas.
- n. Considerar, nos primeiros 3 anos, a apresentação de um relatório anual do trabalho desenvolvido devidamente documentado e com adequado registo fotográfico evidenciando os objetivos alcançados e referenciando cartograficamente os locais onde se continua a registar a presença das espécies em causa ou outras que venham a ser identificadas, devendo manter-se o conjunto de disposições acima elencadas. Posteriormente ao 3º ano, deverá ter uma periodicidade trianual, dentro do período total de acompanhamento definido no âmbito do cumprimento da anterior alínea e da verificação e demonstração do seu cumprimento.

Elementos a Apresentar na Fase de Construção

- 8. Demonstração através da implementação de um sistema de monitorização de vibrações no edificado mais próximo, que a cravação horizontal da conduta, nos dois atravessamentos da EN125, respeita a Norma NP 2074:2015 - Avaliação da influência de vibrações impulsivas em estruturas, relativa aos danos patrimoniais em estruturas e a norma britânica BS 6472-2:2008 (*Guide to Evaluation of Human Exposure to Vibration in Buildings. Part 2: Blast-induced vibration*), relativa à incomodidade humana às vibrações.
- 9. Projeto de Recuperação Biofísica das Linhas de Água Afetadas (PRBLAA), antes do término da obra e em tempo que permita a sua avaliação e a sua execução após aprovação, considerando as seguintes orientações:
 - a. O Projeto de Execução deve conter todas as peças escritas e desenhadas consideradas necessárias: Memória Descritiva e Justificativa; Caderno de Encargos; Mapa de Quantidades; Plano de Gestão; Cronograma de Manutenção; Plano Geral com localização das intervenções; Plano de Plantação; Plano de Sementeiras; Plano de Modelação e Planta de Pormenores.

- b. Deve ser elaborado, preferencialmente, por especialista em Engenharia Natural devendo constar na documentação como autor devendo, se possível, acompanhar as diferentes fases de concretização do projeto.
 - c. Aplicação de técnicas de Engenharia Natural não suportadas em enrocamentos.
 - d. As áreas objeto deverão corresponder à zona das margens das linhas de água afetadas pelo atravessamento da conduta, atendendo à presença de Habitats da Rede Natura 2000 no caso da Ribeira do Farelo.
 - e. Definição de um programa de manutenção/monitorização para a fase de exploração para um período temporal a propor/definir.
 - f. Prever a apresentação de relatórios associados quer à implementação quer ao acompanhamento devendo ser proposto os intervalos de tempo para a sua apresentação dentro do período total de acompanhamento definido no âmbito do cumprimento da anterior alínea 5 e da verificação e demonstração do seu cumprimento. Os mesmos deverão incluir um registo fotográfico cuidado e com elevada resolução de imagem em momento antes da implementação da conduta ou da intervenção, durante, no seu término e os trabalhos e fases seguintes e já relativas ao PRBLAA.
10. Plano de Recuperação das Áreas Intervencionadas (PRAI), na qualidade de documento autónomo, antes do término da obra e em tempo que permita a sua avaliação e a sua execução após aprovação, considerando as seguintes orientações:
- a. O plano deve ser elaborado, preferencialmente, por uma equipa interdisciplinar que integre, se possível, as especialidades de fitossociologia, biologia – fauna e avifauna - e de arquitetura paisagista;
 - b. A proposta deve contemplar a execução das peças escritas e desenhadas necessárias para esta fase de que se destaca a Memória Descritiva, a par de outras peças que possam ser consideradas pertinentes para ilustrar a proposta. A Memória Descritiva deve abordar a forma como dá cumprimento a todas as disposições abaixo referidas;
 - c. As áreas objeto a considerar são todas as áreas afetadas e que deverão ser recuperadas de forma a criar condições para a regeneração natural da vegetação;
 - d. Representação gráfica em cartografia – orto - as áreas efetivamente e integralmente afetadas, temporariamente ou não - estaleiro, áreas de depósito de materiais. Cada área deve estar devidamente identificada e caracterizada quer quanto ao uso/ocupação que tiveram durante a Fase de Construção quer quanto ao conjunto de ações de recuperação a aplicar. Apresentação do Plano de Modelação final, se aplicável;
 - e. A recuperação deve incluir operações de limpeza de resíduos, remoção de todos os materiais alóctones, remoção completa profundidade das camadas dos pavimentos existentes a intervir e/ou a desativar, se aplicável, despedrega, descompactação do solo, regularização/modelação do terreno, de forma tão naturalizada quanto possível e o seu revestimento com as terras vegetais, de forma a criar condições favoráveis à regeneração natural e crescimento da vegetação autóctone;

- f. Definição da espessura da camada de solo vivo a espalhar de forma a acomodar todo o volume proveniente da decapagem, com clara exceção da obtida em áreas que, eventualmente, à data possam ter presentes espécies vegetais exóticas invasoras;
 - g. Incluir cartografia com a representação gráfica das áreas onde se registre regeneração natural, sobretudo, se se verificar interesse conservacionista - com vista a garantir a sua preservação e proteção, dada a ocorrência próxima de Habitats da Rede Natura 2000.
 - h. As plantações e/ou sementeiras apenas deverão considerar espécies autóctones da formação e associação em presença devendo o elenco contemplar um maior número ou maior representatividade de espécies com maior capacidade de fixação de carbono e de formação de solo. No caso das plantações, todos os exemplares propostos devem apresentar-se bem conformados e em boas condições fitossanitárias acompanhados de certificado de origem;
 - i. Garantir no elenco de espécies a sua diferenciação edafoclimática e ecológica no que se refere aos locais de plantação, como por exemplo linhas de água ou de escorrência preferencial;
 - j. Deverão ser previstas medidas dissuasoras e/ou de proteção temporária – vedações, paliçadas - para limitar o acesso – pisoteio, veículos – e à herbivoria, nos locais a recuperar e mais sensíveis, de forma a permitir a recuperação e a instalação da vegetação natural e a plantar, se aplicável.
11. Plano de Gestão da Faixa de Servidão Legal da Conduta (PGRFSLC), para as áreas passíveis de aplicação, devendo o mesmo ser orientado para:
- a. Considerar uma gestão mais sustentável na preservação vegetação – matos ou não - em níveis que garantam a sua própria regeneração natural, em detrimento do seu corte raso anual, importantes em termos ecológicos, da conservação do solo e da água, sumidouro de carbono e, consequentemente, da manutenção da parte funcional e estrutural da Paisagem, assim como em termos da manutenção da sua qualidade visual ou cénica.
 - b. A gestão e o corte das espécies deve ser seletivo, privilegiando a preservação das espécies orientadas para os principais polinizadores:
 - i. <https://www.prestobio.pt/insetos-auxiliares>
 - ii. https://www.drapc.gov.pt/servicos/fitossanidade/files/auxiliares_presentes_pomar.pdf
 - iii. https://adrepes.pt/wp-content/uploads/FT-3.1-Auxiliares-na-limitacao-natural-de-pragas-insetos-acaros-e-vertebrados-logos_todos.pdf
 - c. Prever a apresentação de relatórios de monitorização para a Fase de Exploração em período a propor após o término da obra de verificação e demonstração do seu cumprimento no âmbito da Pós-Avaliação.
12. Relatório de Acompanhamento da Obra com periodicidade trimestral, fundamentalmente apoiado em registo fotográfico focado nas questões/medidas do fator ambiental paisagem. Para elaboração dos diversos relatórios de acompanhamento de obra, deve ser estabelecido um conjunto de pontos/locais de referência, representativos, estrategicamente colocados, para a recolha de imagens que ilustrem as situações e avanços de obra das mais diversas componentes do Projeto (antes, durante e final). O registo deve fazer-se sempre a partir desses “pontos de referência” de forma a permitir a comparação direta dos

diversos registos e deve permitir visualizar não só o local concreto da obra, assim como a envolvente para verificação do cumprimento e demonstração das medidas/DIA no âmbito da pós-avaliação. As fotografias a apresentar devem ter uma elevada resolução/definição.

Elementos a Apresentar em Fase de Exploração

13. Relatórios de acompanhamento dos planos e projeto: *Plano de Monitorização de Espécies Vegetais Exóticas Invasoras* (PMEVEI); *Plano de Gestão da Faixa de Servidão Legal da Conduta* (PGRFSLC) e *Projeto de Recuperação Biofísica das Linhas de Água Afetadas* (PRBLAA). Os referidos relatórios devem ser elaborados, ao longo do tempo estipulado a propor para cada um, e, fundamentalmente, apoiados em registo fotográfico, devendo ser seguida a mesma metodologia e critérios definidos para os relatórios a apresentar durante a Fase de Construção devendo ser garantida a representatividade dos locais das intervenções no âmbito da pós-avaliação para demonstração e verificação do cumprimento das medidas/DIA.

Elementos a Apresentar em Fase de Desativação

14. Plano de Desativação, para avaliação, antes de se iniciarem os procedimentos de desativação. O Plano de Desativação, deve contemplar as várias vertentes entre outras valências:
- a. Remoção integral e total de todos os materiais – estruturas e infraestruturas – utilizados na construção e instalação da conduta.
 - b. Modelação do terreno de modo a repor a morfologia natural da atual situação de referência, nomeadamente em situações de maior declive, assim como as necessárias ações de descompactação e escarificação.
 - c. A aplicação de sementeira e/ou plantação, deverá considerar um elenco de espécies da flora autóctone potencial da associação local, tendo em consideração o uso ou ocupação do solo que possa estar prevista à data, assim como as orientações incluídas no Plano de Gestão da Faixa de Servidão Legal da Conduta (PGRFSLC).
 - d. Em acordo com as intenções que os proprietários possam legitimamente apresentar à data.

Medidas de minimização

Todas as medidas de minimização dirigidas à fase prévia à obra/construção e à fase de obra/construção devem constar no Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra (PAAO), o qual deve integrar o respetivo Caderno de Encargos da empreitada, bem como os contratos de adjudicação que venham a ser produzidos pelo proponente, para efeitos de concretização do projeto.

A Autoridade de AIA deve ser previamente informada do início das fases de obra/construção e de exploração, bem como do respetivo cronograma da obra, de forma a possibilitar o desempenho das suas competências em matéria de pós-avaliação.

De acordo com o artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação devem ser realizadas auditorias por verificadores qualificados pela APA. A realização de auditorias deve ter em consideração o documento “Termos e condições para a realização das Auditorias de Pós-Avaliação”, disponível no portal da APA. Os respetivos Relatórios de Auditoria devem seguir o modelo publicado no portal da APA e ser remetidos pelo proponente à Autoridade de AIA no prazo de 15 dias úteis após a sua apresentação pelo verificador.

Medidas a integrar no projeto de execução

1. Integrar as alterações que resultem da aprovação do Elemento 1 prévio ao licenciamento.
2. Projetar os maciços a construir, assentes em estacaria, nas margens das ribeiras do Farelo e da Torre, de modo a evitar ao máximo o nível freático e deste modo impedir/reduzir bombagens para gerar rebaixamentos.
3. Efetuar o dimensionamento sísmico das infraestruturas enquadrado no zonamento sísmico definido no Anexo Nacional do Eurocódigo 8, Norma NP EN 1998-1:2010.

Fase Prévia à Obra/Construção

4. Prever que as ações de construção terão de:
 - a. Decorrer exclusivamente em período diurno e em dias úteis, das 08:00h às 20:00h, sempre que se desenrolem na proximidade de recetores sensíveis, não se considerando admissível qualquer extensão do horário de trabalho nem das operações de construção, com exceção dos momentos de colocação das condutas no atravessamento das linhas de água principais (Ribeira do Farelo e Ribeira da Torre) e no atravessamento da via ferroviária (Linha do Algarve) se implicarem o encerramento ou constrangimentos significativos à circulação na EN125. Para além das situações indicadas de colocação das condutas para atravessamento da Ribeira do Farelo, da Ribeira da Torre e da Linha do Algarve, se implicarem o encerramento ou constrangimentos significativos à circulação na EN125, não se considera admissível invocar circunstâncias excecionais para pedido de LER, uma vez que da informação disponibilizada no âmbito deste procedimento de AIA não se inferem motivos que sustentem a necessidade de solicitação de alargamento do horário trabalho.
 - b. Atender à redução dos níveis de perturbação das espécies de fauna na área de influência dos locais dos trabalhos, nos períodos mais críticos, designadamente a época de reprodução, que decorre genericamente entre o início de abril e o fim de junho. Ajustar este período para os trabalhos nas linhas de água (Ribeira do Farelo e Ribeira da Torre) devido à presença potencial de *Emys orbicularis* e *Mauremys leprosa* cujos períodos de reprodução ocorrem entre junho e outubro, sendo a postura efetuada num local escavado fora de água e depois coberto de terra novamente, pelo que não podem ocorrer trabalhos de desmatção e decapagem neste período. Estes períodos devem ser respeitados para a construção e para a implementação do PGCEVEI.
 - c. No que diz respeito à desmatção e decapagem considerar a viabilidade de executar esses trabalhos numa só empreitada.

- d. Prever, sempre que possível, a não existência de descontinuidades e interrupções físicas e temporais que possam originar incómodos e penalizações para os diversos utilizadores da área afetada. Alerta-se ainda para o fluxo rodoviário existente no local, sobretudo no verão, o que exige um aumento da vigilância da segurança e compatibilização das obras com a circularidade rodoviária e pedonal.
5. Prever que as ações pontuais de desmatção, destruição do coberto vegetal, limpeza e decapagem dos solos sejam limitadas às zonas estritamente indispensáveis para a execução da obra. Estabelecer limites para além dos quais não deve haver lugar a qualquer perturbação, quer pelas máquinas quer por eventuais depósitos de terras e/ou outros materiais. Consequentemente, os referidos limites devem ser claramente balizados, considerando uma área de proteção em torno das mesmas, e não meramente sinalizados, antes do início da obra, devendo permanecer em todo o perímetro, durante a execução.
 6. Considerar no planeamento dos trabalhos e a execução dos mesmos todas as formas disponíveis para não destruir a estrutura e a qualidade do solo vivo por compactação e pulverização, visando quer a redução dos níveis de perda de carbono por mineralização, quer a libertação de poeiras e a sua propagação, como: o não uso de máquinas de rastros; redução das movimentações de terras em períodos de ventos e a exposição de solo nu nos períodos de maior pluviosidade e ventos. Prever a adoção de práticas e medidas adequadas de modo a reduzir a emissão de poeiras na origem.
 7. Reduzir, tanto quanto possível, o período que medeia a realização da desmatção e recuperação paisagística. Deve ser evitada a utilização de áreas não intervencionadas para áreas de apoio, mas, se tal não for possível, estas não deverão ser desmatadas.
 8. Respeitar, no caso das espécies arbóreas ou arbustivas sujeitas a regime de proteção, o exposto na respetiva legislação em vigor.
 9. Implementar um sistema de monitorização de vibrações no edifício mais próximo da cravação horizontal da conduta, nos dois atravessamentos da EN125.
 10. Prever o realojamento temporário de recetores sensíveis, em manifestas situações de incomodidade (ambiente sonoro e vibrações) para as quais não seja possível adotar medidas de minimização eficazes.
 11. Distribuir a Planta Síntese de Condicionantes a todos os empreiteiros e subempreiteiros.
 12. Garantir a conservação *in situ* de todas as ocorrências que se encontram na envolvente das áreas diretamente afetadas pela construção do projeto.
 13. Efetuar o registo, para memória futura, dos elementos patrimoniais cuja integridade não seja possível salvaguardar e a afetação seja inevitável. Aplicar, desde logo este procedimento para as OP1 - Nora de Vau, e OP2 - Poço da Mexilhoeira Grande, elementos etnográficos.
 14. Efetuar sondagens mecânicas na área de implantação da vala da conduta contígua à OP6 - Detrás das Vinhas, vestígios diversos neolíticos.
 15. Efetuar a prospeção arqueológica das áreas de estaleiro, depósito de terras e acessos, caso anteriormente não tivessem sido prospetadas ou que tivessem apresentado visibilidade nula a reduzida.
 16. Divulgar o programa de execução das obras às populações interessadas, designadamente à população residente na área envolvente. A informação disponibilizada deve incluir o objetivo, a natureza, a localização

da obra, as principais ações a realizar, respetiva calendarização e eventuais afetações à população, designadamente a afetação das acessibilidades.

17. Implementar um mecanismo de atendimento ao público para esclarecimento de dúvidas e atendimento de eventuais reclamações, a decorrer antes do início da obra até à sua finalização. Prever a análise e seguimento dos contactos recebidos e a prestação de informações atualizadas às populações sobre o andamento dos trabalhos e suas implicações.
18. Realizar ações de formação e de sensibilização ambiental para os trabalhadores e encarregados envolvidos na execução das obras relativamente às ações suscetíveis de causar impactes ambientais e às medidas de minimização a implementar, designadamente normas e cuidados a ter no decurso dos trabalhos. Incluir temáticas relacionadas com a conservação do solo e fenómenos erosivos - e "espécies autóctones" e "espécies vegetais exóticas invasoras".
19. Prever a acessibilidade e espaço de estacionamento privilegiado destinado aos organismos afetos ao socorro a envolver em situações de acidente/emergência. Na fase de construção, tendo particular atenção o eventual aumento do fluxo de trânsito provocado pela movimentação de veículos afetos às obras, os trabalhos a desenvolver não comprometer a operacionalidade das ações de proteção civil e socorro, e equacionar alternativas que salvaguardem a passagem de veículos afetos ao socorro e emergência, bem como garantir que todas as afetações às acessibilidades sejam do prévio conhecimento do Serviço Municipal de Proteção Civil de Portimão e dos serviços e agentes de proteção civil locais.
20. Prever a localização dos estaleiros no interior da área de intervenção ou em áreas degradadas; privilegiar locais de declive reduzido e com acesso próximo. Prever a sua vedação. Não devem ser ocupados os seguintes locais para a instalação de estaleiros, bem como novos acessos à obra e áreas de empréstimo e de depósito de materiais:
 - a. Áreas do domínio hídrico;
 - b. Áreas inundáveis;
 - c. Zonas de proteção de águas subterrâneas (áreas de elevada infiltração);
 - d. Perímetros de proteção de captações;
 - e. Áreas classificadas da Reserva Agrícola Nacional (RAN) ou da Reserva Ecológica Nacional (REN);
 - f. Outras áreas com estatuto de proteção, nomeadamente no âmbito da conservação da natureza;
 - g. Outras áreas onde possam ser afetadas espécies de flora e de fauna protegidas por lei, nomeadamente sobreiros e/ou azinheiras;
 - h. Locais sensíveis do ponto de vista geotécnico;
 - i. Locais sensíveis do ponto de vista paisagístico;
 - j. Áreas de ocupação agrícola;
 - k. Proximidade de áreas urbanas e/ou turísticas;
 - l. Zonas de proteção do património, sendo interdita a sua localização em locais a menos de 50 m das ocorrências patrimoniais.

21. Equacionar para o estaleiro da obra a necessidade de construir instalações sociais (dormitórios e refeitórios), para que o impacto positivo do aumento de emprego não venha originar impactos negativos ao nível da qualidade de vida dos trabalhadores.

Fase de Obra/Construção

22. Garantir o cumprimento do exposto na Planta Síntese de Condicionantes e que a mesma se mantém atualizada.
23. Proceder antes dos trabalhos de movimentação de terras, à decapagem da terra viva e ao seu armazenamento em pargas, para posterior reutilização em áreas afetadas pela obra. O solo decapado de locais com espécies exóticas invasoras não deve ser armazenado para posterior utilização, mas sim conduzido a destino final apropriado.
24. Efetuar por corte raso as operações de desmatção em áreas onde não é necessário efetuar movimentações de terras e, consequentemente, não sejam sujeitas a mobilização do solo, com corta-matos, e recarga do material cortado. Em zonas onde seja necessário realizar movimentações de terras, efetuar as operações de desmatção por gradagem, com mistura do mato cortado na camada superficial do solo revolto. As áreas adjacentes às áreas a intervencionar pelo projeto, ainda que possam ser utilizadas como zonas de apoio, não devem ser desmatadas ou decapadas e descompactadas no final da obra e no âmbito da execução do PRAI.
25. Realizar a decapagem do solo vivo sempre no sentido de a máquina nunca circular sobre o terreno ainda não decapado. Ou seja, a sua progressão deve fazer-se sempre sobre o terreno já decapado.
26. Utilizar máquinas de pneumáticos em detrimento das máquinas de rastros, exceto em situações de declives mais acentuados, de forma a não destruir a estrutura e a qualidade do solo vivo por compactação e pulverização.
27. Fazer corresponder a profundidade da decapagem do solo vivo à espessura da totalidade da terra vegetal, em toda a profundidade do horizonte local (Horizontes O e A) e não em função de uma profundidade pré-estabelecida. Realizar as operações de decapagem com recurso a balde liso e por camadas. Segregar a terra viva decapada a qual deve permanecer sem mistura com quaisquer outros materiais inertes e terras de escavação de horizontes inferiores.
28. Remover e depositar em pargas o solo vivo proveniente das operações de decapagem, possuidor do banco de sementes de espécies autóctone, as quais devem ter até 2m de altura; ser colocadas próximo das áreas de onde foram removidas, mas assegurando que tal se realiza em áreas planas e bem drenadas; ser protegidas contra a erosão hídrica e eólica através de uma sementeira de espécies forrageiras de gramíneas e, sobretudo, leguminosas pratenses, de forma a manter a sua qualidade, sobretudo, se o período de duração da obra ou da exposição das pargas ao ambiente exceder 10 dias. Proteger as pargas fisicamente de quaisquer ações de compactação por máquinas em circulação em obra.
29. Remover a biomassa vegetal e outros resíduos e encaminhar para destino final, privilegiando a sua reutilização.

30. Iniciar os trabalhos de escavações e aterros logo que os solos estejam limpos, evitando repetição de ações sobre as mesmas áreas.
31. Executar os trabalhos que envolvam escavações a céu aberto e movimentação de terras de forma a minimizar a exposição dos solos nos períodos de maior pluviosidade, de modo a diminuir a erosão hídrica e o transporte sólido.
32. Interromper a execução de escavações e aterros em períodos de elevada pluviosidade e tomar as devidas precauções para assegurar a estabilidade dos taludes e evitar o respetivo deslizamento.
33. Utilizar, sempre que possível, os materiais provenientes das escavações como material de aterro, de modo a minimizar o volume de terras sobrantes (a transportar para fora da área de intervenção).
34. Assegurar em caso de ser necessário utilizar solo vivo, terras de empréstimo e, sobretudo, materiais inertes, a utilizar na construção no enchimento de fundações, vala, estaleiro e, eventuais, outras áreas, junto dos fornecedores, que não provêm de áreas ou de stocks contaminadas por espécies vegetais exóticas invasoras ou estão isentos da presença dos respetivos propágulos/sementes das referidas espécies para que as mesmas não alterem a ecologia local e introduzam plantas invasoras.
35. Armazenar os produtos de escavação que não possam ser aproveitados, ou em excesso, em locais com características adequadas para depósito.
36. Encaminhar as terras sobrantes a vazadouro autorizado.
37. Armazenar os materiais de escavação com vestígios de contaminação em locais que evitem a contaminação dos solos e das águas subterrâneas, por infiltração ou escoamento das águas pluviais, até serem encaminhados para destino final adequado.
38. Efetuar a proteção de depósitos temporário de terras, com coberturas impermeáveis. As pilhas de terras devem ter uma altura que garanta a sua estabilidade.
39. Privilegiar o uso de caminhos já existentes para aceder aos locais da obra. Caso seja necessário proceder à abertura de novos acessos ou ao melhoramento dos acessos existentes, as obras devem ser realizadas de modo a reduzir ao mínimo as alterações na ocupação do solo fora das zonas que posteriormente ficarão ocupadas pelo acesso.
40. Assegurar o correto cumprimento das normas de segurança e sinalização de obras na via pública, tendo em consideração a segurança e a minimização das perturbações na atividade das populações.
41. Assegurar que os caminhos ou acessos nas imediações da área do projeto não fiquem obstruídos ou em más condições, possibilitando a sua normal utilização por parte da população local.
42. Utilizar os acessos previstos no Plano de Acessos à Obra.
43. Submeter a alteração de desvios de tráfego à entidade competente para autorização.
44. Restringir a circulação de máquinas e recursos humanos às áreas estritamente necessárias, devendo esta circulação ser realizada de forma cuidada, com velocidade e procedimentos adequados ao tipo de via e proximidade de Recetores Sensíveis.
45. Garantir a limpeza regular dos acessos e da área afeta à obra, de forma a evitar a acumulação e ressuspensão de poeiras, quer por ação do vento, quer por ação da circulação de veículos e de equipamentos de obra.

46. Adotar velocidades moderadas, na proximidade de áreas habitadas, de forma a minimizar a emissão de poeiras.
47. Proceder à manutenção e revisão periódica de todas as máquinas e veículos afetos à obra, de forma a manter as normais condições de funcionamento e assegurar a minimização das emissões gasosas, dos riscos de contaminação dos solos e das águas, e de forma a dar cumprimento às normas relativas à emissão de ruído.
48. Assegurar o transporte de materiais de natureza pulverulenta ou do tipo particulado em veículos adequados, com a carga coberta, de forma a impedir a dispersão de poeiras.
49. Minimizar o tempo de interrupção da circulação da água nos atravessamentos de linhas de água por elementos de projeto.
50. Minimizar alterações no caudal dos cursos de água, evitando alterações na sua qualidade, como excesso de turbidez.
51. Prever, para as captações subterrâneas mais próximas das frentes de obra, medidas com vista à sua proteção, nomeadamente a sua vedação e sinalização dentro do corredor de obra, de forma a impedir o acesso ao local por parte da maquinaria e funcionários.
52. Assegurar, sempre que ocorram exsurgências devido à interceção do nível freático, a extração da água e o seu encaminhamento para o terreno a jusante.
53. Evitar, se possível, a destruição do raizame estruturante das árvores. Efetuar uma avaliação cuidada para se verificar se o corte de raízes não provoca a instabilidade e colapso posterior das árvores.
54. Garantir que todos os trabalhadores têm acesso a cuidados de saúde adequados e proporcionais
55. Assegurar que são adotados os métodos construtivos e os equipamentos que originem o menor ruído possível e as menores vibrações possíveis e proceder ao seu isolamento, no local de construção sempre que necessário, de modo a assegurar que os mesmos apresentem características sonoras que permitam cumprir a legislação em vigor.
56. Adotar soluções estruturais e construtivas dos órgãos e edifícios, e instalar de sistemas de insonorização dos equipamentos e/ou edifícios que alberguem os equipamentos mais ruidosos, de modo a garantir o cumprimento dos limites estabelecidos no Regulamento Geral do Ruído.
57. Informar os moradores/utentes das zonas afetadas do período em que a obra decorrerá. Caso sejam previstas situações isoladas de níveis sonoros ou de níveis de vibração que possam ser significativamente emergentes, informar previamente sobre a data da sua ocorrência e, se necessário, proceder ao realojamento temporário dos recetores sensíveis existentes na proximidade.
58. Efetuar o Acompanhamento Arqueológico integral de todas as operações que impliquem movimentações de terras (desmatações, escavações, terraplenagens, depósitos e empréstimos de inertes), desde a fase preparatória da obra, como a instalação dos estaleiros, abertura de caminhos e desmatção; o acompanhamento deve ser continuado e efetivo pelo que se houver mais que uma frente de obra a decorrer em simultâneo terá de se garantir o acompanhamento de todas as frentes.

59. Suspender a obra no local, se na fase na fase preparatória ou de construção forem detetados vestígios arqueológico, ficando o arqueólogo obrigado a comunicar de imediato à tutela do Património Cultural essa ocorrência, e propor as medidas de minimização a implementar.
60. Efetuar após a desmatação a prospeção arqueológica sistemática das áreas de incidência do projeto.
61. Conservar *in situ* as ocorrências arqueológicas que vierem a ser reconhecidas no decurso das prospeções e do acompanhamento arqueológico da obra, tanto quanto possível e em função do seu valor patrimonial, de tal forma que não se degrade o seu estado de conservação atual, ou salvaguardar pelo registo.
62. Adotar medidas de minimização específicas como o registo documental, sondagens, escavações arqueológicas, entre outras se os resultados obtidos nestes trabalhos arqueológicos assim o determinem.
63. Colocar os achados móveis obtidos no decurso destas medidas em depósito credenciado pelo organismo de tutela do Património Cultural.
64. Assegurar o envio à tutela do Património Cultural, no prazo máximo de um ano após a conclusão dos trabalhos arqueológicos executados no âmbito do presente projeto, do(s) Relatório(s) Final(is) de Trabalho(s) Arqueológico(s) resultantes das minimizações efetuadas no âmbito deste projeto.
65. Informar o Serviço Municipal de Proteção Civil de Portimão, dependente da respetiva Câmara Municipal, bem como os agentes de proteção civil localmente relevantes (Corpos de Bombeiros, por exemplo), designadamente quanto às ações que serão levadas a cabo e respetiva calendarização, de modo a possibilitar um melhor acompanhamento e intervenção, bem como para ponderar a eventual necessidade de atualização do correspondente Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil.
66. Implementar o Plano de Recuperação das Áreas Intervencionadas e o Projeto de Recuperação Biofísica das Linhas de Água Afetadas.

Fase Final da Obra

67. Proceder à desativação da área afeta aos trabalhos para a execução da obra, com a desmontagem dos estaleiros e remoção de todos os equipamentos, maquinaria de apoio, depósitos de materiais, entre outros. Realizar ações de escarificação do solo e modelação do terreno, com restituição da terra vegetal, previamente decapada, de modo a assegurar a reposição das condições iniciais.
68. Proceder à recuperação de caminhos e vias utilizados como acesso aos locais em obra, e de pavimentos e passeios públicos que tenham eventualmente sido afetados ou destruídos. Prever a reconstrução das caixas de pavimento e garantir as reposições a realizar, com preocupação redobrada na drenagem da EN125.
69. Assegurar a reposição e/ou substituição de eventuais infraestruturas, equipamentos e/ou serviços existentes nas zonas em obra e áreas adjacentes, que sejam afetadas no decurso da obra.
70. Assegurar a desobstrução e limpeza de todos os elementos hidráulicos de drenagem que possam ter sido afetados pelas obras de construção.
71. Iniciar as ações de recuperação paisagística, sempre que possível, logo após a conclusão das operações nos terrenos intervencionados, de modo a prevenir a erosão e infestação por espécies exóticas e infestantes, nas áreas de afetação temporária.

72. Proceder ao restabelecimento e recuperação paisagística da área envolvente degradada – através da reflorestação com espécies autóctones e do restabelecimento das condições naturais de infiltração, com a descompactação e arejamento dos solos.

Fase de Exploração

73. Fornecer ao empreiteiro para consulta, sempre que se desenvolverem ações de manutenção, reparação ou de obra, a Planta Síntese de Condicionantes atualizada, aplicando-se as medidas previstas para a fase de construção.
74. Garantir a continuidade da monitorização e acompanhamento, nos períodos estipulados para a Fase de Exploração, previstos para cada um dos Planos e Projeto. O acompanhamento dos referidos planos, nesta fase e nos períodos estipulados e a propor, para além do período de garantia, deverá ser realizada, sempre que possível, pelos respetivos autores de forma a garantir a sua correta execução, consolidação e continuidade dos mesmos, em termos dos objetivos que lhes estão subjacentes. As situações detetadas devem ser objeto de levantamento, com adequado registo fotográfico, caracterizadas e reportadas. No caso de vir a ser, efetivamente, necessário proceder a qualquer tipo de intervenção a proposta deve acompanhar o relatório e ser submetida à apreciação à AAIA, no âmbito da Pós-Avaliação.

Fase de Desativação

75. Assegurar o acompanhamento arqueológico.

Programas de Monitorização

Apesar de no EIA apenas se considerar a implementação do Programa de Monitorização dos Recursos Hídricos Superficiais, considera-se que durante a fase de construção se deve implementar um Programa de Monitorização do Ambiente Sonoro e um Programa de Monitorização das Vibrações, nos termos mencionados.

1. Programa de Monitorização dos Recursos Hídricos Superficiais

A amostragem deve seguir um protocolo definitivo a constar no Título de utilização dos recursos hídricos. No entanto, quanto aos parâmetros a monitorizar não será necessário colher amostras de elementos biológicos.

Devem ser determinados os seguintes parâmetros: Físico-químicos de suporte aos elementos biológicos; PAHs – Hidrocarbonetos aromáticos policíclicos; Compostos orgânicos voláteis; C10 e C40; Metais pesados dissolvidos – chumbo, cádmio, níquel e mercúrio; e, Turbidez.

2. Programa de Monitorização do Ambiente Sonoro

O proponente não apresentou um plano de monitorização do ambiente sonoro. Como se referiu ao longo da presente apreciação, não se concorda com esta atuação. Assim, deve ser implementado um Programa de Monitorização do Ambiente Sonoro nas condições determinadas pela normalização e guias aplicáveis, nas fases que se passam a enunciar:

- Antecedendo o início da fase de construção: realização de uma campanha de caracterização da situação de referência, para memória futura, pelo menos nas zonas de atravessamento da EN125 e de atravessamento das linhas de água e da via-férrea;
- Fase de construção: semestralmente, na altura em que seja previsível a existência das atividades construtivas mais ruidosas, devendo ser usado como critério de boa prática a não ultrapassagem de um $L_{Aeq, diurno}$ de 65 dB; Na eventualidade de existirem reclamações, deverá ser efetuada a monitorização desses recetores durante o período de construção, na mesma periodicidade semestral e enquanto as atividades se desenvolverem na sua proximidade, com a correspondente entrega dos relatórios de monitorização à Autoridade de AIA, nos quais deverá constar uma análise do cumprimento das disposições legais aplicáveis e das medidas que tenham sido implementadas.

O relatório de caracterização deverá ser entregue à Autoridade de AIA, antes do início da fase de construção e a tempo de permitir a pronúncia da mesma relativamente a eventuais medidas de minimização adicionais que possam ser necessárias.

Os demais relatórios deverão ser entregues à Autoridade de AIA, até 2 meses após a realização das medições, devendo incluir uma análise do cumprimento das disposições legais aplicáveis e de eventuais medidas que tenham sido implementadas.

Os relatórios a apresentar deverão contemplar o disposto na Portaria n.º 395/2015, de 4 de novembro, ou na versão correspondente mais atual.

3. Programa de Monitorização das Vibrações

Adicionalmente deverá ser implementado um Plano de Monitorização de Vibrações e deverão ser respeitadas as seguintes indicações.

Fase de Construção

- Parâmetros a monitorizar:
 - Os definidos na NP 2074: 2015 ou na versão que esteja em vigor no momento das referidas monitorizações.
 - Velocidade de pico das vibrações segundo as três direções (radial, transversal e vertical) – PPV (mm/s).
 - Resultante da velocidade de pico das partículas - RPPV (mm/s); Frequência dominante - f (Hz).
- Locais de Monitorização: Recetores Sensíveis mais próximos. Eventuais pontos adicionais associados a reclamações que tenham provimento.
- Frequência de Monitorização: Durante a realização das cravações incluindo sempre os recetores mais próximos.

- Ensaio: Normalização: NP 2074:2015 e BS 6472-2:2008 (ou normas em vigor à data da realização dos ensaios).
- Critérios de Avaliação de Desempenho: Cumprimento do disposto na NP 2074: 2015, para o dano no edificado. Cumprimento das disposições da BS 6472-2:2008, para a incomodidade às vibrações.
- Medidas de Gestão Ambiental a implementar: Reparação e indemnização pelos eventuais danos causados. Realojamento temporários dos habitantes.

Os relatórios de monitorização deverão cumprir o disposto no Anexo V da Portaria n.º 395/2015, de 4 de novembro, ou versão atualizada da mesma, integrando fichas de caracterização dos pontos de monitorização e deverão ser entregues à Autoridade de AIA, contemplando um resumo das ações de monitorização empreendidas, uma análise dos resultados obtidos e, sempre que necessário, as decorrentes ações de ajuste implementadas.

Outros Planos

Devem ser implementados os seguintes planos/projetos, nos termos já aprovados ou em que vierem a ser aprovados no contexto da presente decisão:

1. Plano de Segurança e Saúde para a fase de obra/construção.
2. Plano de Gestão de Resíduos.
3. Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição.
4. Plano de Emergência.
5. Plano de Acessos à Obra.
6. Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra.
7. Plano de Gestão e Controlo de Espécies Vegetais Exóticas Invasoras.
8. Plano de Gestão da Faixa de Servidão Legal da Conduta.
9. Plano de Recuperação das Áreas Intervencionadas.
10. Projeto de Recuperação Biofísica das Linhas de Água Afetadas.

Pela Comissão de Avaliação,



(Dora Beja)

REFERÊNCIAS

- ANEPC, 2019. *Avaliação Nacional de Risco. 1ª Atualização – julho de 2019. Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.*
- ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil, 2010. *Estudo de Risco Sísmico e de Tsunamis do Algarve. Direcção Nacional de Planeamento de Emergência (Coordenação), 165 p.*
- Carrilho, F., 2005. *Estudo da Sismicidade da Zona Sudoeste de Portugal Continental. Dissertação de Mestrado, Fac. Ciências da Univ. Lisboa. 147 p.*
- Custódio, S., Dias, N.A., Carrilho, F., Góngora, E., Rio, I., Marreiros, C., Morais, I., Alves, P., Matias, L., 2015. *Earthquakes in western Iberia: improving the understanding of lithospheric deformation in a slowly deforming region. Geophys. J. Int. 203, 127-145.*
- Dias, R.P., 2001. *Neotectónica da Região do Algarve. Dissertação de Doutoramento, Fac. Ciências, Univ. Lisboa, 369 p.*
- Dias, R. P., Cabral, J., 2002. *Actividade Neotectónica na Região do Algarve (S de Portugal). Comunicações Geológicas. Instituto Geológico e Mineiro, 2002, t. 89, 193-208.*
- Jorge, C., 1993. *Zonamento do potencial de liquefacção. Tentativa de aplicação a Portugal. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 196 p.*
- Moura, D., Boski, T., 1999. *Unidades litostratigráficas do Pliocénico e Plistocénico no Algarve. Comum. Inst. Geol. e Mineiro, 86: 85-106.*
- Pais, J., Cunha, Pedro P., Pereira, D., Legoinha, P., Dias, R. P., Moura, D., Brum da Silveira, A., Kullberg, J. C., González-Delgado, J. A., 2012. *The Paleogene and Neogene of Western Iberia (Portugal): A Cenozoic Record in the European Atlantic Domain. Springer Briefs in Earth Sciences, Springer, 158 p.*
- Terrinha, P., 1998. *Structural Geology and Tectonic Evolution of the Algarve Basin, South Portugal. PhD Thesis, Imperial College, London, 430 p.*

Anexo 1: Projeto de Execução (sobre Carta Militar)

Anexo 2: Pareceres Externos

Gestão Regional de Beja e Faro

Rua do Alportel, 104
8000-291 Faro - Portugal
T +351 21 28 79 000 · F +351 289 870 605
grfar@infraestruturasdeportugal.pt

Largo da Estação nº 17 – Apartado 497
7800-132 Beja - Portugal
T +351 21 28 79 000 · F +351 284 163 359
grbja@infraestruturasdeportugal.pt

Exmo. Sr.

Presidente do Concelho Diretivo da APA –
Agência Portuguesa do Ambiente

Rua da Murgueira, 9
Zambujal - Alfragide
2610 – 124 AMADORA

Remetido para e-mail:

geral@apambiente.pt
c/c: dora.beja@apambiente.pt

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	ANTECEDENTE	SAÍDA	DATA
S023568-202404- DAIA.DAP DAIA.DAPP.00002.2024	2024-04-23	6359FAR240423	n.º	007- 4326167	2024-05-14

Assunto: ER125, entre o Km 34+000 e o Km 39+1120, ambos os lados
Linha do Algarve, Troço Lagos/Tunes, ao Pk 337.692
AIA3704 – Otimização do Escoamento entre o Reservatório Inicial – Ocidental
e o reservatório Final – Troço da Câmara de Penina e ETA das Fontainhas

Relativamente ao V/ pedido de parecer no decorrer do processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), relativo ao projeto de Otimização do Escoamento entre o Reservatório Inicial – Ocidental e o reservatório Final – Troço da Câmara de Penina e ETA das Fontainhas, com interferência na ER125, entre o Km 34+000 e o Km 39+112, ambos os lados, e com a Linha do Algarve, Troço Lagos/Tunes, ao Pk 337.692, informa-se V. Ex.ª que:

• **Relativamente à rodovia – ER125:**

1. Pretende as Águas do Algarve (AdA) construir, gerir e manter conduta adutora em betão com alma de aço DN1000, em substituição/remoção da conduta adutora atualmente existente, com exceção dos troços já substituídos aquando das obras de requalificação da ER125;
2. Nas travessias à ER125, identificadas como T01 e T06, a AdA preconiza o método de cravação horizontal com encamisamento em aço DN1200, bem como instalação de caixas de visita;
3. Nas travessias adjacentes às PI C.F. n.º 3451 e Ponte n.º 3442, denominados os locais como T04 e T05, respetivamente, a AdA preconiza travessias aéreas de conduta em aço DN1000, do tipo autoportante, com ocupação do espaço



atualmente dedicado à conduta fora de serviço;

4. Na remanescente instalação é preconizado que a conduta será enterrada e instalada em vala. No entanto, de acordo com o disposto no Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional (EERRN), anexo à Lei 34/2015 de 27 de abril, na alínea e) do número 2 do artigo 58º a instalação de condutas na zona de Servidão *non aedificandi* pode ser autorizado pela administração rodoviária, desde que daí não resulte o agravamento das condições de circulação e segurança rodoviária nem tão pouco prejuízo para a estabilidade, conservação e exploração da infraestrutura, pelo que, não se verificando o referido nas localizações abaixo, pelo que deverão ser reformuladas as localizações e/ou os métodos construtivos preconizados:
 - a) Travessia em vala dos ramos/ilhéu na Rotunda localizada na ER125 km 38+565;
 - b) Travessia em vala dos ramos/ilhéus na Rotunda localizada na ER125 km 36+450;
 - c) Travessia em vala dos ramos/ilhéus no Entroncamento localizado na ER125 km 36+270;
 - d) Travessia em vala dos ramos/ilhéus na Rotunda localizada na ER125 km 35+020;
5. Nos elementos rececionados não se identificou com exatidão se a intervenção dentro do domínio público rodoviário afeta o pavimento ou é efetuada em berma não pavimentada/talude/etc;
6. Importa salvaguardar desde já que, em todo o caso, qualquer intervenção ou atividade, obra no solo ou subsolo na zona da estrada, só poderá ser realizada após a instrução e eventual parecer positivo do processo de licenciamento devida e completamente instruído, e subsequente emissão da respetiva licença, bem como a prévia celebração de um Contrato de Instalação de Terceiros (CIT) e prestação de Garantia Bancária entre a entidade gestora da infraestrutura rodoviária (GIR) e a entidade gestora da infraestrutura não rodoviária (GINR);
7. As soluções de projeto de condutas enterradas, quando aplicável, devem cumprir as condições técnicas para instalação de infraestruturas enterradas na RRN e os princípios orientadores para instalação de infraestruturas enterradas na RRN;

- **Relativamente à Ferrovia:**

1. O projeto em análise tem interferência com a Linha do Algarve, troço



Lagos/Tunes, ao Pk 337.692, e na sequência do pedido efetuado pela Águas do Algarve, foi aberto processo com a n/ ref.^a 151LIC240104, que se encontra em análise, tendo sido solicitado elementos/esclarecimentos;

2. As soluções de projeto de condutas enterradas, quando aplicável, devem cumprir os requisitos da IT.GER.015;

Pelo exposto, emite-se parecer favorável condicionado ao cumprimento dos pontos anteriores.

Com os melhores cumprimentos,

O Gestor Regional
**LUÍS
ANTÓNIO
SERRANO
PINELO**
Assinado de forma
digital por LUÍS
ANTÓNIO SERRANO
PINELO
Dados: 2024.05.14
16:58:33 +01'00'
Luís Pinelo

(Ao abrigo da subdelegação de competências conferida
pela Decisão DRP/01/2019)

(LP/AB)



AUTORIDADE NACIONAL
DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL

C/c: CREPC Algarve

2028 20 MAI '24

Ao Conselho Diretivo da
Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
Rua da Murgueira, 9/9A - Zambujal
Ap. 7585
2610-124 Amadora

V. REF.
5023568-202404-
DAIA.DAP

V. DATA

N. REF.
OF/3280/DRO/2024

N. DATA

ASSUNTO Processo de Avaliação de Impacte Ambiental do Projeto "Otimização de
Escoamento entre o Reservatório Inicial – Ocidental e o Reservatório Final -
Troço Câmara de Penina e ETA das Fontainhas" - Parecer externo

Caros, senhores:

Em resposta ao solicitado através do v/ofício em referência, analisada a documentação disponibilizada, considera-se que o projeto em causa terá um impacto positivo ao nível do abastecimento público na região do Algarve, aspeto de relevar, atenta a crescente insuficiência das reservas hídricas superficiais e subterrâneas para fazer face aos consumos existentes. Assim, importará assegurar a resiliência das infraestruturas a instalar, tendo em conta os riscos e os níveis de vulnerabilidade local já existentes.

Em particular, atento o facto do projeto se situar numa zona de intensidade máxima sísmica e de moderado a elevado potencial de liquefação, deverão ser adotadas as normas técnicas antissísmicas adequadas (a confirmar em sede de licenciamento) nas intervenções a executar nas futuras construções face à perigosidade sísmica da zona, bem como aos efeitos de sítio associados, de forma a garantir a operacionalidade das infraestruturas para diferentes ações sísmicas.

Adicionalmente, as medidas evidenciadas no EIA devem ser complementadas com outras que contribuam, de forma antecipada, para a prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens, designadamente:

- Na fase de construção e de exploração, informar do projeto o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) de Portimão, dependente da respetiva Câmara Municipal, bem

N. REF. OF/3280/DRO/2024

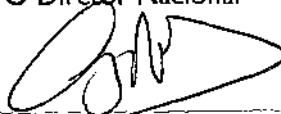
como os agentes de proteção civil localmente relevantes (Corpos de Bombeiros, por exemplo), designadamente quanto às ações que serão levadas a cabo e respetiva calendarização, de modo a possibilitar um melhor acompanhamento e intervenção, bem como para ponderar a eventual necessidade de atualização do correspondente Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil.

- Assegurar as acessibilidades e espaço de estacionamento privilegiado destinado aos organismos afetos ao socorro a envolver em situações de acidente/emergência. Em especial na fase de construção, tendo particular atenção o eventual aumento do fluxo de trânsito provocado pela movimentação de veículos afetos às obras, os trabalhos a desenvolver não deverão comprometer a operacionalidade das ações de proteção civil e socorro, devendo ser equacionadas alternativas que salvaguardem a passagem de veículos afetos ao socorro e emergência, bem como garantido que todas as afetações às acessibilidades sejam do prévio conhecimento do SMPC de Portimão e dos serviços e agentes de proteção civil locais.

Complementarmente, deverá ser revisto o Tomo 3 – Análise de Riscos, atendendo a que há referências ao concelho de Albufeira sendo que o projeto se localiza no concelho de Portimão.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor Nacional



Carlos Mendes

Carlos Mendes
Diretor Nacional de
Prevenção e Gestão de Riscos

EC/

Dora Maria Beja

De: Isabel Z. S. R. da Silva <isilva@dgadr.pt>
Enviado: 26 de abril de 2024 14:43
Para: Geral APA
Cc: Dora Maria Beja
Assunto: PROC N.º. 3355/2024 OF N.º. 10335/2024 - Solicitação de parecer específico: AIA3704: Otimização de Escoamento entre o Reservatório Inicial – Ocidental e o Reservatório Final - Troço Câmara de Penina e ETA das Fontainhas. Freguesia de Mexilhoeira.. Req: APA
Anexos: OF_DSTAR_DOER_DOC0000010335_2024.pdf

AVISO DE SEGURANÇA: Email externo à APA. Tenha cuidado antes de abrir anexos e links. Nunca introduza dados ou senhas, associados à sua conta.

Exmos. Senhores

Para os devidos efeitos, junto se envia o ofício **OF_DSTAR_DOER_DOC000010335/2024** e o respetivo anexo.

Solicita-se que seja acusada a receção do presente e-mail.

Com os melhores cumprimentos.

De acordo com o determinado no n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, na sua redação atual, a correspondência transmitida por via eletrónica tem o mesmo valor da trocada em suporte de papel, devendo ser-lhe conferida, pela Administração e pelos particulares, idêntico tratamento.

Isabel Zenóbia S. R. Silva

(Secretariado)

DSTAR / Divisão de Ordenamento do Espaço Rural

Tel. (+351) 218442320

<http://www.dgadr.gov.pt>



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

AGRICULTURA E PISCAS



**DIREÇÃO-GERAL
DE AGRICULTURA
E DESENVOLVIMENTO
RURAL**



**23.27
pepac**
Plano Estratégico da
Política Agrícola Comum

E-mail:

geral@apambiente.pt

C/c:

dora.beja@apambiente.pt

c/recibo de leitura

À

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

Rua da Murgueira, 9/9A Zambujal

Ap. 7585 2610-124 Amadora

Sua Referência
Email
S023568-202404-
DAIA.DAP
DAIA.DAPP.00002.20
24 24

Sua Data
12-04-2024

Nossa Referência
N.º Of_DSTAR_DOER_DOC00010335_2024
Proc.º 3335/2024

Data
22-04-2024

ASSUNTO: Solicitação de parecer específico: AIA3704: Otimização de Escoamento entre o Reservatório Inicial – Ocidental e o Reservatório Final - Troço Câmara de Penina e ETA das Fontainhas.
Localização: Freguesia de Mexilhoeira Grande e freguesia de Alvor, concelho de Portimão
Requerente: APA – Agência Portuguesa do Ambiente (NIPC: 510 306 624)

Relativamente ao vosso pedido de parecer específico sobre a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) para a Otimização de Escoamento entre o Reservatório Inicial – Ocidental e o Reservatório Final - Troço Câmara de Penina e ETA das Fontainhas, abrangendo a freguesia de Mexilhoeira Grande e a freguesia de Alvor, concelho de Portimão, verifica-se, após a respetiva análise, que o zonamento proposto interfere com áreas ou infraestruturas de Aproveitamentos Hidroagrícolas da tutela desta Direção Geral, nomeadamente, com o Aproveitamento Hidroagrícola do Alvor (AHA), estando sujeito ao Regime Jurídico das Obras de Aproveitamento Hidroagrícola da tutela desta Direção Geral, disposto pelo D.L. nº 269/82, de 10 de julho com a redação dada pelo D.L. nº 86/2002, de 6 de abril. O Estudo de Impacte Ambiental Consolidado refere as possíveis interferências com as infraestruturas do AHA, nomeadamente salientando a necessidade de evitar o cruzamento entre a massa de água artificializada e a conduta, esta última, respeitando as indicações da Associação de Regantes e

Beneficiários do Alvor (ARBA), será implantada 1 m abaixo da tubagem já existente, nas seguintes interseções:

- Interseção com a regadeira 59-1 do Canal Condutor Geral, logo após a rotunda da Penina no sentido Portimão – Lagos;
- Interseção com a regadeira 4-1 do Distribuidor da Norinha, próximo da ribeira da Torre;
- Interseção com o traçado do Canal Condutor Geral (Em túnel);
- Interseção com o traçado da regadeira 42-1 do Canal Condutor Geral;
- Interseção com o traçado da regadeira 42 do Canal Condutor Geral;
- Interseção com o traçado da regadeira 1 do Distribuidor da Quinta da Rocha;
- Interseção com o traçado da regadeira 38 do Canal Condutor Geral;
- Interseção com o traçado da regadeira 38.1 Canal Condutor Geral.

Face às interferências registadas, ainda que o EIA as contemple, consideramos que, previamente ao licenciamento, deverá esta Direção Geral ser consultada, por forma a poder articular com a ARBA os trabalhos previstos.

Assim, emite-se parecer favorável, condicionado ao estabelecido no parágrafo anterior.

Deverá, igualmente, ser consultada a CCDR do Algarve, no sentido de obter informações acerca de outras tipologias de Aproveitamentos Hidroagrícolas que possam existir naquela área.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor-Geral

Rogério

Lima Ferreira

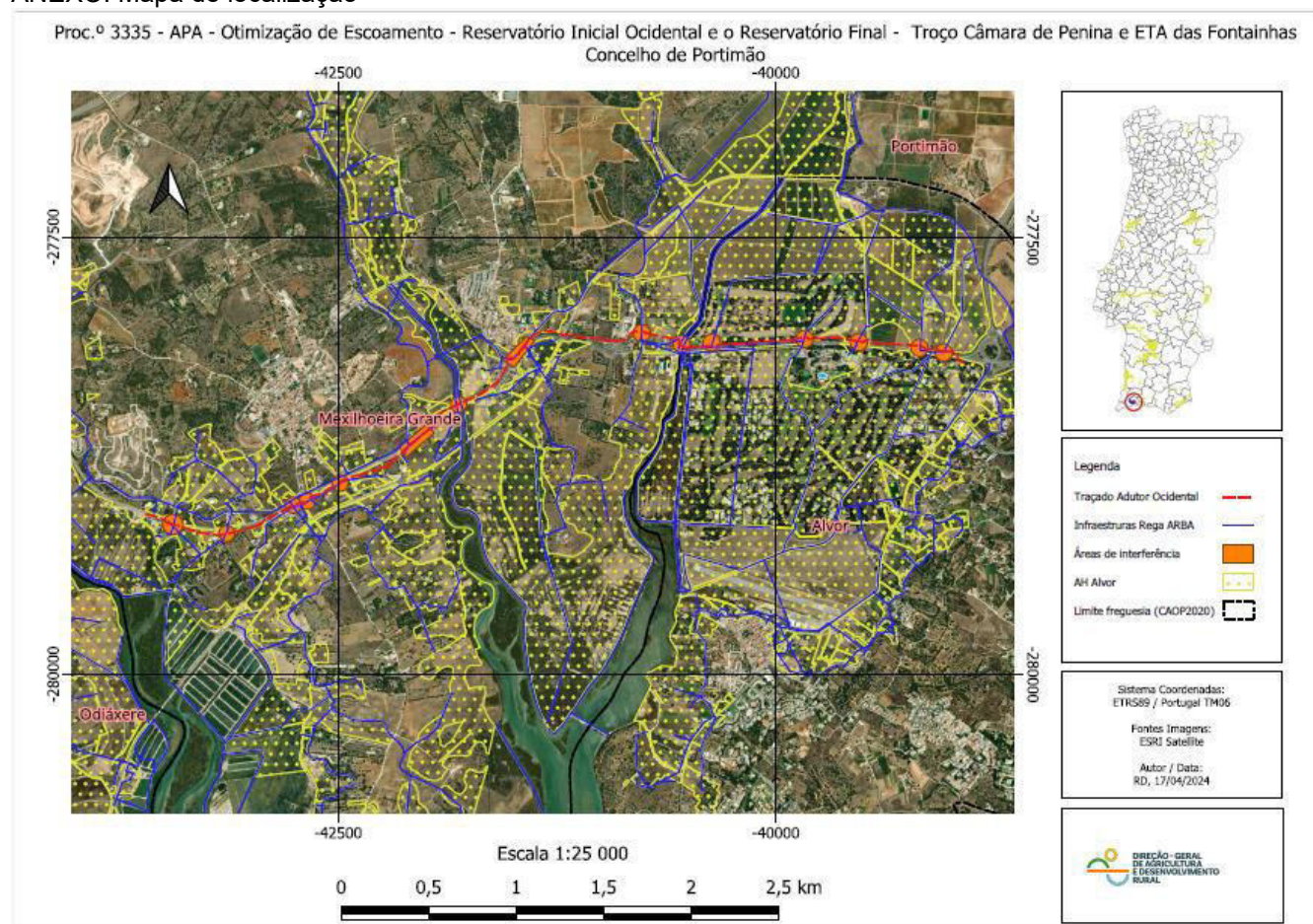
Assinado de forma
digital por Rogério Lima
Ferreira
Dados: 2024.04.24
18:31:56 +01'00'

Rogério Lima Ferreira

RD

ANEXO: Mapa de localização

ANEXO: Mapa de localização



Dora Maria Beja

De: Francisco Parada <francisco.parada@ren.pt>
Enviado: 18 de abril de 2024 23:00
Para: Geral APA
Cc: Maria do Carmo Figueira; Sara Cabral
Assunto: Proc.º AIA 3704: "Otimização de Escoamento entre o Reservatório Inicial – Ocidental e o Reservatório Final - Troço Câmara de Penina e ETA das Fontainhas". Parecer específico da REN
Anexos: Carta APA_AIA 3704_REN 2627_2024assinada.pdf

AVISO DE SEGURANÇA: Email externo à APA. Tenha cuidado antes de abrir anexos e links. Nunca introduza dados ou senhas, associados à sua conta.

Exmos. Senhores,

Junto carta REN - 2627/2024 com o parecer específico da REN sobre o projeto "Otimização de Escoamento entre o Reservatório Inicial – Ocidental e o Reservatório Final - Troço Câmara de Penina e ETA das Fontainhas" (Processo AIA n.º 3704).

Informamos que a documentação remetida neste e-mail não será enviada em papel pois, de acordo com o determinado no n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, na sua redação atual, a correspondência transmitida por via eletrónica tem o mesmo valor da trocada em suporte de papel, devendo ser-lhe conferida, pela Administração e pelos particulares, idêntico tratamento.

Com os melhores cumprimentos.

Francisco Parada

Qualidade, Ambiente, Segurança e Desempenho



Av. Estados Unidos da América, 55

1749-061 Lisboa – Portugal

www.ren.pt

Tel.: (+351) 21 001 3573 | Tlm.: (+351) 969 845 600 | Fax: (+351) 21 001 3310

francisco.parada@ren.pt

ESTE E-MAIL É AMIGO DO AMBIENTE. PONDERE ANTES DE O IMPRIMIR!

THIS EMAIL IS ENVIRONMENT FRIENDLY. THINK BEFORE PRINTING!

Este e-mail é confidencial e apenas pode ser lido, copiado ou utilizado pelo destinatário.

Se o recebeu por engano, por favor contacte o remetente através de e-mail ou pelo telefone +351 210 013 500.

This e-mail is confidential and may only be read, copied or used by the addressee.

If you have received it by mistake, please contact the sender by e-mail or telephone +351 210 013 500.

À
APA - Agência Portuguesa do Ambiente
Rua da Murgueira, 9
Zambujal
2611-865 Amadora

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
S023568-202404-DAIA.DAP	12.Abril.2024	REN 2627/2024 RPEI-QASD	17/04/2024

Assunto: Proc.º AIA 3704: “Otimização de Escoamento entre o Reservatório Inicial - Ocidental e o Reservatório Final - Troço Câmara de Penina e ETA das Fontainhas”. Parecer específico

Exmos. Senhores,

No seguimento do pedido formulado pelo ofício S023568-202404-DAIA.DAP, de 12 março, as concessionárias das atividades de transporte de gás através da Rede Nacional de Transporte de Gás (“RNTG”) e de transporte de eletricidade através da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (“RNT”), respetivamente, REN - Gasodutos, S.A. (“REN-G”) e REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. (“REN-E”), com a presente missiva pretendem compilar as informações consideradas relevantes para vossa consideração sobre as zonas de servidão da RNTG e RNT e eventuais interferências com as servidões destas infraestruturas na área de implementação deste projeto, considerados os pressupostos e princípios expostos de seguida.

Relativamente às infraestruturas da RNTG e RNT, atuais ou previstas em sede de planeamento de redes, nomeadamente nos respetivos planos de desenvolvimento e investimento para o período 2022-2031, informa-se que não se encontram previstas novas infraestruturas na área de estudo do projeto em apreciação.

Com os melhores cumprimentos

FRANCISCO
MANUEL
PARADA
PEREIRA
SIMÕES COSTA

Digitally signed by
FRANCISCO MANUEL
PARADA PEREIRA
SIMÕES COSTA
Date: 2024.04.17
19:19:41 +01'00'

Francisco Parada
Engenharia e Inovação
Qualidade, Ambiente, Segurança e Desempenho

Anexo 3: Comentários do Proponente aos Pareceres Externos

Dora Maria Beja

De: Elsa Barrelas <e.barrelas@ADP.PT>
Enviado: 13 de maio de 2024 10:55
Para: Geral APA
Cc: Adriana Espanha; Dora Maria Beja
Assunto: IPB<ER.2024.01699>Processo de Avaliação de Impacte Ambiental nº 3704Projeto: Otimização de Escoamento entre o Reservatório Inicial - Parecer da IP travessia aérea PK 337km,687m
Anexos: ER.2024.01699.pdf; PF15_PE_V07_T7.3_037.pdf

AVISO DE SEGURANÇA: Email externo à APA. Tenha cuidado antes de abrir anexos e links. Nunca introduza dados ou senhas, associados à sua conta.

Bom dia Exm^o.(a)Sr^o.(a)

Espero que se encontrem todos bem.

Vimos por este meio enviar o parecer da IP relativamente ao traçado da conduta DN 1000,na zona da travessia aérea PK 337km,687m.

Bom trabalho.

Com os melhores cumprimentos,

Elsa Barrelas
DGA - Direção Gestão de Ativos



Rua do Repouso 10 | 8000-302 Faro | Tel: 289899070 | www.aguasdoalgarve.pt



Tenha uma EcoAtitude. Imprima este e-mail apenas se necessário.

Esta mensagem e os ficheiros anexos podem conter informação confidencial ou reservada. Se, por engano, receber esta mensagem, solicita-se que informe de imediato o remetente e que elimine a mensagem e ficheiros anexos sem os reproduzir.

This message and any files herewith attached may contain confidential or privileged information. If you receive this message in error, please notify us immediately and delete this message and any files attached without copying them in any way.

Na eventualidade de a presente mensagem ser inadvertidamente rececionada no período de descanso, o que se lamenta, a AdP SGPS reitera que não é expectável que a mesma seja lida, respondida ou que relativamente à mesma seja tomada qualquer ação, fora do seu horário de trabalho.

In the event that this message is inadvertently received during the rest period, which is regrettable, it is not expected that it will be read, responded to or any action taken, outside your usual working hours.

Proc. 151LIC240104 - Pedido de reformulação de elementos - Projeto de Execução da Otimização de Escoamento entre o Reservatório Inicial–Occidental e o Reservatório Final



De Telma Leonardo <t.leonardo@ADP.PT>
Para AdA - Entradas Email <entrada.email.ada@ADP.PT>
Data 2024-04-24 10:21

PF15_PE_V07_T7.3_037.pdf (~244 KB)

De: Inês Filipa Ferreira Cerqueira <ines.cerqueira@infraestruturasdeportugal.pt>
Enviada: 24 de abril de 2024 10:19
Para: AdA - Geral <geral.ada@ADP.PT>
Assunto: Proc. 151LIC240104 - Pedido de reformulação de elementos - Projeto de Execução da Otimização de Escoamento entre o Reservatório Inicial–Occidental e o Reservatório Final

Exmos.(as) Senhores(as),

Após a análise do processo em assunto, vimos solicitar as seguintes reformulações do projeto:

- Verifica-se que o gabarito vertical foi reduzido em relação ao existente, não sendo desta forma compatível com o projeto de catenária, que já se encontra na altura mínima, pelo que na construção da conduta será necessário preservar a cota da parte inferior da conduta existente.
- Apesar da parte superior da conduta não ser de acesso o público, este acesso será efetuado por pessoas para as quais não será requerida formação específica em segurança ferroviária/riscos elétricos, pelo que deverão ser aplicadas as medidas de proteção equivalentes para zonas de acesso ao público conforme estipulado na EN50122-1
- O pavimento não pode ser em gradil, terá de ser opaco.
- A vedação terá de ser opaca até à altura mínima de 1m, e a malha da rede na parte superior não poderá ser inferior a 1200 mm² até à altura mínima de 1,80m.
- É obrigatória a colocação de placas de perigo de morte.
- As armaduras dos maciços 1 e 2 terão de ser ligadas ao sistema de RCT+TP, através da instalação de placas de terra soldadas (soldadura aluminotérmica) nas referidas armaduras.
- As placas de terra terão de ser ligadas às barras de terra das caixas de inspeção (CI) previstas, aproximadamente ao Pk 337+667 e ao Pk 337+717, na empreitada que inclui a implementação do sistema de RCT+TP desenvolvido para o troço de Tunes – Lagos (PF15 – Volume 7 – Tomo 7.2), segue em anexo o diagrama de RCT+TP do projeto PF15 da zona da Passagem Superior.
- As placas de terra a instalar deverão ser do tipo ERICO B16412K ou equivalentes, para que possibilitem o uso de parafusos M12.
- A conduta DN1000 em aço S275 usada na travessia e fixada à PS, deverá ser ligada, em ambas as extremidades, às barras de terra das CI com recurso a cabo LXV de 50 mm².
- O pavimento, caso seja metálico, as vedações e as chapas do sistema de fixação da conduta deverão ser shuntados entre si e ligados às barras de terra das CI, com recurso a cabo LXV de 50 mm².

Agradecemos a atenção dispensada ao assunto.

Ficamos a aguardar o envio dos elementos solicitados.

Ao dispor para esclarecimentos adicionais.

Com os melhores cumprimentos,

Inês Cerqueira

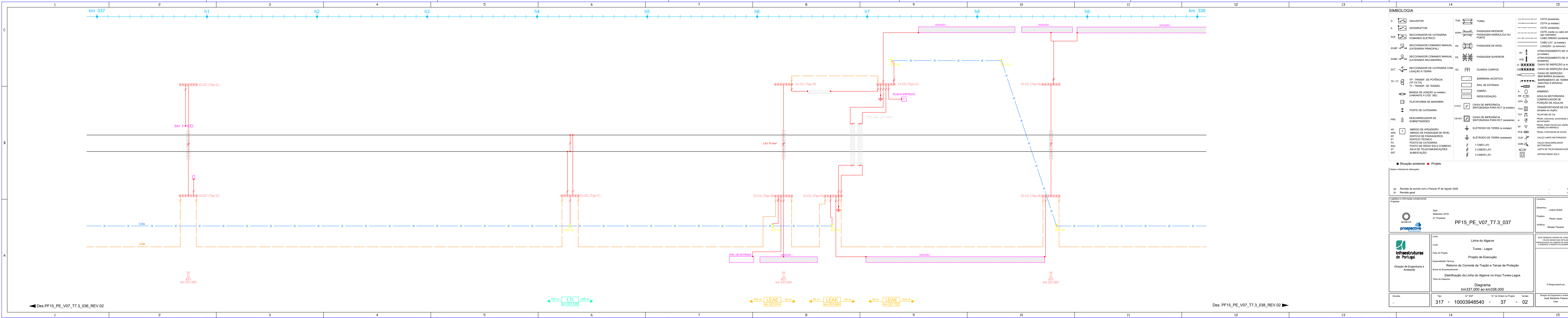
Direção de Serviços da Rede e Parcerias
Departamento de Gestão de Serviços da Rede
Praça da Portagem · 2809-013 Almada · Portugal
T (+351) 212 879 083 · Tm (+351) 911 564 561
ines.cerqueira@infraestruturasdeportugal.pt



www.infraestruturasdeportugal.pt

AVISO DE CONFIDENCIALIDADE - Esta mensagem e quaisquer ficheiros anexos à mesma são confidenciais e para uso exclusivo do destinatário e os mesmos são propriedade da Infraestruturas de Portugal, SA. Cabe ao destinatário assegurar a verificação de vírus e outras medidas que assegurem que esta mensagem não afeta os seus sistemas. Se não for o destinatário, não deverá usar, distribuir ou copiar este correio eletrónico, devendo proceder à sua eliminação e informar o emissor. É estritamente proibido o uso, a distribuição, a cópia ou qualquer forma de disseminação não autorizada deste correio eletrónico e seus anexos. Se recebeu este correio eletrónico por engano, por favor reenvie-o juntamente com os anexos para o emissor e apague-o do seu sistema. A Infraestruturas de Portugal, SA, respeita as obrigações e princípios de privacidade e proteção de dados. Para mais informações sobre esta matéria e para o modo de exercício dos direitos de proteção de dados, consulte a Política de Privacidade disponível no website oficial da Infraestruturas de Portugal SA, ou contacte o Encarregado de Proteção de Dados através do endereço de correio eletrónico dpo@infraestruturasdeportugal.pt. A Infraestruturas de Portugal, SA, agradece a sua cooperação.

Sede Social Campus do Pragal, Praça da Portagem · 2809-013 ALMADA · Portugal
NIPC 503 933 813



Dora Maria Beja

De: Elsa Barrelas <e.barrelas@ADP.PT>
Enviado: 4 de junho de 2024 16:39
Para: Dora Maria Beja
Cc: Adriana Espanha
Assunto: IPB<CE.2024.00398>FW: Reforço da Interligação do Sistema de Abastecimento em Alto do Barlavento/Sotavento Algarvio – Chão das Donas e ETA das Fontainhas - Parecer Infraestruturas de Portugal rodovia e ferrovia IPB<CE.2024.00398>
Anexos: CE_2024_00398_Reforço da Interligação do Sistema de Abastecimento em Alto do Barlavento Sotavento Algarvio – Chão das Donas e ETA das Fontainhas - Parecer Infraestruturas de Portug.pdf

AVISO DE SEGURANÇA: Email externo à APA. Tenha cuidado antes de abrir anexos e links. Nunca introduza dados ou senhas, associados à sua conta.

Boa tarde, CA/APA Dora Beja

Venho pelo presente encaminhar a correspondência em assunto.

Bom trabalho.

Com os melhores cumprimentos,

Elsa Barrelas

DGA - Direção Gestão de Ativos



Rua do Repouso 10 | 8000-302 Faro | Tel: 289899070 | www.aguasdoalgarve.pt



Tenha uma EcoAtitude. Imprima este e-mail apenas se necessário.

Esta mensagem e os ficheiros anexos podem conter informação confidencial ou reservada. Se, por engano, receber esta mensagem, solicita-se que informe de imediato o remetente e que elimine a mensagem e ficheiros anexos sem os reproduzir.

This message and any files herewith attached may contain confidential or privileged information. If you receive this message in error, please notify us immediately and delete this message and any files attached without copying them in any way.

Na eventualidade de a presente mensagem ser inadvertidamente rececionada no período de descanso, o que se lamenta, a AdP SGPS reitera que não é expectável que a mesma seja lida, respondida ou que relativamente à mesma seja tomada qualquer ação, fora do seu horário de trabalho.

In the event that this message is inadvertently received during the rest period, which is regrettable, it is not expected that it will be read, responded to or any action taken, outside your usual working hours.

De: Telma Leonardo <t.leonardo@ADP.PT>

Enviada: sexta-feira, 24 de maio de 2024 18:33

Para: geral@apambiente.pt

Cc: António Eusébio <a.eusebio@ADP.PT>; Isabel Soares <isabel.soares@ADP.PT>; Hugo Miguel Nunes <hugo.nunes@ADP.PT>

Assunto: Reforço da Interligação do Sistema de Abastecimento em Alto do Barlavento/Sotavento Algarvio – Chão das Donas e ETA das Fontainhas - Parecer Infraestruturas de Portugal rodovia e ferrovia IPB<CE.2024.00398>

Exmo. Senhor

Vice-Presidente da APA - Agência Portuguesa do Ambiente,

Eng.º José Pimenta Machado,

Encarrega-me o Senhor Presidente do Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A., Eng.º António Eusébio, de remeter a V. Exa. a nossa comunicação com a referência CE.2024.00398 sobre o assunto mencionado em epígrafe.

Nota: Informa-se que a documentação remetida a coberto deste email não seguirá em papel para que se reduzam os respetivos consumos.

Com os melhores cumprimentos,

Telma Leonardo

SEC_ADM - Secretariado da Administração



Rua do Repouso 10 | 8000-302 Faro | Tel: 289899070 | www.aguasdoalgarve.pt



Tenha uma EcoAtitude. Imprima este e-mail apenas se necessário.

Esta mensagem e os ficheiros anexos podem conter informação confidencial ou reservada. Se, por engano, receber esta mensagem, solicita-se que informe de imediato o remetente e que elimine a mensagem e ficheiros anexos sem os reproduzir.

This message and any files herewith attached may contain confidential or privileged information. If you receive this message in error, please notify us immediately and delete this message and any files attached without copying them in any way.

Na eventualidade de a presente mensagem ser inadvertidamente rececionada no período de descanso, o que se lamenta, a AdP SGPS reitera que não é expectável que a mesma seja lida, respondida ou que relativamente à mesma seja tomada qualquer ação, fora do seu horário de trabalho.

In the event that this message is inadvertently received during the rest period, which is regrettable, it is not expected that it will be read, responded to or any action taken, outside your usual working hours.

Exmo. Senhor
Vice-presidente do Conselho Diretivo
da APA - Agência Portuguesa do
Ambiente, I.P.

Eng.º José Pimenta Machado
Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal Ap.
7585
2610-124 Amadora

N/REF.º: CE.2024.00398 **DATA:** 24/05/2024

PROCESSO: EO/P-A-35

ASSUNTO: Reforço da Interligação do Sistema de Abastecimento em Alto do Barlavento/Sotavento
Algarvio – Chão das Donas e ETA das Fontainhas - Parecer Infraestruturas de Portugal
rodovia e ferrovia

Exmo. Senhor,

No âmbito do supracitado em “Assunto” e no seguimento da vossa correspondência ref. S030666-202405-DAIA.DAP DAIA.DAPP.00002.2024, datada de 15/05/2024, sobre o parecer da Infraestruturas de Portugal por vós rececionado dia 14 de maio de 2024 (referência 6359FAR240423 SAÍDA 007-4326167), vimos por este meio informar o seguinte:

a) Relativamente à rodovia EN 125 a localização das travessias irá ser alterada de modo a não interferir com os pavimentos novos resultado da requalificação da referida via e não atravessar a zona de ilhéu, ficando em zona de jurisdição municipal. Esta solução refere-se às seguintes travessias:

- Travessia em vala dos ramos/ilhéu na Rotunda localizada na ER125, km38+565m;
- Travessia em vala dos ramos/ilhéus na Rotunda localizada na ER125, km36+450m;
- Travessia em vala dos ramos/ilhéus no Entroncamento localizado na ER125, km36+270m;
- Travessia em vala dos ramos/ilhéus na Rotunda localizada na ER125, km35+020m.

De reforçar que o método construtivo continuará a ser o de abertura de vala, tal como já estava projetado.

- b) Relativamente à ferrovia temos a esclarecer que a conduta nova a construir DN 1000 irá ter a mesma cota inferior que a atual conduta DN 500, ou seja a nova infraestrutura ficará à mesma altura da existente, não colidindo com o projeto de catenária já executado pela IP. De referir ainda que para não correremos riscos iremos obter dados atuais topográficos presenciais da altura útil disponível desde cabeça do carril à parte inferior da conduta de DN 500 existente, para partir daí com todas as certezas localizar a DN 1000.

Acrescentamos que todas as soluções serão projetadas sempre de acordo com as exigências da IP (Infraestruturas de Portugal).

Sem outro assunto de momento, subscrevemo-nos com os melhores cumprimentos,

Presidente do Conselho de Administração



António Paulo Jacinto Eusébio



Qualidade de Serviço
de Saneamento
de Águas Residuais Urbanas
Prestado aos Utilizadores



Qualidade de Água
para Consumo Humano

Dora Maria Beja

De: Telma Leonardo <t.leonardo@ADP.PT>
Enviado: 25 de junho de 2024 15:04
Para: Geral APA
Cc: António Eusébio; Isabel Soares; Hugo Miguel Nunes
Assunto: AIA3704 "Reforço da Interligação do Sistema de Abastecimento em Alto do Barlavento Sotavento Algarvio – Chão das Donas e ETA das Fontainhas" – Novo traçado em ramos ilhéus na EN 125 IPB<CE.2024.00447>
Anexos: CE_2024_00447_AIA3704 "Reforço da Interligação do Sistema de Abastecimento em Alto do Barlavento Sotavento Algarvio – Chão das Donas e ETA das Fontainhas" – Novo traçado em ramos ilhéus na EN 125.pdf

AVISO DE SEGURANÇA: Email externo à APA. Tenha cuidado antes de abrir anexos e links. Nunca introduza dados ou senhas, associados à sua conta.

Exmo. Senhor
Vice-Presidente da APA - Agência Portuguesa do Ambiente,
Eng.º José Pimenta Machado

Encarrega-me o Senhor Presidente do Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A., Eng.º António Eusébio, de remeter a V. Exa. a nossa comunicação com a referência CE.2024.00447 sobre o assunto mencionado em epígrafe.

Nota: Informa-se que a documentação remetida a coberto deste email não seguirá em papel para que se reduzam os respetivos consumos.

Com os melhores cumprimentos,

Telma Leonardo
SEC_ADM - Secretariado da Administração



Rua do Repouso 10 | 8000-302 Faro | Tel: 289899070 | www.aguasdoalgarve.pt



Tenha uma EcoAtitude. Imprima este e-mail apenas se necessário.

Esta mensagem e os ficheiros anexos podem conter informação confidencial ou reservada. Se, por engano, receber esta mensagem, solicita-se que informe de imediato o remetente e que elimine a mensagem e ficheiros anexos sem os reproduzir.

This message and any files herewith attached may contain confidential or privileged information. If you receive this message in error, please notify us immediately and delete this message and any files attached without copying them in any way.

Na eventualidade de a presente mensagem ser inadvertidamente rececionada no período de descanso, o que se lamenta, a AdP SGPS reitera que não é expectável que a mesma seja lida, respondida ou que relativamente à mesma seja tomada qualquer ação, fora do seu horário de trabalho.

Exm°. Senhor

Vice-presidente do Conselho Diretivo da
APA – Agência Portuguesa do Ambiente,
I.P.

Eng°. José Pimenta Machado

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal Ap.
7585

2610-124 Amadora

N/REF.º: CE.2024.00447 **DATA:** 25/06/2024

PROCESSO: EO/P-A-35

ASSUNTO: AIA3704 “Reforço da Interligação do Sistema de Abastecimento em Alto do Barlavento/Sotavento Algarvio – Chão das Donas e ETA das Fontainhas” – Novo traçado em ramos/ilhéus na EN 125

Ex.mo. Senhor,

Serve a presente comunicação para vos dar resposta à correspondência ref. S030666-202405-DAIA.DAP DAIA.DAPP.00002.2024 remetida à Águas do Algarve no passado dia 15 de maio de 2024, adicionando desta forma dados à nossa anterior comunicação CE.202400398.

Informamos que a comunicação da IP (Infraestruturas de Portugal) para a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) com referência 6359FAR240423 SAÍDA 007-4326167, deu lugar a uma revisão do traçado da conduta em ramos/ilhéus na EN 125, tendo sido colocado em zona fora da jurisdição da IP, nos seguintes quilómetros:

- Travessia em vala dos ramos/ilhéu na Rotunda localizada na ER 125, km38+565m
- Travessia em vala dos ramos/ilhéus na Rotunda localizada na ER 125, km36+450m;
- Travessia em vala dos ramos/ilhéus no Entroncamento localizado na ER 125, km 36+270m+ um ramo/ilhéu;
- Travessia em vala dos ramos/ilhéus na Rotunda localizada na ER 125, km35+020m.

Salienta-se que esta alteração encontra-se dentro da área de estudo, levada a cabo pela Aqualogus, autora do EIA, pelo que não altera os seus pressupostos.

EB

Pág. 1 de 2

CE.2024.00447

Desta forma, enviamos em formato kmz o ficheiro que servirá de base ao novo traçado:

 [APA - Algarve](#)

Mais informamos que a legenda associada a este kmz, relativamente ao traçado da conduta, é a seguinte:

- Vermelho – traçado atual;
- Azul – traçado alterado.

Acrescentamos que os métodos construtivos se mantêm, sendo abertura de vala o procedimento de colocação da tubagem.

Sem outro assunto de momento, subscrevemo-nos com os melhores cumprimentos,



Qualidade de Serviço
de Saneamento
de Águas Residuais Urbanas
Prestado aos Utilizadores



Qualidade de Água
para Consumo Humano

Presidente do Conselho de Administração



António Paulo Jacinto Eusébio